



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

ANDRÉ LUIS SILVA FEITOSA

**A TRALHA DOMÉSTICA NO FORTE REAL DO BOM JESUS: estudo
da faiança da fortificação**

**RECIFE
2019**

ANDRÉ LUIS SILVA FEITOSA

**A TRALHA DOMÉSTICA NO FORTE REAL DO BOM JESUS: estudo
da faiança da fortificação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Coorientador: Prof. Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque

**RECIFE
2019**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F311t Feitosa, André Luis Silva.
A tralha doméstica no Forte Real do Bom Jesus : estudo da faiança da fortificação / André Luis Silva Feitosa. – 2019.
174 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos.
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2019.
Inclui referências e anexo.

1. Arqueologia. 2. Arqueologia e História – Pernambuco. 3. Fortificações. 4. Faiança. I. Ramos, Ana Catarina Peregrino Torres (Orientadora). II. Albuquerque, Marcos Antônio Gomes de Mattos de (Coorientador). III. Título.

930.1 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-167)

ANDRÉ LUIS SILVA FEITOSA

**A TRALHA DOMÉSTICA NO FORTE REAL DO BOM JESUS: estudo
da faiança da fortificação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovada em: 13/09/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque (Coorientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª Veleda Christina Lucena de Albuquerque (Examinadora Externa)

Arqueolog Pesquisas

A Fabíola e Murilo

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) pelo indispensável apoio financeiro.

À minha orientadora, Prof^ª Ana Catarina por toda atenção, paciência e suporte durante o processo de pesquisa e redação da dissertação.

Ao meu coorientador, Prof. Marcos Albuquerque e a Prof^ª Veleda Lucena, pesquisadores e seres humanos exemplares.

A todos os amigos do Laboratório de Arqueologia da UFPE/Arqueolog Pesquisas. Embora todos tenham contribuído de maneira preponderante ao sucesso da presente dissertação, devo agradecer especialmente a Silvia Uchôa, Eleonora Guerra e Rúbia Nogueira pela indispensável ajuda na bancada de análise e na redação do texto.

A todos os amigos do Mestrado em Arqueologia da UFPE.

Aos meus pais, José Carlos Feitosa e Maria Nilde Silva Feitosa (em memória) e a toda minha família.

À minha esposa Fabíola e meu filho Murilo pela paciência e apoio incondicional.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Arqueologia assim como aos funcionários do Departamento de Arqueologia, especialmente a Luciane Borba.

RESUMO

As pesquisas arqueológicas realizadas nos anos de 1968, 1969, 1988 e 2009 na área onde existiu, no século XVII, o Forte Real do Bom Jesus trouxeram importantes informações sobre os primeiros anos da guerra pela posse da capitania de Pernambuco. Sabe-se historicamente que a área onde se instalou a referida fortificação foi ocupada em momentos anteriores e posteriores ao período de operação desta fortificação. A presente dissertação tem por objetivo definir quais são as camadas arqueológicas contemporâneas ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. Para esse intento buscamos utilizar a faiança como principal demarcador cronológico, assim como sua associação a outras categorias de material e a compreensão da formação das camadas arqueológicas. A identificação dessas camadas apontam sua relação tanto com o período de ocupação da fortificação quanto a reocupação da área em períodos posteriores.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica. Faiança. Fortificação. Estratigrafia. Ocupação.

ABSTRACT

The archaeological research conducted in the years 1968, 1969, 1988, and 2009 in the area where there was, in the seventeenth century, the Forte Real do Bom brought important information about the early years of the war for the possession of Pernambuco. It's historically known that the area where the fortification was installed was occupied before and after the period of operation of this fortification. This dissertation aims to define which are the archaeological layers contemporary to the occupation period of the Forte Real do Bom Jesus. For this purpose we seek to use earthenware as the main chronological marker, as well as its association with other categories of material and the understanding of the formation of archaeological layers. The identification of these layers indicates their relationship with both the occupation period of the fortification and the reoccupation of the area in later periods.

Keywords: Historical Archaeology. Faience. Fortification. Stratigraphy. Occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Prato em faiança portuguesa, referente ao primeiro quartel do século XVII	36
Figura 2 -	Majólica Italiana, de produção quinhentista (primeira metade do século XVI)	36
Figura 3 -	Canudo ou manga de botica em faiança portuguesa, relativa ao primeiro quartel do século XVII	39
Figura 4 -	Pia de água benta em faiança, relativa ao século XVIII	39
Figura 5 -	Tinteiro em faiança portuguesa. Primeira metade do século XVIII	39
Figura 6 -	Cuspideira em faiança portuguesa. Século XVIII	39
Figura 7 -	Retomada de Salvador pela armada luso-espanhola, segundo iconografia de Albernaz	44
Figura 8 -	Ataque da frota da Companhia das Índias Ocidentais a Pernambuco	47
Figura 9 -	Carta Comemorativa da Conquista de Pernambuco por Gerritsz, 1630. Nela observa-se bem a estratégia de ataque da armada da Companhia das Índias Ocidentais. Notar o desembarque da infantaria a Norte e seu deslocamento até a Vila de Olinda	48
Figura 10 -	Detalhe de iconografia de Albernaz, 1630. Notar os caminhos que partem em direção as várzeas do Capibaribe e convergem para o local onde se instalou o Forte Real do Bom Jesus (assinalado em vermelho)	50
Figura 11 -	Planta do Forte Real do Bom Jesus, localizada nos acervos do Arquivo de Haia	51
Figura 12 -	Especificação da planta do Forte Real do Bom Jesus	52
Figura 13 -	Detalhe do cerco imposto ao Forte Real do Bom Jesus	53
Figura 14 -	Perímetro territorial do atual bairro de Casa Amarela	56
Figura 15 -	Outeiro localizado no Sítio Trindade, possivelmente em meados do século XX	57
Figura 16 -	Localização da área conhecida como “Largo do Holandês” em relação ao Sítio Trindade	59
Figura 17 -	Localização do riacho Parnamirim em relação ao rio Capibaribe e ao Sítio Trindade	60
Figura 18 -	Detalhe do Riacho Parnamirim na altura do Shopping Center Casa Forte	60

Figura 19 -	Riacho Parnamirim e Largo do Holandês	60
Figura 20 -	Esquema representando o processo de construção da muralha e do fosso do Forte Real do Bom Jesus e seu arrasamento, após a capitulação	62
Figura 21 -	Desentulhamento de trecho do fosso pertencente ao Forte Real do Bom Jesus após sua evidenciação	63
Figura 22 -	Projétil de canhão alojado na escarpa do Forte Real do Bom Jesus	64
Figura 23 -	Trecho do fosso reentulhado e coberto por vegetação. Situação encontrada quando da realização da terceira campanha arqueológica no ano de 1988	65
Figura 24 -	Indicação das áreas trabalhadas durante a campanha arqueológica de 2009	66
Figura 25 -	Situação em que se encontrava o fosso quando da campanha de 2009	67
Figura 26 -	Remoção da vegetação do fosso	67
Figura 27 -	Detalhe do fosso duplo	76
Figura 28 -	Trecho do fosso duplo do Forte Real do Bom Jesus	76
Figura 29 -	Escarpa de fosso do Forte Real do Bom Jesus, em sua face voltada para a Estrada do Arraial	77
Figura 30 -	Área funcional que definimos ser a escarpa do Forte Real do Bom Jesus	77
Figura 31 -	Detalhe da praça de armas do Forte Real do Bom Jesus	78
Figura 32 -	Área plana localizada no topo do outeiro, onde consideramos ter existido a praça de armas do Forte Real do Bom Jesus	78
Figura 33 -	Planta baixa da campanha arqueológica de 2009, apresentando as trincheiras trabalhadas	81
Figura 34 -	Perfil estratigráfico obtido durante a campanha arqueológica de 2009	82
Figura 35 -	Perfil SE dos cortes 16-17. Trincheira 1	83
Figura 36 -	Perfil SE dos cortes 17-18. Trincheira 1	83
Figura 37 -	Prato fragmentado em faiança, localizado no corte 16-17	84
Figura 38 -	Detalhe da figura anterior	84
Figura 39 -	Fragmentos de faiança localizados na camada 5	84
Figura 40 -	Fragmento de faiança observado no contato entre as camadas 5 e 9	84

Figura 41 -	Perfil SE do corte 16-17, no contexto da trincheira T-01, representando a possível trincheira	86
Figura 42 -	Paleossolo no qual repousa um prato fragmentado em faiança	86
Figura 43 -	Detalhe do prato em faiança depositado sobre superfície de ocupação (paleossolo)	86
Figura 44 -	Abertura da trincheira T-03 (à esquerda) e sua localização em relação à trincheira T-01	87
Figura 45 -	Perfil SW do corte 17-18, realizado na trincheira T-03. Observar a presença de fragmento de faiança depositada sobre o paleossolo (camada 08)	87
Figura 46 -	Detalhe do fragmento de faiança no perfil SW da trincheira T-03, cortes 17-18	87
Figura 47 -	Prato fragmentado em faiança que se encontrava depositado sob a camada 08	87
Figura 48 -	Abertura da trincheira T-15, referente a escarpa da fortificação	89
Figura 49 -	Trincheira T-15 em relação a arquibancada do anfiteatro construído no parque	89
Figura 50 -	Fragmentos de sílex localizados no sítio. O fragmento da esquerda foi evidenciado na camada 09	90
Figura 51 -	Mecanismo de disparo por acionamento à pederneira	90
Figura 52 -	Pederneira confeccionada a partir do lascamento de sílex	90
Figura 53 -	Mecanismo de acionamento de arma de fogo de pederneira, encontrado nas escavações do Forte do Brum	90
Figura 54 -	Rodela e selo em chumbo, localizados no contexto da camada 10	92
Figura 55 -	Fragmento de faiança localizado na camada 10	92
Figura 56 -	Fragmento de faiança localizado na camada 10	92
Figura 57 -	Panorâmica das trincheiras T-02, T-04 e T-09 (à esquerda da imagem) que apresentaram a camada 11	94
Figura 58 -	Perfil NE da trincheira T-02. Observar as camadas de material malacológico e lixo e capeadas por camadas de barro	94
Figura 59 -	Perfil NE da trincheira T-02. Observar presença de cerâmica vermelha depositada horizontalmente à aproximadamente 1m de profundidade da superfície atual	94
Figura 60 -	Fragmento de cerâmica vermelha no contexto da camada 11, trincheira T-04	94

Figura 61 -	Detalhe da camada 11. Observar fragmentos de faiança associados ao material malacológico. Observar também a deposição horizontal deles, sugerindo descartes sucessivos	95
Figura 62 -	Perfil NW do corte 4-5. Fragmento de base de prato em faiança azul sobre azul	96
Figura 63 -	Detalhe da imagem anterior	96
Figura 64 -	Cadeado em ferro oxidado, com expectativa cronológica entre os séculos XVII/XVIII	97
Figura 65 -	Lamparina em ferro oxidado, com expectativa cronológica entre os séculos XVII/XVIII	97
Figura 66 -	Dedais em latão, localizados na camada 11	98
Figura 67 -	Conjunto de pregos rebatidos localizados na camada 11	98
Figura 68 -	Talhas fragmentadas localizadas na camada 11	99
Figura 69 -	Cerâmica vermelha fina. Produção portuguesa dos séculos XVII e XVIII	99
Figura 70 -	Trincheiras que abrangem a camada 13	100
Figura 71 -	Detalhe das trincheiras escavadas	101
Figura 72 -	Deposição de faiança em diferentes profundidades da camada 13. Perfil SE dos cortes 4-5, trincheira T-08	101
Figura 73 -	Detalhe da figura 74. Fragmento de faiança no limite da camada 13. Trincheira T-08, cortes 4-5	101
Figura 74 -	Detalhe da figura 74, onde se observa um fragmento de faiança no perfil SE dos cortes 4-5, trincheira T-08	101
Figura 75 -	Fragmento de faiança e guarda-mão de espada em ferro, aflorando no perfil NW do corte 4-5, trincheira T-06	102
Figura 76 -	Guarda-mão de espada em ferro oxidado, localizado no contexto da camada 13	102
Figura 77 -	Sucessivas deposições de cerâmica utilitária, observadas na camada 13. Perfil SE do corte 4-5, trincheira T-06	102
Figura 78 -	Cerâmica fragmentada, perfil SE do corte 4-5, trincheira T-05	102
Figura 79 -	Fragmentos de base de formas não identificadas	104
Figura 80 -	Fragmentos de base de formas não identificadas	104
Figura 81 -	Abertura de trecho do fosso do Forte Real do Bom Jesus	105
Figura 82 -	Perfil estratigráfico do fosso, apresentando o contato entre a superfície da época e o material que o entulhou	105

Figura 83 -	Setoriamento da primeira campanha arqueológica realizada no sítio. A trincheira-teste, que evidenciou o fosso da fortificação corresponde as quadrículas E até O, entre as linhas 11, 12 e 13	106
Figura 84 -	Perfil estratigráfico, relativo a trincheira-teste, obtido na primeira campanha arqueológica	107
Figura 85 -	Fragmentos em faiança alterados pelo fogo	111
Figura 86 -	Fragmentos em faiança alterados pelo fogo	111
Figura 87 -	Pasta clara, levemente avermelhada, pouco compacta, apresentando elementos antiplásticos visíveis macroscopicamente. Esse tipo de pasta está associado as produções conhecidas como "Louça de Málaga"	111
Figura 88 -	Exemplo de pasta clara, pouco compacta, porosa e com eventuais elementos antiplásticos visíveis macroscopicamente. Esse tipo de pasta é associado ao período onde a produção de faiança portuguesa atingiu seu auge qualitativo	111
Figura 89 -	Pasta clara (esbranquiçada), pouco porosa, associada as produções do século XVIII	112
Figura 90 -	Pasta vermelha, compacta, pouco porosa, apresentando elementos antiplásticos visíveis macroscopicamente	112
Figura 91 -	Provável cabo de talher em faiança	113
Figura 92 -	Bico decorado em faiança, possivelmente associada a uma infusa ou outra forma funda para contenção e serviço de líquidos	113
Figura 93 -	Fragmento de peça em faiança que sugere o apoio de talher, possivelmente uma pequena colher	113
Figura 94 -	Varição morfológica dos pratos localizados no contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus	114
Figura 95 -	Varição morfológica dos pratos localizados no contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus	115
Figura 96 -	Formas básicas de pratos em faiança portuguesa	116
Figura 97 -	Fragmento de tigela apresentando lábio extrovertido, em faiança portuguesa	117
Figura 98 -	Forma básica de tigela em faiança portuguesa	117
Figura 99 -	Tigela em faiança portuguesa	117
Figura 100 -	Varição morfológica das taças localizadas no contexto do Forte Real do Bom Jesus	118
Figura 101 -	Fragmento de peça em faiança que acreditamos se tratar de uma terrina	119

Figura 102 - Representação de terrina em faiança	119
Figura 103 - Fragmento de peça não identificada	119
Figura 104 - Perfil da peça ao lado	119
Figura 105 - Exemplo de esmalte associado as produções quinhentistas ibéricas conhecidas como "louças malagueiras"	120
Figura 106 - Exemplo de esmaltes associados a auge qualitativo da produção de faiança, no primeiro quartel do século XVII	120
Figura 107 - Esmalte de menor qualidade, associado as produções posteriores a 1630	121
Figura 108 - Esmaltes associados a produções do século XVIII	121
Figura 109 - Destacamento do esmalte de peça no local onde se instalou a trempe	121
Figura 110 - Alto relevo sugerindo agregação da ponta da trempe ao corpo cerâmico	121
Figura 111 - Louça de Talavera. Produção espanhola relativa ao século XVI	124
Figura 112 - Louça de Málaga ou "malagueira" associada à primeira metade do século XVI, localizada no contexto do Forte Real do Bom Jesus	124
Figura 113 - Fragmento de aba de prato em faiança, sugerindo se tratar de uma produção com característica das louças malagueiras, embora apresentando decoração a azul	124
Figura 114 - Fragmento de aba e bojo de prato em faiança, sugerindo se tratar de uma produção com característica das louças malagueiras, embora apresentando decoração a azul	124
Figura 115 - Aba de prato fragmentado apresentando a decoração "guirlandas estilizadas"	125
Figura 116 - Aba de prato fragmentado apresentando a decoração "guirlandas estilizadas"	125
Figura 117 - Prato em faiança portuguesa decorada com ogivas e pontos na aba e apresentando cenário com elementos fitomórficos no fundo	126
Figura 118 - Tigela em faiança portuguesa decorada com ogivas e pontos na aba	126
Figura 119 - Fragmento de aba com motivo vegetalistas, sugerindo se tratar da decoração observada ao lado	126
Figura 120 - Prato em faiança localizado nas Ilhas Britânicas, em contextos arqueológicos referentes aos anos de 1580-1600	126

Figura 121 - Fragmento de prato em faiança azul sobre azul, produção ibérica e com expectativa cronológica entre meados do século XVI e início do XVII	127
Figura 122 - Fragmentos de peças distintas em faiança azul sobre azul, localizadas no contexto do Forte Real do Bom Jesus	127
Figura 123 - Prato em porcelana chinesa, dinastia Ming, período Wan Li (1573-1619). Essa gramática decorativa ficou conhecida no mercado europeu como “Kraak porcelain”. Notar a presença dos motivos decorativos entre cartelas e divisores de motivos	128
Figura 124 - Prato fragmentado em faiança portuguesa apresentando a gramática decorativa que associamos ao padrão da Kraak Porcelana	129
Figura 125 - Fragmento de recipiente não identificado apresentando a gramática decorativa que associamos ao padrão da Kraak Porcelana	129
Figura 126 - Fragmento de fundo de peça em faiança sugerindo decoração paisagística, comum as produções do período	129
Figura 127 - Fragmento de fundo de peça em faiança sugerindo decoração paisagística, comum as produções do período	129
Figura 128 - Refúgio de produção de olaria lisboeta em atividade entre os séculos XVI e XVII	131
Figura 129 - Motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”	132
Figura 130 - Motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”	132
Figura 131 - Motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”	132
Figura 132 - Possível variação do motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”	132
Figura 133 - Possível variação do motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”	133
Figura 134 - Motivo vegetalista conhecido como "feto", associado as “linhas diagonais cruzadas”	133
Figura 135 - Taça apresentando motivo “vegetalista”	133
Figura 136 - Fragmento de prato em faiança apresentando motivo “vegetalista”	134
Figura 137 - Taça apresentando motivo “vegetalista”	134
Figura 138 - Decoração que sugere se tratar do motivo conhecido como "pétalas"	134
Figura 139 - Taça apresentando motivo “vegetalista”	134

Figura 140 - Prato em faiança portuguesa apresentando a decoração conhecida como “semicírculos concêntricos” em associação a outro motivo no fundo, inserido em contexto arqueológico relativo aos anos de 1660-1700	136
Figura 141 - Conjunto de fragmentos de peças distintas apresentando o motivo "semicírculos concêntricos"	136
Figura 142 - Motivo associado aos semicírculos concêntricos	136
Figura 143 - Fragmento de forma não identificada, apresentando o motivo decorativo conhecido como "rendas portuguesas"	137
Figura 144 - Fragmento de forma não identificada, apresentando o motivo decorativo conhecido como "rendas portuguesas"	137
Figura 145 - Prato em faiança, associado a segunda metade do século XVII, apresentado motivo conhecido como "aranhões"	138
Figura 146 - Fragmento de aba encontrado durante a escavação do Forte Real do Bom Jesus, possivelmente apresentado vestígio de um "aranhão", semelhante ao detalhado na figura ao lado	138
Figura 147 - Fragmento de prato em faiança, apresentado a decoração "rendas portuguesas" em azul e vinhoso sobre branco	138
Figura 148 - Fragmento de prato em faiança, apresentando motivo não identificado à azul e vinhoso sobre branco	138
Figura 149 - Fragmento de peça em faiança apresentando motivo não identificado à azul e vinhoso sobre branco	139
Figura 150 - Fragmento de peça em faiança apresentando motivo antropomorfo à azul e vinhoso sobre branco	139
Figura 151 - Fragmento de peça em faiança que, pelo conjunto de pasta e esmalte, pode ser associada as produções portuguesas oitocentistas	140
Figura 152 - Fragmento de peça em faiança, decorada à azul e vinhoso sobre branco. Decoração associada às produções de Costa Briosio (século XVIII)	140
Figura 153 - Fragmento de peça em faiança, decorada à azul e vinhoso sobre branco. Decoração associada às produções de Costa Briosio (século XVIII)	140
Figura 154 - Fragmentos de peças em faiança, decorada à azul e vinhoso sobre branco	140
Figura 155 - Fragmentos de peças distintas apresentando frisos em azul na borda	141
Figura 156 - Fragmentos de peças distintas apresentado friso em azul associados a pinceladas curtas no lábio	141
Figura 157 - Peça de jogo confeccionada a partir de fragmento de faiança	142

Figura 158 - Peça de jogo confeccionada a partir de fragmento de faiança	142
Figura 159 - Possível fuso ou peça de jogo confeccionado em fragmento de faiança azul sobre branco	142
Figura 160 - Possível fuso ou peça de jogo confeccionado em fragmento de faiança azul sobre azul	142
Figura 161 - O profissional conhecido como "deita-gatos"	144
Figura 162 - Louça "gateada"	144
Figura 163 - Fragmento de faiança contendo vestígio de gato metálico	144
Figura 164 - Vestígio de gato metálico unindo dois fragmentos	144
Gráfico 1 - Dispersão da faiança do Forte Real do Bom Jesus por área funcional	145
Gráfico 2 - Dispersão da faiança do Forte real do Bom Jesus por camada arqueológica	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional
LA/UFPE	Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PRONAPABA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica
WIC	West-Indische Compaigne (Companhia das Índias Ocidentais)
VOC	Verenidge Oost-Indische Compaigne (Companhia das Índias Orientais)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	MARCO TEÓRICO	25
2.1	DEFININDO CONCEITOS, ABORDAGENS E TEORIAS	25
2.2	A CERÂMICA: UM OBJETO DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO	33
2.3	A FAIANÇA EM ARQUEOLOGIA	35
3	O FORTE REAL DO BOM JESUS	43
3.1	CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA	43
3.2	CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL	55
3.3	A PESQUISA ARQUEOLÓGICA	61
4	METODOLOGIA	68
4.1	DEFININDO AS ÁREAS FUNCIONAIS DO FORTE REAL DO BOM JESUS	73
4.2	DEFININDO AS CAMADAS ARQUEOLÓGICAS DO FORTE REAL DO BOM JESUS	78
4.2.1	Camada 05	82
4.2.2	Camada 08	84
4.2.3	Camada 09	88
4.2.4	Camada 10	91
4.2.5	Camada 11	92
4.2.6	Camada 13	99
4.2.7	Camada B	102
4.2.8	Entulho do Fosso	104
5	IDENTIFICAÇÃO DA FAIANÇA DO FORTE REAL DO BOM JESUS	108
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	154
	ANEXO - FICHA DE CADASTRO DO CNSA (CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - IPHAN)	172

1 INTRODUÇÃO

Em 1630 a Companhia das Índias Ocidentais invadia a capitania de Pernambuco, um dos mais importantes portos dos domínios coloniais portugueses no Brasil e principal produtor do açúcar de cana. Após o fracasso ao tentar tomar a capitania real da Bahia de Todos os Santos nove anos antes, a Companhia, reestruturada financeiramente, volta suas ações para a capitania de Pernambuco. Sobre esta capitania já vinham sendo coletadas informações privilegiadas sobre seu potencial econômico, sua situação defensiva e sobre o volume de sua produção açucareira (Mello, 1978).

O ataque a capitania se deu em duas frentes: a frota atacou pelo porto do Recife, enquanto a infantaria atacou a vila de Olinda, por terra. Face à falta de um sistema defensivo eficiente e operante, a capitulação de Olinda e Recife se deu em poucos dias, embora a guerra de resistência empreendida pelos luso-brasileiros tenha se prolongado até o ano de 1637, quando a conquista se consolidou de fato (Miranda, 2014). A resistência luso-brasileira teve por objetivo principal, nesse primeiro momento da guerra, barrar o acesso dos holandeses¹ ao interior da capitania, onde estavam instalados os engenhos de açúcar, assim como mantê-los restritos a área do porto e da vila, tornando-os dependentes dos víveres que vinham por mar.

A estratégia montada pelos luso-brasileiros para esse intento consistia na instalação de diversas obras fortificadas e grupos móveis de emboscada, perfazendo uma linha defensiva. É nesse contexto que se insere o Forte Real do Bom Jesus, praça fortificada luso-brasileira que se configurou como ponto principal da resistência. A construção da fortificação teve início imediatamente após a queda e tomada do porto e da vila de Olinda (Coelho, 1981). A fortificação foi erguida em local estratégico, distanciando-se cerca de uma légua de Olinda e do Recife, numa das mais antigas e principais vias de conexão entre a vila e os engenhos da Várzea do Capibaribe (Menezes, 2007). Erguido em terra², o Forte Real do Bom Jesus resistiu a diversas investidas holandesas durante os seus cinco anos de funcionamento, além de ter fornecido contingentes para ataques, emboscadas e para o socorro de diversos outros locais

¹ Devemos ressaltar que “holandês” é um termo genérico que abarca a gente de guerra contratada pela Companhia das Índias Ocidentais, que convergiu para o Brasil no século XVII. Apesar da Companhia ser de procedência holandesa, os soldados contratados eram das mais diversas nacionalidades européias. Sobre a procedência desses soldados, ver Miranda (2014).

² O Forte Real do Bom Jesus foi construído utilizando a técnica da taipa de pilão, que consiste no levantamento de paredes monolíticas de barro entre taipais (Vasconcelos, 1979). No contexto da arquitetura militar moderna a terra teve um papel preponderante, sendo introduzida na construção de muralhas, devido ao seu poder e eficiência de absorção de impacto de projéteis (Lemos, 2003).

como as capitâneas da Paraíba e do Rio Grande. Agregou em seu interior e imediações não apenas gente de guerra, mas também civis e religiosos que logo estabeleceram um arraial (povoação).

A partir de 1633 os luso-brasileiros vão paulatinamente perdendo seus postos e redutos, em especial o Passo dos Afogados³, que garantia acesso pelo rio Capibaribe. Tal fato permitiu que as tropas da Companhia atuassem de forma mais eficiente contra a fortificação, impondo um cerco que durou três meses. Exaurido e parcialmente destruído, o Forte Real do Bom Jesus capitula em 1635, sendo deliberadamente arrasado e a posição abandonada pelos holandeses.

O período chamado por alguns autores como “Guerra Holandesa”, talvez tenha sido um dos mais estudados dentro da história do Brasil. Diversos trabalhos de autores, tanto coevos (relatos de cronistas que vivenciaram a guerra) quanto historiadores consagrados como Evaldo Cabral de Mello e José Antônio Gonçalves de Mello, dentre outros, configuram-se como um riquíssimo manancial de dados históricos sobre o período.

Diversas pesquisas arqueológicas em sítios históricos relativos a esse período cronológico têm também acrescentado importantes informações ao estudo da guerra pela posse da capitania de Pernambuco. Abordando a sociedade colonial a partir de uma ótica sistêmica, acreditamos que o estudo arqueológico das fortificações é imprescindível para a compreensão do processo de instalação do sistema colonial europeu nas terras americanas, uma vez que esse foi um dos principais subsistemas do projeto colonial europeu em terras americanas.

A evidenciação dos remanescentes estruturais do Forte Real do Bom Jesus, na década de 1960, se revestiu de um caráter de pioneirismo, tanto para o estudo arqueológico das fortificações quanto para a própria Arqueologia Histórica, que na época dava seus primeiros passos enquanto campo da ciência autônomo. Campo esse que estuda sociedades de um passado mais recente através dos elementos materiais de sua cultura.

As escavações arqueológicas realizadas no sítio onde operou a antiga fortificação evidenciaram não apenas parte de sua estrutura, como também uma grande quantidade de

³ Passo dos Afogados foi um “posto” de resistência que visava “fortificar” os afogados, promovendo a proteção da várzea do Capibaribe, para impedir o acesso dos holandeses à riqueza da terra (Albuquerque, Lucena e Wamsley, 1999, p. 95).

material arqueológico que abrange cronologias que vão desde o período pré-colonial, passando pelo período de funcionamento da fortificação até os dias atuais. O fosso da fortificação se encontrava completamente entulhado, devido ao arrasamento das muralhas quando da capitulação da fortificação, assim como da ação de agentes naturais.

Após um período de vinte anos, em 1988, foi necessária uma nova intervenção arqueológica no sítio, cujo fosso se encontrava novamente entulhado, dessa vez por barro e lixo recente (Albuquerque e Lucena, 1988). No ano de 2009 uma nova campanha foi realizada no sítio, dessa vez ampliando as áreas escavadas (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009, 2010).

Dentre o material, foram identificados diversos fragmentos de faiança, louça importada e comumente encontrada em sítios históricos brasileiros, estando associadas a unidades funcionais referentes a grupos de maior poder aquisitivo (Etchevarne, 2006). A priori essa categoria de material, enquanto produto fino e importado, não deveria figurar entre a expectativa arqueológica referente a tralha de uma fortificação, exceto talvez em situações distintas, como a instalação de um alto oficial na unidade, fruto de pilhagens ou pertences de refugiados em situação de guerra.

No caso do Forte Real do Bom Jesus, apesar de ter se configurado como uma fortificação de campanha, erguida em caráter emergencial, agregou em seu entorno e interior uma grande quantidade de pessoas, formando assim um arraial em suas proximidades. A área onde se instalou a fortificação, apesar de mencionada em alguns documentos, carece de maiores informações.

Sabe-se, porém, ter se tratado de um lugar de convergência de diversas estradas que partiam do porto e da Vila em direção as várzeas do Capibaribe (Menezes, 2007), onde se localizavam os engenhos. As crônicas da época dão conta de que no outeiro onde se instalou a fortificação existia uma casa, cuja estrutura foi aproveitada em sua construção (Santiago, 1981). O próprio povoado do Arraial velho continuou existindo após a capitulação do Forte Real do Bom Jesus, conforme apontam as crônicas da época (Calado, 2004).

A partir dessas informações, alguns questionamentos embasaram a presente dissertação. Primeiramente o questionamento perpassaria sobre o pertencimento dessa louça à unidade fortificada ou a ocupações anteriores e/ou posteriores da área. Em segundo lugar seria a

possibilidade de, através da faiança, levantar quais são as camadas arqueológicas que podem ser associadas, com segurança, ao período de ocupação da fortificação estudada.

Dessa forma, o problema relacionado ao tema da presente dissertação consiste em lançar alguma luz acerca da ocupação da posição. Sendo assim, as perguntas basilares que norteiam a presente dissertação são as seguintes:

Quais contextos arqueológicos são passíveis de serem associados ao Forte Real do Bom Jesus? É possível, através do estudo da faiança, fazer uma diferenciação das ocupações anteriores e posteriores da ocupação da referida fortificação?

Partimos da hipótese de que o fato de a fortificação ter agregado à sua sombra em seu interior um grande contingente de civis⁴ poderia justificar a presença da faiança numa unidade fortificada erguida em caráter emergencial. Entretanto, relatos históricos dão conta de ocupações anteriores e posteriores ao forte. Esses relatos, além de fragmentários, não apresentam maiores informações sobre a natureza dessas ocupações, assim como não especifica quem eram seus moradores. Acreditamos que o estudo da faiança, em conjunto com sua associação a outras categorias de material arqueológico e com a compreensão dos processos de formação das camadas arqueológicas, poderá nos fornecer dados que permitam um maior conhecimento acerca da ocupação da área.

Dessa forma o objetivo geral da presente dissertação consiste em verificar o contexto no qual a faiança está inserida, notadamente com foco principal no período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. Teremos por objetivos específicos os seguintes tópicos:

- Identificar cronologicamente a faiança encontrada no sítio;
- Definir as camadas arqueológicas observadas no sítio relativas ao período de ocupação da fortificação;
- Associar as camadas à faiança e as outras categorias de material associadas.

Para Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001), a faiança se constitui em um seguro demarcador cronológico para a Arqueologia brasileira. Para Marcos Albuquerque (2001) e Curado (2010), a faiança, quando abordada segundo critérios analíticos objetivos, pode se

⁴ Por civis entendemos aqueles que não se envolveram diretamente nos combates. Deve ser salientado que à época as capitâneas não dispunham de exércitos formais. Evidentemente existiam algumas poucas tropas pagas, mas no sistema de capitâneas hereditárias, cabia ao donatário e aos sesmeiros promover a defesa do território (Castro, 2009).

converter em uma importante fonte de dados primários sobre a sociedade que a produziu, utilizou, descartou, reutilizou, etc. Balizados por uma bibliografia recente, que tem trabalhado a faiança a partir de critérios mais seguros que aqueles meramente decorativos, procuramos analisar a faiança do sítio estudado a partir de variáveis tecnológicas e decorativas associadas a seu contexto estratigráfico e a demais categorias de material.

Dessa forma, em um primeiro momento, a faiança deverá servir como um demarcador cronológico para a definição das camadas a serem trabalhadas. Em um segundo momento, afinaremos essa compatibilidade cronológica a partir do material associado à faiança e ao processo de formação das camadas. A partir da linha processualista em Arqueologia, propomos uma abordagem sistêmica não apenas no tratamento dado ao sítio arqueológico, mas também ao processo de formação do registro arqueológico.

A dissertação se divide em seis seções. A primeira seção constitui a introdução, onde são explicitados o objeto de estudo, problemática e objetivos. A segunda seção, referente ao marco teórico, se encontra dividida em três tópicos. No primeiro tópico, buscamos fazer uma breve apresentação das linhas teóricas em Arqueologia empregadas no referido trabalho e como estas se relacionam com o objeto de estudo. Ainda nesse tópico apresentamos alguns dos conceitos que permeiam a presente dissertação. No segundo tópico propomos apresentar rapidamente à cerâmica enquanto categoria de material arqueológico e importante fonte de dados primários sobre a sociedade que a produziu/consumiu/descartou/reutilizou. No terceiro tópico tratamos especificamente sobre a faiança, apresentando definições e a caracterização histórica dessa categoria cerâmica. Apresentamos também algumas das abordagens analíticas no estudo da faiança arqueológica e quais informações esses estudos têm apresentado.

Na terceira seção buscamos fazer uma caracterização geral do sítio arqueológico estudado e seu entorno, dividido em três tópicos. No primeiro tópico buscamos situar a área historicamente. Para isso, apresentamos o contexto histórico da capitania de Pernambuco face à invasão das tropas da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e os primeiros anos da guerra de resistência empreendida pelos luso-brasileiros, que tinham no Forte Real do Bom Jesus seu principal ponto de operação. Buscamos também caracterizar a área levando em conta fatores que podem ter sido responsáveis pela formação do contexto que nos propomos a estudar. Dessa forma, descrevemos como se deu o processo de urbanização da área assim como seus aspectos geoambientais. Finalizamos a seção fazendo uma breve descrição sobre as campanhas arqueológicas realizadas na área onde existiu a antiga fortificação.

A quarta seção consiste na apresentação da metodologia empregada. Dividindo-se em dois tópicos, buscamos nesta seção apresentar os métodos e técnicas utilizadas para a análise não apenas da faiança, mas do contexto arqueológico no qual se encontra inserida. O primeiro tópico consiste na definição das áreas funcionais do Forte Real do Bom Jesus. O segundo tópico consiste na descrição pormenorizada de cada uma das camadas arqueológicas definidas como potencialmente prováveis de terem pertencido ao período de ocupação da fortificação. Após essa definição, procuramos entender o processo de formação da camada, assim como outras categorias de material arqueológico associado à faiança.

A quinta seção consiste na análise da faiança do Forte Real do Bom Jesus, dentro dos critérios estabelecidos na metodologia. Na sexta e última seção apresentamos a discussão dos resultados obtidos a partir da análise da faiança e seu contexto estratigráfico seguido das considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS, ABORDAGENS E TEORIAS

O conceito de Arqueologia Histórica não está somente fundamentado em um determinado período cronológico ou a presença ou não da escrita, gerando intensos debates sobre o seu campo de atuação. Inserida em contextos disciplinares que trabalham com sociedades das quais se dispõe de documentação escrita, tem-se buscado na Arqueologia sua independência da História, da qual fora taxada como auxiliar. Entendemos a Arqueologia Histórica não como uma mera auxiliar, mas uma ciência que tem a possibilidade de não apenas confirmar, mas contradizer e enriquecer a história escrita (Albuquerque, 2000; Funari, 2002; Little, 1994), assim como recuperar aspectos que por motivos diversos não constam nos documentos históricos.

O estudo arqueológico de sociedades detentoras de documentação escrita é bastante antigo. As bases de uma pesquisa arqueológica balizada não apenas pelos elementos materiais da cultura, mas também em dados documentais remonta ao século XV (Deagan, 2008), a exemplo da Arqueologia Egípcia, Clássica, Medieval, etc. Todavia, é no âmbito americano que se dá essa periodização, principalmente associada ao processo colonizador.

Dentro da tradição da Arqueologia enquanto disciplina científica, as diferentes abordagens terminológicas estão relacionadas com o seu desenvolvimento. Na Europa, a Arqueologia esteve associada aos departamentos acadêmicos de História. A distinção entre História e Pré-História no contexto Europeu pode ser vista como uma gradação, ou seja, não possui uma divisão “abrupta” e bem dividida, como se observa nas Américas, por exemplo. Além da presença ou não de escrita como parâmetro de classificação, questões relativas principalmente a identidade dão a tônica dessa periodização na Europa (Orser Jr, 1992; Funari, 2007).

Um ponto nevrálgico entre Europa e América, é que a Arqueologia Histórica trataria, dentro de suas devidas proporções, de seus antepassados. Grosso modo seria o estudo da história do desenvolvimento da própria Europa. Na América há um ponto de ruptura de uma “ordem” vigente com a chegada e a inserção do mundo europeu através da colonização das terras americanas. Num ponto de vista eurocêntrico, seria o estudo da “nossa” história e a história do “outro” (Funari, op.cit; Little, op.cit).

Na América, a Arqueologia se formalizou dentro dos setores acadêmicos de Antropologia. No contexto americano, a Arqueologia Histórica estaria associada a um marco temporal específico, que na Europa é conhecida como Arqueologia Moderna ou Pós-Medieval. Esse marco seria o processo de expansão ultramarino europeu e seus desdobramentos nas terras e entre os povos de além-mar. Sendo assim, além da continuação histórica dos povos autóctones das quais as sociedades atuais são descendentes, como no caso da Europa, o conceito de Arqueologia História nas Américas representa principalmente um período de ruptura do sistema cultural nativo frente a uma nova realidade.

Autores como Schuyler e Deetz vêm na Arqueologia Histórica a compreensão do impacto da expansão europeia e suas consequências entre os povos nativos (Deetz, 1977, Schuyler, 1977 apud Little, 1994). Dessa forma, na presente dissertação, não podemos compreender a Arqueologia Histórica dissociada do caráter capitalista/mercantilista⁵ da colonização europeia no novo mundo e seus diversos impactos. Sendo assim, achamos bem acertado o conceito de Arqueologia Histórica proposto por Charles Orser Jr (1992): “[...] o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (p. 23).

Dentro dessa visão, Matthew (2016) aponta as principais contribuições que os arqueólogos históricos têm oferecido na compreensão de sociedades pertencentes a um passado mais recente:

Historical archaeologists have offered major contributions to questions regarding the meaning and practice of race, gender, sexuality, labor, agency, colonialism, capitalism, materiality, corporeality, globalization, community-based, and more. The complicated cultural, political, and economic engagements involved in constructing the modern condition require archaeological contributions in order to shed light on those people and relationships not documented or considered significant, and to understand the rich inter connections between people, places, and things that created the present globalized world. (Matthew, 2016, p. 1).

5 Na presente dissertação entendemos o conceito de Capitalismo enquanto um sistema econômico constituído por fases, das quais o Mercantilismo, ou Capitalismo comercial, foi sua fase inicial entre os séculos XVI e XVIII. Todavia, para alguns autores, o conceito de Mercantilismo estaria associado a um período de transição entre os sistemas medieval e capitalista, este último caracterizado pelo controle econômico absoluto do Estado. Nessa visão, apesar de aglutinar características do Feudalismo e do Capitalismo, o Mercantilismo não se enquadraria em nenhum dos dois sistemas (Silva e Silva 2009).

Não devemos deixar de concordar, mesmo a parte das diversas críticas existentes, que a Arqueologia Histórica, dentre outras coisas, é também uma Arqueologia do Capitalismo/Mercantilismo, pelo menos no que diz respeito aos territórios americanos. A própria gênese dos primórdios da ocupação europeia das terras de além-mar estão associadas a conquista e ocupação de territórios com fins políticos e econômicos. Especialmente o que se observa no litoral nordestino.

Desde a divisão das terras atlânticas através do Tratado de Tordesilhas até a experiência colonial com a instalação do sistema europeu na América, o processo representa uma série de questões associadas ao surgimento e dispersão de um sistema mercantilista e colonial. A ocupação das terras se deu dentro de um contexto de interesse econômico e estratégico, que impactou não apenas o sistema indígena, como também o sistema europeu (Albuquerque, 2000), o que é refletido nos elementos materiais da cultura referentes ao período que se estende de 1500 até os dias atuais.

Muitas críticas a uma visão capitalista da Arqueologia se dão principalmente no que diz respeito a exacerbação do colonizador em detrimento do colonizado, ponto de vista que também é associado aos chamados estudos de aculturação (Albuquerque e Lucena, 1995). Tais pontos de vista podem ser entendidos como tendo o sistema europeu como regulador. Os processos culturais e sociais teriam o europeu como catalisador, o que colocaria as sociedades nativas em uma situação de passividade (Funari, 2005; Funari, 2007; Funari e Ferreira, 2016), assim como o processo capitalista e global como natural e inevitável (Lima, 2002).

Com relação a isso, devemos entender que a aculturação não se deu de forma unilateral (embora o nativo tenha sido o mais impactado). A adaptação ao novo ambiente exigiu dos colonizadores uma postura prática, envolvendo a adoção de costumes diversos, assim como a utilização de produtos manufaturados pelo gentio. Produtos esses que foram paulatinamente sendo substituídos por produtos de procedência europeia a partir do momento em que a ocupação ia se tornando mais forte.

Mesmo assim, o europeu não abandonaria de todo a utilização de produtos indígenas e vice-versa. Podemos dizer que os sistemas colonial e indígena sofreram uma espécie de amálgama. O que pode se refletir principalmente na adoção de técnicas de manufatura europeia pelos indígenas e utilização de técnicas indígenas na produção de artefatos pelos colonizadores. Tal fato pode ser observado na própria cerâmica que passou a ser produzida no Brasil e que a Arqueologia conhece como cerâmica Neo-Brasileira (Gaspar, 2003).

O que não podemos negar é que se buscou uma repetição dos hábitos da metrópole na colônia, por parte principalmente da burguesia açucareira que ia se formando. Hábitos que estavam associados não apenas às modas e costumes, mas ao consumo de produtos manufaturados não apenas de caráter utilitário e funcional, mas também dotados de uma carga simbólica (Gomes, sem data).

Dentro do bojo teórico da Arqueologia Histórica, acreditamos que uma abordagem processual calcada na Teoria Geral dos Sistemas aplicada ao processo de consolidação e funcionamento do projeto colonial português em terras americanas seja a linha teórica mais adequada. Não queremos com isso dizer com isso que outras abordagens teóricas possuam menor potencial explicativo, entretanto, acreditamos ser dentro de um contexto sistêmico que podemos compreender o *modus operandi* de uma sociedade, independentemente de seu grau de complexidade.

Com forte base antropológica, o Processualismo foi uma resposta a Arqueologia Histórico-Cultural, de cunho descritivo e filológico, que vinha sendo desenvolvida até a década de 1960. O Processualismo, ou Nova Arqueologia, fazia um contraponto a sua predecessora. A abordagem Histórico-Cultural era demasiadamente difusionista e descritiva, no que diz respeito à reconstrução do *modus vivendi* dos grupos humanos a partir dos elementos materiais de sua cultura.

Predominantemente empírica em sua prática de campo e analítica, a síntese da abordagem Histórico-Cultural baseava-se principalmente no estabelecimento de cronologias, tabelas de características tipológicas para fins de comparação e na noção de “culturas arqueológicas”⁶, que teriam por fim principal uma “reconstituição histórica” a nível temporal e regional⁷. Essa reconstituição era baseada no princípio da particularidade das culturas, o que seria um dos pontos de divergência com os processualistas, que propunham generalizações associadas a padrões de comportamento humano (Funari, 2004; Funari, 2005; Jhonson, 2009; Renfrew e Bhan, 2007; South, 1977).

6 Conforme aponta Funari (2005), uma “cultura arqueológica”, conceito cunhado por Vere Gordon Childe, seria o conjunto de artefatos característicos, tanto cronologicamente quanto espacialmente, de um determinado grupo humano, representando traços culturais e étnicos. Traços esses que seriam passados de forma hereditária dentro do grupo, cuja organização dentro de esquemas tipológicos permitiria resgatar sua “história”.

7 Outra das contribuições de Gordon Childe seria a observação da deposição e distribuição estratigráfica dos artefatos tanto verticalmente - estabelecendo cronologias, como horizontalmente - estabelecendo sequências regionais e definindo áreas culturais (Robhan-González, 1999-2000).

Segundo observa Orser Jr (1992, p.60):

[...] os arqueólogos deveriam ser capazes de colocar qualquer cultura arqueológica, a evidência coletiva de uma cultura do passado, tal como existe nos registros arqueológicos, em um quadro histórico e cultural que faça sentido e seja coerente com o conhecimento arqueológico da região circundante.

Todavia, essa linha teórica foi responsável pelo desenvolvimento de boa parte das técnicas de campo e de laboratório que foram largamente utilizadas, como a seriação, assim como técnicas até hoje desenvolvidas, como o quadriculamento e a análise de atributos para formação de tipologias, por exemplo (Bicho, 2006; Renfrew e Bhan, 1993 apud Silva Júnior, 2006).

Adotamos o processualismo por questões simples. Na ânsia de uma Arqueologia mais explicativa e científica, o foco do arqueólogo deveria passar do artefato, localizado dentro de um contexto e uma cronologia, para o indivíduo que o produziu, consumiu, descartou, reutilizou, etc. Como apontou Binford (1962, 1964), essa mudança de foco necessariamente exigia uma mudança no tipo de perguntas a serem realizadas pelo arqueólogo ao seu material de estudo. O “o que” e “quando” deram lugar ao “como” e “por que”. Deveriam ser explicados os processos que permeavam a mudança cultural dentro da sociedade estudada e não somente sua reconstrução histórica.

O Processualismo, a partir de bases calcadas na Filosofia das Ciências (Johnson, 2009; Renfrew e Bhan, 2007; Symansky, 2014), propunha que a Arqueologia deveria ser dotada de aportes científicos e teóricos. O método científico, baseado principalmente no método hipotético-dedutivo, propunha a observação de fenômenos baseados em uma teoria, levantamento de problemas, que formulariam hipóteses passíveis de serem corroboradas ou refutadas, gerando assim uma síntese ou redirecionando os problemas e hipóteses (Bunge, 1972; Marconi e Lakatos, 2003).

Esse salto qualitativo da Arqueologia em direção a um caráter mais científico se deu também com a contribuição de outras áreas do conhecimento, como as Ciências da Terra, a Química e a Física. Com o advento das datações absolutas como o C14 a partir da década de 1950, apresentar a datação de um sítio não poderia mais se configurar como o resultado único e final da pesquisa arqueológica (Renfrew e Bhan, 2007).

Outro ponto característico do Processualismo seria sua aproximação ao Neo-Evolucionismo e na proposta da Ecologia Cultural de Julian Steward. A cultura, segundo apontava Binford (1964), seria o meio extrasomático de adaptação do ser humano ao meio ambiente externo. Esse meio externo, que Trigger (2004) considera como fatores não-culturais, seriam os responsáveis pela mudança dentro dos sistemas culturais. Até então, para os histórico-culturalistas, a mudança cultural seria também permeada por fatores externos, todavia se daria predominantemente por fatores culturais, através principalmente da difusão e de outros tipos de contatos (Johnson, 2009).

Adotando a Teoria Geral dos Sistemas, a cultura, como dito acima, seria um grande sistema em homeostase, permeado por sub-sistemas menores. Observando qualquer sociedade dentro de uma articulação sistêmica, torna-se possível mensurar os processos que permitem a mudança cultural, dentro de padrões gerais de comportamento, diferentemente da abordagem Histórico-Cultural, excessivamente preocupada com a particularidade dos eventos históricos. De forma geral a qualquer sistema cultural, observam-se três sub-sistemas inter-relacionados: os subsistemas tecnológico, social e ideológico (Trigger, op.cit; Binford, op.cit)

A mudança em qualquer um dos subsistemas refletiria obrigatoriamente no sistema total. Entender a cultura como um sistema representou uma fuga da busca por particularidades e uma forte busca por generalizações e padrões do comportamento humano refletidos nos elementos materiais da cultura. Conforme aponta Johnson (op.cit, p. 42): “Culturas diferentes pueden haber tenido estilos artísticos diferentes y ritos funerários distintos; sin embargo, sus sistemas sociales básicos pueden haber mostrado similitudes fundamentales.”

Apesar de trabalharmos na compreensão dos processos de mudança dentro de um sistema cultural através de generalizações e padrões gerais do comportamento humano, não podemos negar o fato de que os grupos humanos também eram dotados de particularidades no seu modus operandi, principalmente em sociedades de relações mais complexas, como é o caso da sociedade colonial e todos os seus atores. Conforme aponta Albuquerque (2000, sem página):

Pode-se admitir que qualquer sociedade humana se organiza em grandes sistemas e que estes estejam divididos em subsistemas. Embora cada sociedade tenha desenvolvido sua maneira própria e particular de resolver seus problemas, existe um patamar comum de necessidades que são atendidos pelos subsistemas básicos.

A partir das generalizações buscamos a compreensão de um todo maior que é a sociedade. De que adiantaria compreender uma igreja, fortificação, engenho ou residência, dissociados de seu contexto maior. Unidades que não possuem uma existência autônoma, à parte do sistema cultural no qual estão inseridas (Albuquerque, 1995). Para Albuquerque e Lucena (2017, sem página):

Podemos partir do princípio de que qualquer sociedade, da mais simples a mais complexa, se come, se abriga, se reproduz, tanto culturalmente como biologicamente, acredita em algo, se comunica, se trata, e se defende. Esta trama de procedimentos ocorre tanto em uma sociedade de caçadores e coletores, na sociedade grega, e também na sociedade atual. O modus operandi de cada sociedade constitui-se no diferencial que a torna única, embora, em alguns casos, possa haver paralelismos culturais. O entendimento destes procedimentos é o que permite ao observador/pesquisador se aproximar do entendimento da sociedade em estudo. Que toda sociedade se alimenta é o óbvio. Entretanto, saber como adquire o alimento, como armazena, como o prepara, como o consome, com que artefatos o fazem, etc., permite um nível de aproximação com a particularidade desta sociedade, o mesmo ocorrendo com os demais subsistemas da sociedade em estudo. Para sintetizar o exposto até o momento, poderemos considerar que qualquer sociedade possui como subsistemas básicos o alimentar, o abrigo, o reprodutivo, este se subdividindo entre o biológico e o cultural, o ideológico, o da saúde, o de comunicação, e o de defesa.

Essas generalizações, conforme apontavam os processualistas, eram inerentes ao expediente humano de adaptação, tendo o ambiente como catalisador. Entendendo a cultura como um sistema dotado de subsistemas específicos, o sistema colonial português no litoral nordestino, dentro do bojo de seus objetivos específicos, possuía uma estrutura geral de funcionamento, ilustrada em seus subsistemas básicos de produção, defesa, ideológico, dentre outros.

Com a invasão e tomada da Capitania de Pernambuco pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) em 1630, os luso-brasileiros necessitaram desenvolver um subsistema defensivo cuja função era bastante específica: evitar que os holandeses se assenhorassem do interior da capitania, ou seja, da região produtora de açúcar, assim como mantê-los restritos ao litoral, totalmente dependentes das provisões vindas por mar (Mello, 1978). É nesse contexto que se insere o sítio estudado na presente dissertação. O Forte Real do Bom Jesus constituiu-se como o ponto central desse subsistema.

Subsistema esse que, apesar inserido em padrões gerais relativos aos ditames da arte de fortificar vigentes no período, foi desenvolvido mediante uma necessidade específica, com

características e objetivos específicos, o que necessariamente gera uma expectativa arqueológica quanto ao seu conteúdo. Isso obrigatoriamente nos aproxima de uma abordagem baseada na Arqueologia das Fortificações.

O ato de se defender é inerente à condição humana, seja através das armas, do aproveitamento de recursos da paisagem (como abrigos naturais, topos de elevações, etc) e da edificação de obras diversas para esse fim. Dentro de uma abordagem sistêmica, a defesa constitui-se como um dos subsistemas básicos de qualquer sistema cultural. O ato de fortificar está também associado ao processo de sedentarização e pela luta entre grupos antagônicos pela posse de recursos diversos. As fortificações também não podem ser dissociadas, além de seu efeito bélico, de seu caráter moral, através da intimidação de possíveis atacantes e como símbolo de poder de quem detinha cabedal suficiente para sua edificação, que se observa nos castelos medievais (Castro, 2016b).

O desenvolvimento das fortificações durante os séculos esteve intimamente ligado a evolução das armas. A chamada arquitetura militar foi regida por ditames teóricos levados a cabo por tratadistas, estudiosos responsáveis pela “arte de fortificar”. Essa arte está relacionada de forma intrínseca com o desenvolvimento e aprimoramento do aparato bélico.

As fortificações medievais que outrora se baseavam no princípio da verticalidade de muralhas, torres e castelos para se proteger de armas de propulsão mecânica como arcos, catapultas, bestas e máquinas de assédio, foram gradativamente se tornando obsoletas ante a evolução de um novo aparato bélico. Eram os primórdios da “pirobalística”, que a partir do século XV introduziu armas de propulsão de projéteis mediante a explosão da pólvora (Mori, 2003; Mori e Castro, 2003).

Por fortificação podemos entender as obras estritamente bélicas, que permitem aos seus ocupantes não apenas refúgio, mas também a possibilidade de defesa e contra-ataque, o que as diferencia de simples abrigos (Castro, 2016e). Dentro do espectro que compõe as obras fortificadas existem diversas unidades que diferem entre si, tanto estruturalmente quanto estrategicamente. São o caso dos redutos, baterias, fortins, fortes, fortalezas e praças fortes (Castro, 2016b; 2016c; 2016d; 2017f; 2016g; 2016h). O próprio conceito de Arquitetura Militar dá conta tanto de obras defensivas quanto logísticas voltadas a defesa como estradas, pontes, caminhos, portos, etc (Castro, 2016a).

A defesa foi uma das principais necessidades da ocupação das terras americanas e da implantação do sistema colonial português no Brasil. Mesmo que nos primeiros anos da colonização não tenham sido encontrados os tão cobiçados metais preciosos, era necessário garantir a posse das terras contra o assalto e o livre comércio de corsários e demais aventureiros europeus, principalmente franceses e holandeses, com os nativos (Castro, 2009; Albuquerque et. al, 1999). As obras fortificadas empregadas nesse intento se configuraram nos mais diversos tipos, condicionando-se aos recursos disponíveis, as posições que se almejava defender e as estratégias e interesses vigentes.

Dessa forma, a compreensão de uma fortificação não deve estar dissociada da compreensão do contexto maior em que esta está inserida. Não apenas ao que tange as fortificações, mas a qualquer subsistema associado ao sistema cultural maior. A Arqueologia Histórica, como aponta Albuquerque (2015), tem exigido dos pesquisadores a necessidade de um aprofundamento maior em cada uma das diferentes unidades funcionais do sistema cultural, que apesar de inseridas em um contexto maior, possuem particularidades inerentes a sua função.

2.2 A CERÂMICA: UM OBJETO DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

O estudo da cerâmica arqueológica abrange uma grande quantidade de objetos, sejam cerâmicas decorativas, utilitárias, construtivas, voltadas a prática arqueológica, lúdica, etc. e pertencentes aos mais variados períodos cronológicos. A cerâmica, diferentemente das demais categorias que formam a cultura material humana que comumente nos deparamos nos sítios arqueológicos, seja talvez a de maior potencial explicativo sobre a sociedade que a produziu, utilizou e descartou. Para Kuzmin (2013) a cerâmica constitui-se como uma das inovações tecnológicas mais expressivas da pré-história.

Não apenas por trazer em seu bojo historicidade intrínseca e a sintetização de todo um processo cognitivo e de aprendizagem que vai desde a escolha da matéria-prima até a produção do produto em si, mas, e, sobretudo, pela grande capacidade que tem em resistir ao passar dos tempos, a cerâmica está presente em “[...] contextos arqueológicos de praticamente todo o mundo [...]” (Robrahn-Gonzáles, 1998).

Não apenas na Arqueologia, mas nas demais ciências cujo objeto de estudo são os aspectos materiais e imateriais da cultura humana como a Antropologia, a Etnologia e a Etnografia, por exemplo, a cerâmica (em seu caráter funcional e artístico) tem incitado

problemáticas a pesquisadores diversos e tem sido trabalhada também por vieses diversos para compreensão de fenômenos psicológicos, sociais, artísticos, religiosos e culturais intrincados⁸.

O barro, e por si, a cerâmica, foi a matéria-prima de artefatos de caráter utilitário, construtivo, artísticos, dentre outros usos. Podemos dizer que ela consiste em um dos artefatos mais comuns e mais trabalhados pelos arqueólogos. Foi comumente associada ao processo de sedentarização dos grupos passados e ao surgimento e desenvolvimento da agricultura, embora se tenham dados de grupos agricultores pré-cerâmicos. Todavia, conforme aponta Martin (2005), torna-se difícil inferir a presença ou não de agricultura em sítios onde não aparece a cerâmica, face a falta de outros elementos materiais que atestem essa condição.

Kuzmin (2013), em seu estado da arte sobre o surgimento da cerâmica no Velho mundo, divide a cerâmica em dois tipos, que são as utilitárias e demais artefatos feitos de barro queimado. Do ponto de vista cronológico, artefatos em barro cozido de funções não utilitárias são mais recuados, a exemplo das figuras provenientes do paleolítico superior, localizadas na Europa central. Hipoteticamente tais figuras teriam um caráter simbólico e/ou religioso. Já para os artefatos cerâmicos compreendidos como utilitários, o autor aponta o leste asiático como detentora das datações mais recuadas, entretanto aponta que seu surgimento como antecessor a agricultura.

No Brasil, a cerâmica arqueológica foi um dos principais objetos de estudo do PRONAPA, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, desenvolvido entre os anos de 1965 e 1970. Esse programa, além de formar arqueólogos dentro de uma linha teórica e metodológica específica, visava estabelecer um panorama arqueológico mais amplo no país, estabelecer cronologias relativas e absolutas de ocupação, assim como reconstituir o desenvolvimento cultural através da observação de filiações culturais entre sítios e regiões (Brochado et. al, 1969⁹; Alves et. al, 1991; Meggers, 2007).

Um dos principais resultados do programa foi a definição de diversos conceitos operacionais que classificaram os tipos cerâmicos em tradições e subtradições diferentes, assim como propor rotas de migração e pontos de difusão. Com fim do PRONAPA, houve a

8 Nesse quesito, ver os trabalhos de Levi-Strauss (1985), Ribeiro, D. (1986), Ribeiro, B. (1986), Chiara (1998), dentre outros.

9 Este relatório, redigido pelos integrantes do PRONAPA, foi também traduzido para o inglês e publicado no periódico *American Antiquity*, em 1970 – ver PRONAPA, 1970.

necessidade de se intensificar as pesquisas na área amazônica, que seria levado à frente pelo PRONAPABA, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica, uma continuação do PRONAPA (Alves et. al, op. cit; Meggers, op. cit; Simões, sem data).

A partir da década de 1950 diversos trabalhos de referência sobre o estudo da cerâmica arqueológica foram publicados. Trabalhos que buscavam não apenas uma classificação dos tipos cerâmicos quanto aos seus atributos estéticos e artísticos, tal qual se desenvolveu no período histórico-artístico proposto por Orton, Vince e Tyers (1997), mas quanto a sua função, tecnologia e uma forte influência da etnografia, principalmente no que diz respeito as técnicas que envolvem todo o processo de manufatura, incluindo a aquisição e tratamento das matérias-primas, assim como sua composição química. Dentre esses trabalhos de referência podemos citar os manuais de Sheppard (1985), Rice (1987), dentre outros.

Como todo e qualquer material arqueológico, seu estudo necessita de uma sistemática própria assim como critérios analíticos consensuais por parte dos pesquisadores. Um aporte teórico apropriado também deve ser adotado e estar em consonância com as perguntas e os objetivos do pesquisador. Conforme apontam Albuquerque e Lucena (2008), a prática analítica arqueológica como um todo não pode ser operacionalizada de uma maneira única. Conseqüentemente o estudo da cerâmica arqueológica também não. Entretanto, como apontam os autores: “A despeito da grande utilização da cerâmica como elemento de análise de culturas distintas, não se chegou ainda a uma postura consensual sobre quais e de que forma os elementos devam ser analisados” (Albuquerque e Lucena, op. cit, p. 356). Postura consensual que deve partir dos interesses distintos de cada pesquisa.

2.3 A FAIANÇA EM ARQUEOLOGIA

Para a presente dissertação vamos entender a faiança portuguesa segundo a definição proposta por Rafael Salinas Calado (p. 15, 2001):

Faiança é a designação genérica que identifica, dentre os mais conhecidos, aquele tipo de cerâmica em que, para fins utilitários ou ornamentais, a pasta argilosa opaca foi pintada e coberta de vidrado. O vocábulo deriva directamente de Faenza, nome de uma cidade italiana da Toscana, onde se desenvolveu uma importante e prestigiada produção de louça vidrada desde o princípio do século XVI.

Em algumas situações a faiança e a majólica são colocadas por alguns autores como se tratando de denominações diferentes para uma mesma categoria cerâmica (Tite, 2012, p. 2; Bandeira, 2013, p. 111; Zanetini, 1986, p. 120). Embora se enquadrem dentro do universo das louças vitrificadas, ambas possuem características distintas e observáveis macroscopicamente, como diferenças de pasta, de esmalte e decoração.

Dentro de uma classificação dos produtos de cerâmicos de acordo com o tipo de pasta, as louças podem ser não porosas, no caso as porcelanas e grés, e as porosas, onde se enquadram as faianças, materiais construtivos, terracotas, etc (Ghilherme, 2008 apud Coroado, 2005; Zanettini, 1986).

Figura 1 - Prato em faiança portuguesa, referente ao primeiro quartel do século XVII.



Fonte: Calado (2003).

Figura 2 - Majólica Italiana, de produção quinhentista (primeira metade do século XVI).



Fonte: Tite (2012).

Os primórdios da produção das louças vidradas possuem datações bastante recuadas e sua tradição se situa nas civilizações antigas do Oriente Médio e da África. Tendo chegado a Europa via mar Mediterrâneo, em meados do século IX, foi introduzida primeiramente em Valência e se espalhou pela região ibérica, através principalmente de incursões comerciais de povos islâmicos na região. Já no século XV Valência era um importante centro produtor de louça vidrada.

Posteriormente em Málaga, na Espanha, a produção de louça branca vidrada com decorações em azul já era produzida no século XVI. Vários artífices, oriundos da Itália e

Espanha já se encontravam em Portugal no século XVI. Foram essas produções, que podemos chamar de “Ibéricas”, as primeiras influências para a seminal produção de faiança portuguesa, ainda na primeira metade do século XVI. Os próprios regimentos de ofícios portugueses do século XVI já diferenciavam os oleiros que fabricavam cerâmica vermelha dos que fabricavam louça branca ou “malagueira”, em clara alusão às produções provenientes de Málaga (Calado, 2003, p. 7 e 8). Essa influência dos centros de produção espanhóis e italianos se observa não apenas nas decorações como também nas formas (Casimiro et. al, 2015, p. 68).

Entretanto, a principal influência da faiança portuguesa foi a porcelana chinesa, que desde o início das relações comerciais entre Portugal e o Oriente no século XVI passou a figurar como um bem de consumo altamente apreciado tanto pelos grupos mais abastados quanto pelas comunidades eclesiásticas e, posteriormente, grupos de menor poder aquisitivo.

A faiança se constitui em um material importado frequentemente localizado em sítios arqueológicos no Nordeste do Brasil. Podemos dizer que sua presença representa bem o caráter de formação e consolidação do sistema colonial em terras americanas (Curado, 2010; Bandeira, 2013). Conforme aponta Etchevarne (2006, sem página), “No estudo da cerâmica portuguesa do século XVII o nordeste brasileiro representa uma área de excepcional importância, posto que ali se encontram as cidades que floresceram nesse século, testemunhando a consolidação do projeto colonial português”.

Para Casimiro et.al (2015), apesar da faiança ser encontrada em todos os territórios onde se desenvolveu o comércio português, sua presença se mostra maior nas áreas costeiras do Atlântico. Em contextos arqueológicos fora de Portugal, a faiança portuguesa pode ser observada em diversos estados norte-americanos (Wilcoxon, 1999), nas Ilhas Britânicas (Casimiro, 2008; 2010) e em demais países da América Latina, como o Uruguai (Fusco-Zambetogliris, 2003) e Argentina (Schávelzon, 2001), por exemplo. No que tange ao estudo da faiança em contextos arqueológicos brasileiros não devemos deixar de citar os trabalhos de Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (1991, 2001), Etchevarne (2006), Curado (2010) e Bandeira (2013).

A própria faiança traz em seu bojo a gênese de toda a gama de influências que poderiam bem ilustrar um processo de globalização já em meados do século XVI. A própria abertura dos portos orientais e a consolidação das relações comerciais entre Europa e países do oriente como a China, por exemplo, tiveram um grande impacto na produção da faiança portuguesa, principalmente no que diz respeito à influência de seus estilos decorativos (Albuquerque,

1991; Wilcoxon, op.cit). Vale ressaltar a grande influência que os centros oleiros italianos e espanhóis tiveram na produção da faiança portuguesa, também no que tange aos seus aspectos estéticos e tecnológicos (Casimiro et.al, op.cit).

No Nordeste brasileiro, a elite açucareira, em consonância com as modas e costumes da metrópole, buscou reproduzir os gostos lusitanos (Etchevarne, 2006, Etchevarne e Gomes, 2012). Nesse contexto, a faiança pode bem representar o processo paulatino de ocupação das terras brasileiras, de uma forma mais sólida pelos portugueses.

Como exemplo, podemos falar da Feitoria de Cristóvão Jacques¹⁰, um dos primeiros pontos de contatos interétnicos entre portugueses e nativos, localizada no litoral Norte de Pernambuco (Albuquerque, 1993; Albuquerque, 1999). Conforme pesquisa arqueológica que evidenciou esse inicial, porém ainda incipiente, ponto de ocupação portuguesa, observou-se que à medida que o assentamento português ia tomando corpo, houve uma paulatina substituição de material cerâmico indígena pelo europeu, dentre eles a faiança, evidenciada nos estratos mais superficiais do sítio e associados ao período de ocupação mais permanente da feitoria (Albuquerque, 1969; Albuquerque, 1982; Albuquerque et. al, 1999).

Como dito acima, essa categoria de material está intimamente associada a unidades funcionais relativas a contextos sociais mais abastados e em ambientes eclesiásticos. A louça em faiança poderia se revestir não apenas de um caráter funcional, mas também possuir uma carga simbólica. Devemos lembrar que a faiança não atendia apenas ao subsistema alimentar, sendo também produzidas peças voltadas a práticas religiosas como as pias de água benta, a atividades farmacêuticas como os canudos ou mangas de botica, material de uso coletivo como as cuspidadeiras, de uso pessoal como os penicos, além de outros usos como os tinteiros, candelabros, etc.

10 As feitorias, além de ponto de estoque do Pau-Brasil e demais produtos da terra, de contato e comercialização com os nativos, converteram-se nas primeiras unidades fortificadas erguidas no Brasil. A Feitoria de Cristóvão Jacques foi fundada em 1516 às margens do Canal de Santa Cruz, em Itamaracá. Sendo a primeira feitoria régia do Brasil, sofreu diversos ataques de piratas e corsários, assim como foi ponto de desembarque de Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco (Albuquerque et. al, 1999).

Figura 3 - Canudo ou manga de botica em faiança portuguesa, relativa ao primeiro quartel do século XVII.



Fonte: Calado (2003).

Figura 4 - Pia de água benta em faiança, relativa ao século XVIII.



Fonte: Calado (2001).

Figura 5 - Tinteiro em faiança portuguesa. Primeira metade do século XVIII.



Fonte: Calado (2003).

Figura 6 - Cuspideira em faiança portuguesa. Século XVIII.



Fonte: Calado (2001).

A despeito do grande potencial que a faiança tem enquanto fonte de dados primários, Marcos Albuquerque (2001) apontou que o caráter subjetivo dos critérios analíticos utilizados

nessa categoria de material não se mostrava satisfatórios. Critérios analíticos baseados principalmente na sua gramática decorativa e em seus aspectos estéticos, que são indubitavelmente subjetivos. Podemos dizer que tais critérios estão associados ao estudo da faiança dentro de um contexto da História da Arte, que se baseava principalmente em peças de coleções particulares e museológicas.

Nesse contexto, diversos manuais e catálogos foram publicados, servindo como fonte de dados tanto para arqueólogos quanto para historiadores da arte, antiquários e colecionadores (Curado, 2010). Dentre esses trabalhos podemos citar o de Arthur de Sandão, Reynaldo dos Santos, dentre outros.

A faiança, quando convertida em fonte de dados primários transforma-se em um importante manancial de informações sobre a sociedade que a produziu, adquiriu e consumiu. Dela pode-se extrair dados referentes a técnicas de produção, centros produtores, relações comerciais, sociais e econômicas, costumes alimentares, assim como, segundo propõe Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (1991; 2001), converter-se em um seguro demarcador cronológico.

Todavia, segundo apontam Marcos Albuquerque (2001) e Curado (2010), é necessária uma metodologia baseada em critérios analíticos científicos para que a faiança passe da condição de objeto para fonte de dados primários. Segundo aponta Tocchetto et.al (2001, p. 135):

As louças constituem uma das mais significativas categorias de materiais exumadas em sítios históricos, não somente em função de sua grande popularidade, mas sobretudo devido às inúmeras possibilidades de interpretação que oferecem. Arqueólogos históricos têm utilizado esse material em uma ampla gama de vias de pesquisa, fundamentadas em problemáticas tão distintas quanto relações de poder, gênero, discursos ideológicos, construção de identidades, análise de classes, etnicidade e status socioeconômico”.

Os primórdios do estudo da faiança em Portugal se insere em um contexto de resgate do interesse sobre a história e a cultura portuguesa, tendo seu marco em 1882, ano de significativas exposições de arte realizadas neste país, todavia a compilação e elaboração de tratados e manuais sobre a louça esmaltada portuguesa vêm do século XVI, permeando todo o século XIX (Casimiro, 2010; Sebastian, 2010). No final do século XIX e início do XX se seguem crescente quantidade de publicações abordando tanto os processos de manufatura

quanto as decorações, marcas de produção, locais de produção, abordando a cerâmica moderna portuguesa como um todo, dentro da qual se insere a faiança.

Durante boa parte do século XX o estudo da faiança se fez a partir de sua gramática decorativa, mediante consulta a coleções particulares e museológicas. Casimiro (2013, p.351) ressalta uma das primeiras tentativas mais seguras para o estabelecimento de cronologias partiu de Reynaldo dos Santos, já na década de 1960, embora não baseado ainda em dados arqueológicos.

Apesar da faiança ser objeto de estudo em diversas instituições e com as mais diversas abordagens, devemos destacar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a qual oferece cursos de licenciatura, mestrado em Arqueologia e doutorado em História com concentração em Arqueologia.

Vale salientar que dentre os projetos de investigação no âmbito do Mestrado em Arqueologia da referida universidade destaca-se o projeto “A Faiança Portuguesa no Mundo (Séculos XVI-XVIII)”. As teses de doutorado de Sebastian (2010) e Casimiro (2010), além das diversas dissertações de mestrado provenientes da referida Universidade têm sido publicadas nos últimos anos. Tais trabalhos têm acrescentado informações valiosas, principalmente no que diz respeito ao consumo da faiança em unidades funcionais portuguesas (Almeida, 2012; Trindade, 2012; Torres, 2011), assim como o entendimento de seu contexto sistêmico através da análise de iconografias (Gonçalves, 2012).

Dos trabalhos publicados em âmbito português ou por pesquisadores portugueses, tem-se destacado também uma crescente bibliografia baseada no emprego de análises físico-químicas, principalmente análises não-invasivas ou pouco invasivas como a espectrometria e a fluorescência de raios-x. A partir da análise de pastas, vidrados e pigmentos, esses trabalhos têm objetivado caracterizar quimicamente e mineralogicamente essa categoria de cerâmica de forma a obter subsídios que permitam identificar, de forma mais segura, dados relativos a tecnologia, procedência, datação, identificação de centros produtores, dentre outras informações (Ferreira e Casimiro, 2018; Ferreira et. al, 2015; Ferreira et. al, 2015, Ferreira et. al, 2013; Ferreira et. al, 2012; Guilherme et. al, 2011; Guilherme et. al, 2010; Guilherme et. al, 2009; Guilherme et. al, 2009; Guilherme, 2008). Essas informações têm atestado o grau de subjetividade que a simples análise calcada unicamente na associação de determinadas

decorações ou a presença de determinados pigmentos, e como esses critérios tornam frágil a interpretação da faiança.

Todavia, a gramática decorativa continua sendo o principal critério de análise da faiança em Arqueologia, embora com abordagens mais concretas. É o caso do trabalho de Tânia Casimiro, que propõe uma evolução crono-estilística da faiança portuguesa a partir principalmente de sua observação em contextos arqueológicos seguramente datados¹¹ (2010; 2013). Importante também será mencionar o trabalho de Luís Sebastian (2010), que sugere uma análise macroscópica da faiança através de tipologias baseadas em pastas, esmaltes, morfologias e decorações.

¹¹ Devemos entender que a entrada da louça no contexto arqueológico é diferente de sua data de produção. Um determinado tipo de louça produzida em Portugal na primeira metade do século XVII pode ser encontrada no Brasil em contextos arqueológicos posteriores, por exemplo.

3 O FORTE REAL DO BOM JESUS

3.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

O final do século XVI e início do XVII marcaram uma intensa corrida pelo comércio na área do Atlântico, no qual se destacavam os portos das possessões coloniais na América, em especial o Brasil. Não à toa, os portugueses tiveram que fazer uso dos mais diversos expedientes para garantir a defesa do território e evitar incursões de outras nações europeias. Dentre estes podemos citar as expedições guarda-costas, a instalação feitorias (Albuquerque, Lucena e Walmsley, 1999, p. 18; Menezes e Rodrigues, 1986, p. 22) e de capitânicas particulares, que não lograram o êxito esperado nos primeiros momentos da ocupação portuguesa (Castro, 2009, p. 71 e 72).

A crise dinástica portuguesa de fins do século XVI, que culminou na sua aglutinação com a Espanha sob jugo da coroa filipina, azedou as relações comerciais entre Portugal e Holanda, amistosas até então. À época, Holanda e Espanha encontravam-se em um longo conflito conhecido como Guerra dos Oitenta Anos, o que conseqüentemente refletiu para a agora Coroa Ibérica, que passou a impor duras represálias às embarcações neerlandesas que realizassem atividades comerciais no Atlântico (Heijer, 2005, p. 17; Mello, 2010, sem página).

Tal situação exigia a organização de uma companhia comercial particular capaz de fazer frente a essa ameaça e permitir um trânsito seguro das embarcações mercantes no lucrativo comércio atlântico. Uma companhia comercial semelhante a Companhia das Índias Orientais foi idealizada ainda em fins do século XVI, recebendo o monopólio do comércio do açúcar pelos Estados Gerais no início do século XVII, embora tendo que adiar suas atividades devido ao armistício entre Espanha e Holanda.

Criada a partir dos mesmos moldes da VOC (Verenigde Oost-Indische Compagnie – Companhia das Índias Orientais), a WIC (West-Indische Compagnie – Companhia das Índias Ocidentais), conforme aponta Miranda (2014, p. 23), possuía dois objetivos claros:

O objetivo primário dessa companhia era minar as bases da economia ultramarina ibérica que alimentava o império espanhol – e seu poderio militar – e, ao mesmo tempo, abrir os portos das colônias espanholas e portuguesas para as embarcações mercantes das Províncias Unidas.

Após o cessar fogo entre Holanda e Espanha em 1621 e o retorno da velha animosidade entre ambos os países, a WIC se encontrava em condições tanto econômicas quanto políticas e logísticas, de uma investida maciça contra a coroa ibérica. Foi escolhida a Bahia, então sede administrativa ou “cabeça do Estado do Brasil”, para o ataque realizado em 1624, embora a investida já viesse sendo preparada desde o ano anterior, depois de captados os recursos financeiros necessários (Abreu, sem data, p. 85). Mesmo tomando a capitania, o ataque não logrou o êxito esperado. Após um mês de sítio por terra e mar, a WIC se viu obrigada a rendição.

Figura 7 - Retomada de Salvador pela armada luso-espanhola, segundo iconografia de Albernaz.



Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/planta-albernaz.htm>. Acesso em: 16-05-2019.

O fracasso da empresa contra a Bahia resultou em duro golpe para a Companhia, que se viu exaurida economicamente, só vindo ganhar novo fôlego após o aprisionamento da frota da prata em 1628 (Heijer, 2005, p. 32; Gouvêa, 1998, p. 29; Santiago, 1984, p. 26; Varnhagen, 1872, p. 45 e 46). Essa ação lhe permitiu reerguer-se financeiramente e promover um novo ataque, desta vez voltando-se para a capitania de Pernambuco, sobre a qual já eram recolhidas na Holanda informações sobre sua situação, dando conta de suas defesas e, principalmente, sobre o volume de sua produção açucareira. Tais informações eram colhidas in loco e

enviadas aos diretores da Companhia (Mello, 1978; Gouvêa, 1998, p. 30; Varnhagen, 1872, p. 46).

A capitania de Pernambuco iniciava o século XVII como sendo um dos principais portos e produtores de cana de açúcar dos domínios ultramarinos portugueses, que auferia altos lucros no mercado europeu, assim como demais produtos da terra. Não foram poucas as incursões e tentativas de estabelecimento e comércio com nativos, empreendidas por piratas, corsários e demais navegantes de outras nações europeias na costa de Pernambuco, a exemplo de ingleses e franceses, esses últimos que por vezes tentaram se estabelecer na costa pernambucana (Albuquerque, Lucena e Walmsley, 1999, p. 21). Pernambuco destacava-se também pelo seu caráter logístico. Conforme aponta Vieira (2010, p. 45):

[...] contudo, a capitania de Pernambuco estava além de ser um mero local de cobiça de açúcar e Pau-Brasil. Foi também um importante ponto estratégico que servia de apoio para as embarcações que navegavam no mundo atlântico. Era uma rota preferencial por conta dos ventos, da atividade mercantil que sua localização proporcionava, das embarcações que navegavam pelos continentes africano e americano. Sua relativa aproximação com o Caribe e com a rota da prata fazia de Pernambuco uma das principais entradas para a América Latina Colonial.

Embora o povoado dos arrecifes se configurasse como o principal porto dos domínios coloniais de Portugal e a vila de Olinda como próspera e opulenta, cujo fausto foi observado por cronistas da época (Santiago, op. cit, p. 15, 21 e 26), a capitania de Pernambuco se encontrava pobremente fortificada. As defesas montadas por Matias de Albuquerque quando de seu período como governador da capitania encontravam-se desmanteladas, em condições precárias, além de insuficientes e antiquadas, a exemplo do Forte de São Jorge, um forte de transição¹² pouco eficiente contra um arsenal moderno.

Tendo a coroa ibérica recebido notícias sobre a iminência de uma nova investida da Companhia (Varnhagen, 1872, p. 48), envia para Pernambuco Matias de Albuquerque na condição de superintendente da guerra em Pernambuco e demais capitanias do Norte (Mello, 2010, Sem página) para que vistoriasse as condições das fortificações e providenciasse a defesa da capitania face a iminência do ataque. Apesar das atitudes emergenciais terem sido tomadas por Matias de Albuquerque tão logo seu regresso a Pernambuco, o tempo disponível

¹² A fortificação de transição consiste em um meio termo entre os castelos medievais e as fortalezas modernas. Eram pensadas para defender-se das novas armas de fogo, mas em um período onde as máquinas de guerra baseadas na força elástica e no combate com armas brancas ainda estavam em voga (Matos, 2016, p. 34 e 35)

antes da chegada da armada da Companhia não foi suficiente¹³ para a organização de uma defesa mais eficiente, o que se mostrou latente face a rapidez e facilidade, apesar da forte resistência dos da terra, com que a capitania foi tomada.

O ataque a capitania se deu em duas frentes: enquanto parte da frota batia o porto por mar (Teensma e Hulsman, p. 228, 2007; Laet, sem página, 1916), a outra parte seguiu para o norte, onde desembarcou a infantaria em Pau Amarelo e seguiu por terra até Olinda, enfrentando algumas escaramuças durante o percurso (Richoffer, 2004, p. 62 e 63; Laet, op.cit). Apesar da resistência, Olinda pôde ser tomada sem maiores esforços. Logo em seguida capitulam as fortificações do porto, configurando-se assim a conquista.

¹³ Frei Manuel Calado, em seu relato, acusa Matias de Albuquerque de ter sido relapso quanto aos preparativos à invasão, perdendo demasiado tempo com festejos celebrando o nascimento do príncipe da Espanha (Calado, 2004, p. 42).

Figura 8 - Ataque da frota da Companhia das Índias Ocidentais a Pernambuco.



Fonte: Reproduzido por Pérez e Souza (Eds.) (2006).

Figura 9 - Carta Comemorativa da Conquista de Pernambuco por Gerritsz, 1630. Nela observa-se bem a estratégia de ataque da armada da Companhia das Índias Ocidentais. Notar o desembarque da infantaria a Norte e seu deslocamento até a Vila de Olinda.



Fonte: Reproduzido por Sá (2015).

Tomados a vila e o porto, Matias de Albuquerque retira-se de forma a reorganizar a defesa, destruindo armazéns do porto e considerável quantidade de caixas de açúcar. Agora, fazia-se necessário impedir o acesso das tropas da Companhia ao interior da capitania e ao mesmo tempo privá-las de qualquer acesso aos produtos da terra, como alimentos, faxina para suas fortificações e demais víveres.

O interior de Pernambuco, em especial a região das várzeas do rio Capibaribe, configurou-se como um dos principais pontos a serem defendidos. Conforme relatório de Adrien Verdonck, datado de 1630, a várzea do Capibaribe era responsável pela maior parte da produção açucareira da capitania, reconhecida também como de melhor qualidade (Mello, 2004, p. 39). Se dá então a configuração de um novo sistema defensivo luso-brasileiro, calcado nesses objetivos.

Esse sistema baseava-se em estâncias¹⁴, terços¹⁵ e grupos móveis que empreendiam a guerra de emboscadas (ou Guerra Brasília, como ficou conhecida), além de posições fortificadas como o Passo dos Afogados, que fechava aos holandeses o acesso pelo rio Capibaribe, o porto de Nazaré – e posteriormente o Forte de Nazaré, quando da tomada do referido porto, e o Forte Real do Bom Jesus, quartel general luso-brasileiro e ponto principal

¹⁴ Pontos fortificados entre o Forte Real, a vila de Olinda e o porto do Recife, guarnecidos por grupos móveis.

¹⁵ Companhia composta por contingente entre 300 e 1000 homens de guerra sob o comando de um Mestre de Campo, antiga patente hoje relativa ao cargo de Major (Bento, 1971, p. 50 apud Barthel, 2007, p. 6).

desse teatro de operações, fornecendo contingentes para as diversas operações da guerra (Coelho, 1984, p. 68). O local escolhido para sua edificação consistia em uma eminência, com distâncias similares entre a vila e o porto.

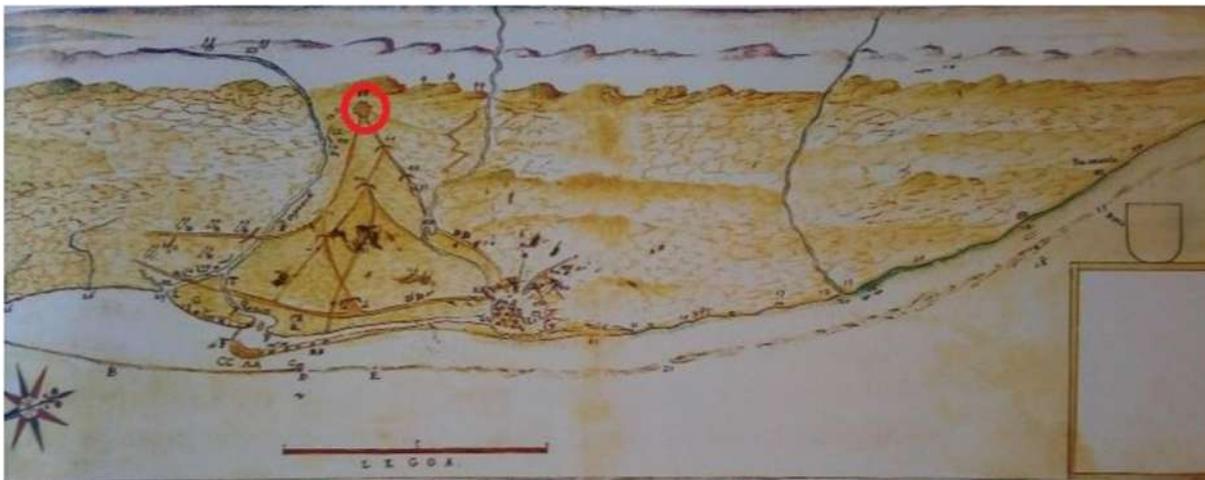
Para esse local convergiam as principais rotas que seguiam para o interior e para a região produtora de açúcar, conforme ressaltam o historiador Pereira da Costa (1952, p. 13) e o então donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho (1984, p. 64). Como aponta Menezes (2015, 2007), os muitos caminhos que compunham a movimentação de pessoas entre o porto de Recife, a Vila de Olinda, a Várzea do Capibaribe e demais arrabaldes, eram feitos por rotas diversas, tanto terrestres quanto fluviais.

Cita o autor (Menezes, op.cit, p. 153) que o Forte Real do Bom Jesus se localizava num dos principais caminhos entre Olinda e os engenhos da Várzea:

As ligações com a várzea e com os engenhos do redor da vila se faziam por caminhos que definiram-se desde os inícios da povoação, quando se instalaram os primeiros engenhos. Um dos mais antigos, ainda hoje existente (a Estrada Velha de Água Fria) é aquele que, saindo da vila para o oeste à seguia até depois, povoação do Beberibe, provavelmente passando pela antiga propriedade rural do donatário, e daquela voltava-se para o Sul e seguia até as proximidades do lugar onde se construiu, já no século XVII, o Arraial Velho[...].

Nesse quesito também aponta Varnhagen (1872, p. 65): “Para quartel general escolheu a paragem mais a proposito nos arredores, bastante central, quase a igual distancia de Olinda e do Recife, e onde se reunia a maior parte dos caminhos d’estas duas povoações para o interior, em consequência das voltas do Capibaribe e do Beberibe” (p. 65).

Figura 10 - Detalhe de iconografia de Albernaz, 1630. Notar os caminhos que partem em direção as várzeas do Capibaribe e convergem para o local onde se instalou o Forte Real do Bom Jesus (assinalado em vermelho).

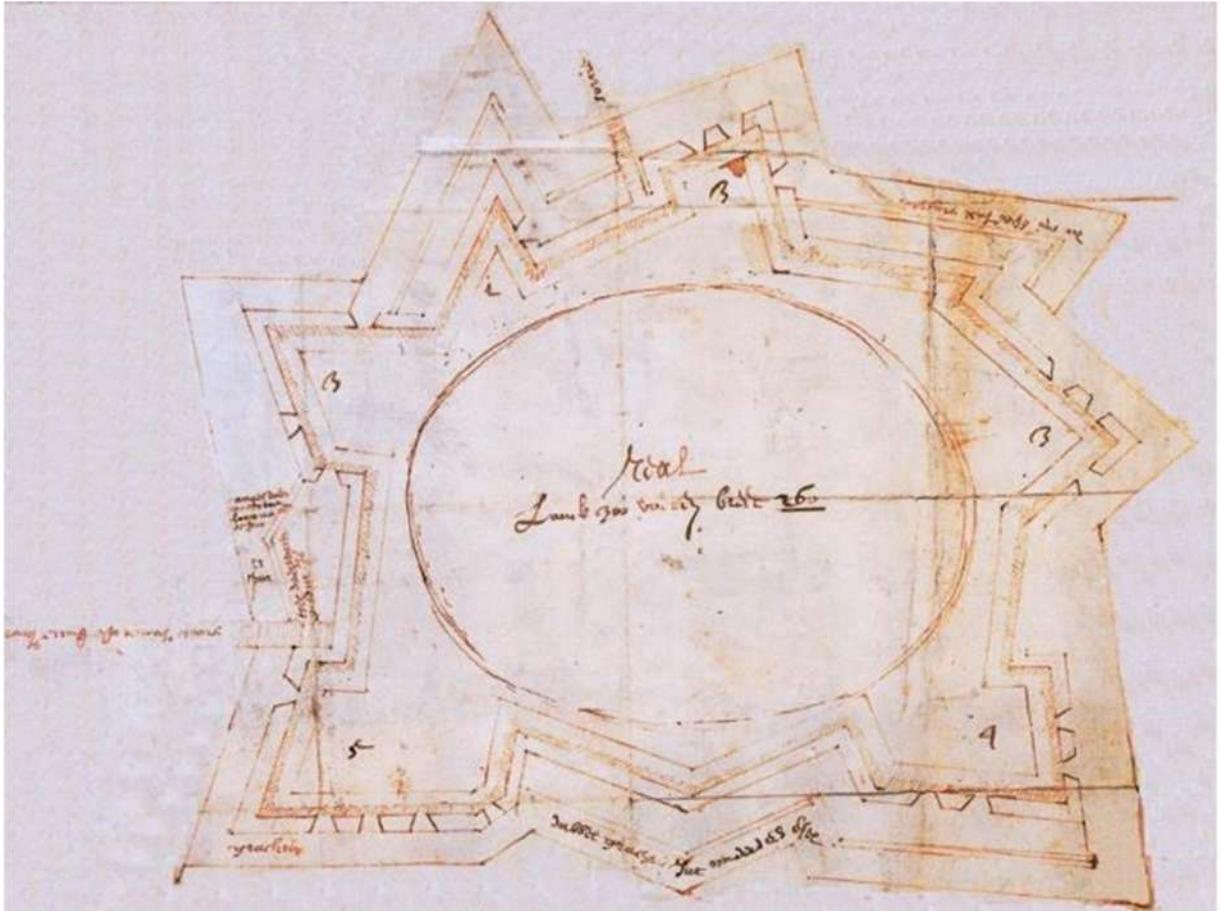


Fonte: Reproduzido por Menezes (2015) e alterado pelo autor (2019).

A fortificação possuía forma de polígono irregular, de cuja autoria da traça não se tem maiores conhecimentos. Entretanto, parte das obras de sua construção é atribuída a Cristóvão Álvares (Albuquerque e Lucena, 1988, p. 10; Mello, 1961, p. 18), Mestre-de-obras do Rei e responsável também pela execução de outras obras fortificadas, como a guarita de João Albuquerque em Olinda, a mando de Matias de Albuquerque em 1620 (Matos, 2016, p. 84). A técnica construtiva empregada foi a taipa de pilão, utilizando a terra como material construtivo, o que estava em consonância com o que preconizavam os tratados de fortificações da época.

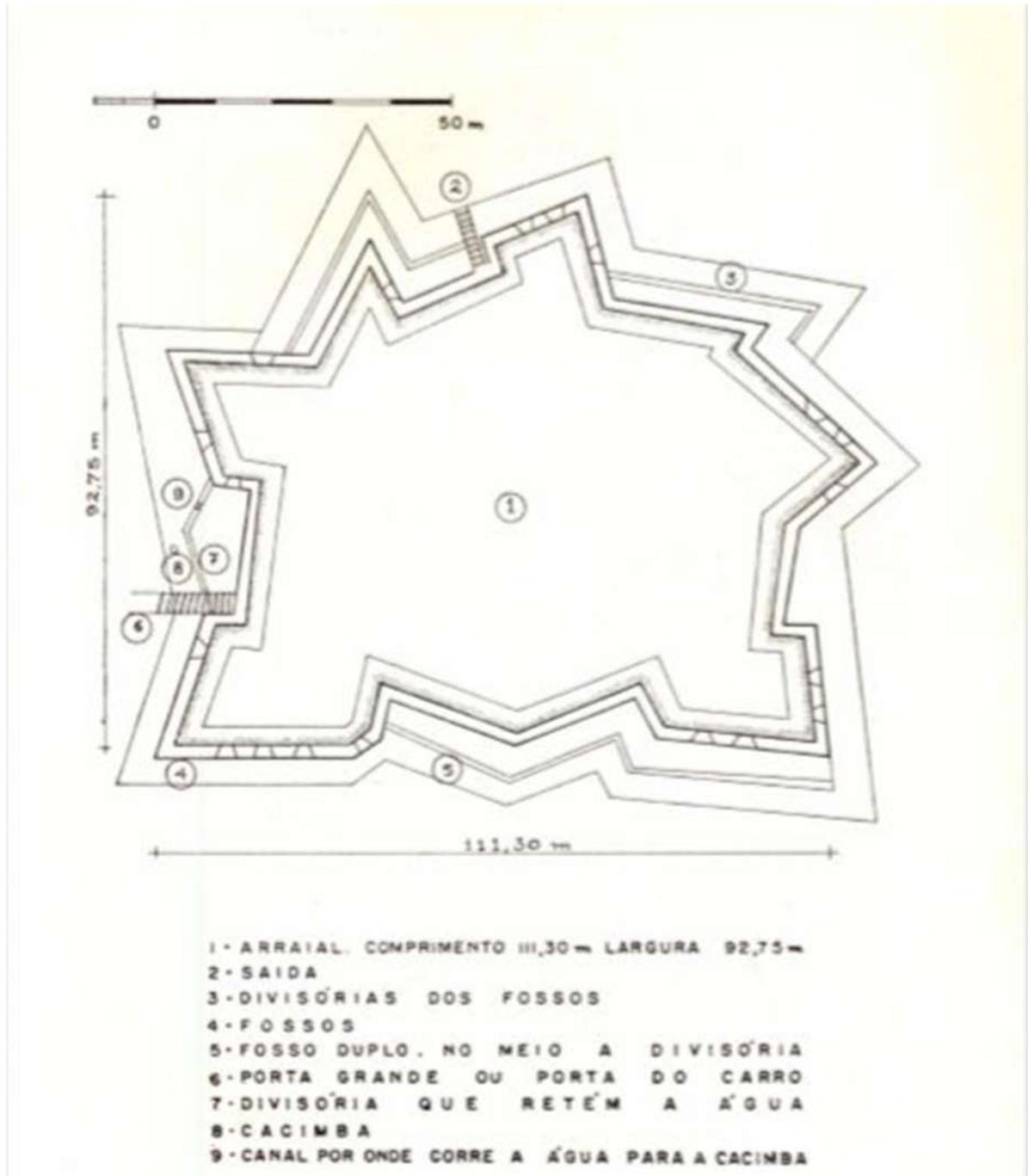
A fortificação também fora artilhada com peças oriundas das embarcações postas a pique para defender as barretas dos currais e dos afogados, de forma a evitar a entrada da frota da Companhia, contando assim com quatro peças de ferro (Coelho, 1981, p. 65). Do ponto de vista iconográfico, o projeto do forte e a representação do cerco de 1635 não apresentam maiores informações sobre possíveis estruturas internas e auxiliares da fortificação. Dessa forma, do ponto de vista arqueológico e considerando as limitações intrínsecas à documentação histórica, devemos entender seu traçado como um projeto, ou pelo menos o que se pretendeu construir.

Figura 11 - Planta do Forte Real do Bom Jesus, localizada nos acervos do Arquivo de Haia.



Fonte: Reproduzido por Matos (2016).

Figura 12 - Especificação da planta do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: Mello (1961) e reproduzido por Albuquerque e Lucena (1988).

Figura 13 - Detalhe do cerco imposto ao Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: Commelyn (1656).

A fortificação começou a ser edificada no topo de um outeiro ainda em 1630 e, ao que apontam as crônicas de época, em pouco tempo já rechaçava ataques inimigos. Com o tempo a fortificação foi agregando pessoas das mais diversas procedências¹⁶, que foram edificando casas e comércio as sombras da fortificação, formando-se assim um arraial. As crônicas da guerra inclusive dão conta da existência de um reduto externo ao Forte Real, edificado para guardar as casas do Arraial (Coelho, op.cit, p. 143).

Durante o período de operação da fortificação, poucas foram às ações de ajuda por parte da Metrópole, mesmo com as solicitações constantes de Matias de Albuquerque por reforços emergenciais. Os reforços enviados se restringiam ao envio esporádico de tropas e aparato bélico que, além de irregulares, eram insuficientes para manter a campanha contra a

¹⁶ Conforme ordens do então general Matias de Albuquerque, as milícias de cada paróquia da capitania eram obrigadas a servir o Forte Real por determinado período (Coelho, op. cit, p. 72). Todavia grupos avulsos de civis também gravitaram no arraial e se envolveram no conflito.

Companhia. Destes podemos citar as tropas que chegaram acompanhadas pelo então donatário da capitania, Duarte de Albuquerque Coelho, em 1631, acompanhado do Conde de Bagnuolo, mestre de campo de um terço italiano.

A partir de 1633 a resistência luso-brasileira vai perdendo seus postos avançados. O porto de Nazaré cai sob domínio holandês, dificultando o abastecimento do Forte Real. A queda das capitanias da Paraíba e do Rio Grande também sensibilizou suas operações (Gonçalves, 2007, p. 21). Mas uma das principais perdas foi a do Passo dos Afogados (Santiago, 1984, p. 58 e 59), importante ponto que impedia o acesso ao interior pelo rio Capibaribe, no qual os holandeses estabeleceram uma fortificação (Santiago, op. cit, p. 57), o Forte Príncipe Guilherme. A posse desse posto permitiu aos holandeses investir diretamente contra o Arraial, utilizando o Capibaribe para o deslocamento de tropas e peças de artilharia.

Após três meses de um pesado cerco que exauriu os ocupantes de toda sua reserva de munição de guerra e de boca¹⁷, e do intenso bombardeio a que foi submetido, o Forte Real capitulou em 6 de Junho 1635. Os defensores do Forte Real deixaram a fortificação com honras militares, enquanto os civis precisaram pagar altas somas de resgate a Companhia (Coelho, 1981, p. 253 e 254). Após a capitulação, o ponto não foi reaproveitado pelos holandeses.

A fortificação foi deliberadamente arrasada e a área abandonada. Poucos meses depois caia também o Forte de Nazaré, consolidando assim a conquista neerlandesa da capitania. Entretanto não estava morta a resistência luso-brasileira, que a partir de 1645 empreende um novo levante contra a administração holandesa e retomam a capitania em movimento que ficou conhecido como Restauração Pernambucana.

¹⁷ Segundo os relatos da guerra (Calado, 2004, p. 51; Santiago, 1984, p. 87; Coelho, 1981, p. 253), o sítio imposto ao Forte Real do Bom Jesus cortou todo o abastecimento de seus ocupantes, que na situação tiveram que consumir couros, cavalos, cães, gatos e ratos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL

A compreensão das características geoambientais da área onde se encontra o sítio arqueológico estudado é de suma importância para a compreensão de seu contexto sistêmico, assim como para a compreensão da formação do registro arqueológico, um dos principais critérios de análise que estamos utilizando na compreensão de uma determinada categoria de material dentro do sítio estudado.

Parte da área que abrigou o Forte Real do Bom Jesus hoje se encontra inserida no parque municipal Sítio Trindade, dentro da malha urbana da cidade do Recife, no Bairro de Casa Amarela¹⁸. Atualmente o referido bairro abrange uma área de 188,0 hectares e uma população de 29.180 habitantes, segundo censo demográfico do IBGE referente ao ano de 2010 (Prefeitura da Cidade do Recife, 2019).

Tendo possuído a maior densidade demográfica do Recife, o bairro de Casa Amarela teve seu território desmembrado através da lei municipal nº 14.452, responsável pela criação dos atuais bairros do Recife. A partir dessa lei, diversas áreas de morro que compunham Casa Amarela se transformaram em bairros autônomos (Gaspar, 2019, sem página), dentre eles o Morro da Conceição, importante ponto estratégico durante a guerra holandesa.

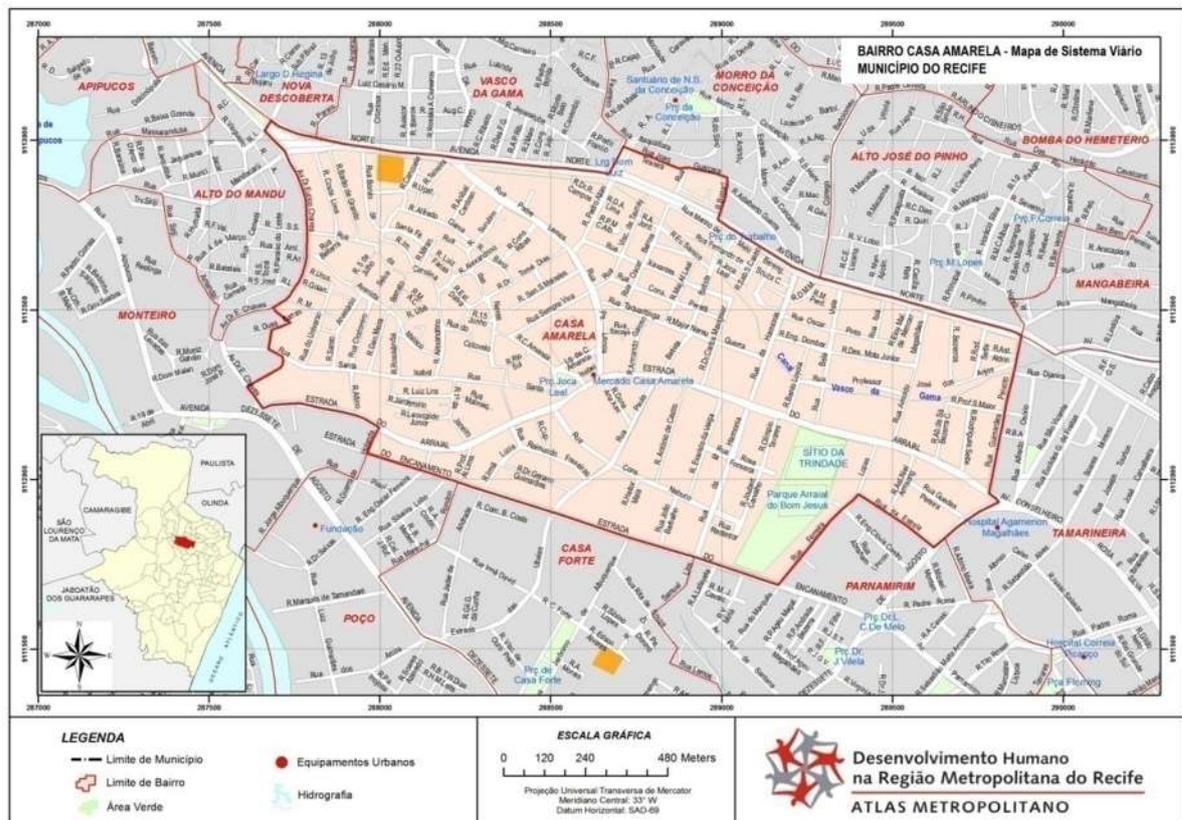
Na segunda metade do século XIX a área se constituía como um arrabalde do Recife, que à época ainda possuía a denominação de “Arraial” (Cavalcanti, 2012, p. 347) e cujos “ares” eram receitados pelos médicos para o bem estar dos doentes e cura de enfermidades (Galvão, 2006, p. 36), assim como se caracterizava como local de veraneio (Gama, 1844, sem página), constituído por sítios e apresentando boas casas.

Conhecido atualmente por ser um bairro popular, a ocupação mais recente de Casa Amarela se dá na primeira metade do século XX, através principalmente pela afluência de pessoas advindas do interior do estado e de outras regiões, alavancada pela precariedade da vida no campo (Freire, 2005, p. 3) assim como pela atuação da Liga Social Contra o Mocambo, levada a cabo pelo então interventor do estado Agamenon Magalhães (Cavalcanti, 2017, p. 38). Segundo Alheiros et. al (2003, p. 3):

¹⁸ Devemos lembrar que o sítio arqueológico transcende a área do referido parque municipal assim como também não se resume aos pontos escavados, já que a pesquisa arqueológica não escavou o sítio em sua totalidade. Devemos também lembrar que as construções recentes, vizinhas ao parque, “mutilaram” a fortificação em suas extremidades.

Em meados do século XX, com a ocorrência das grandes enchentes, que afetaram fortemente as planícies estuarinas, a Liga Social Contra os Mocambos determinou a erradicação parcial dos mocambos nas áreas centrais do Recife, deixando um déficit de quase cinco mil habitações. Iniciou-se, então, na década de 40, a transferência não planejada dos moradores expropriados das suas habitações, para os morros de Casa Amarela, Beberibe e Água Fria, impulsionando a ocupação sistemática dos morros da zona norte do Recife”.

Figura 14 - Perímetro territorial do atual bairro de Casa Amarela.



Fonte: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-amarela?op=NTI4Mg>== Acesso em: 10-06-2019.

Geologicamente, a área configura-se como uma transição entre a planície costeira e a superfície dos tabuleiros. Esta planície, de origem sedimentar, está situada a aproximadamente quatro metros de altura em relação ao nível do mar. No local onde se ergueu o Forte Real do Bom Jesus observam-se elevações associadas às coberturas compostas pela Formação Barreiras, formadas por sedimentos terciários e quaternários (Alheiros et. al, 2004, p. 11). Conforme apontam Albuquerque e Lucena (1988, p. 14 e 15), essas elevações

correspondem a superfície dos tabuleiros limítrofes a planície costeira, cujas áreas baixas nesse ponto são representadas pelas várzeas do rio Capibaribe. Segundo Melo (2012, p. 35):

O trecho litorâneo onde confluem os rios Capibaribe e o Beberibe para juntos desembocar no oceano, uma planície de formação flúvio-marinha se estende em forma grosseiramente semicircular, enquadrada ao norte, oeste e sul pelas colinas oriundas da dissecação da superfície sedimentar referida ao plioceno, conhecida pelo nome de formação barreiras”.

Tais elevações apresentaram uma grande importância estratégica tanto para os luso-brasileiros quanto para as tropas da Companhia. O próprio Forte Real do Bom Jesus foi construído num pequeno outeiro, assim como pontos mais elevados da área foram utilizados para a instalação de baterias.

Figura 15 - Outeiro localizado no Sítio Trindade, possivelmente em meados do século XX.



Fonte: <http://revista.algomas.com/cultura/pernambuco-antigamente/8-fotos-de-casa-amarela-antigamente> Acesso em: 20-07-2019.

Segundo a classificação de Köppen, o clima observado no Recife e na região litorânea de Pernambuco é do tipo Ams', caracterizado por ser um clima úmido, apresentar chuvas de monções por praticamente todo o ano e uma estação seca curta e bem definida. A oscilação térmica é bastante sensível, com temperaturas médias que variam entre 25°C e 30°C (Manso et.al, sem data, p. 182 e 183).

Segundo informações do Banco de Dados do Estado – BDE (Pernambuco, 2019), a cobertura vegetal primitiva do Recife caracterizava-se como Floresta Subperenifolia ou Mata Atlântica, composta por vegetação densa e alta (entre 20 e 30m de altura). Essa vegetação foi sendo gradativamente dizimada para dar lugar as plantações de cana, reduzindo essa vegetação a “manchas” esparsas. No contexto urbano, essa redução se mostra ainda mais drástica atualmente, embora na Região Metropolitana do Recife se encontrem 25 Unidades de Conservação da Natureza – UCNs (Recife, 2019). Entretanto, tanto a iconografia quanto relatos da época fazem observar que a área onde funcionou a fortificação não se tratava de uma área de plantio de cana, apesar de sua proximidade com o Engenho de Ana Pais (no atual bairro de Casa Forte) e do Monteiro.

O relato de Duarte Coelho da conta de se tratar de uma área com disponibilidade de “boa água” e de “boa madeira” (Coelho, 1981, p. 64), entretanto acreditemos que a área não deveria possuir a totalidade de sua cobertura vegetal primária, face não apenas a possibilidade da área ter se tratado de um enclave onde existiriam alguns sítios, mas também a prática de se limpar um perímetro de terreno ao redor da fortificação de forma a evitar que o inimigo se abrigasse (criando assim uma esplanada), assim como da limpeza do terreno na área da praça de armas. Todas essas questões, associados a fatores posteriores, podem ter permeado a erosão pluvial responsável pela formação de algumas das camadas estratigráficas que analisaremos na presente dissertação e serão pormenorizadas mais na frente.

Do ponto de vista dos recursos hídricos, a área apresenta-se próxima ao rio Capibaribe e mais próxima ainda ao riacho Parnamirim. Devemos lembrar que o referido riacho, que a época possuía calado suficiente para o trânsito de embarcações (Albuquerque e Lucena, 1988, p. 15), é mencionado como ponto de boa água por Duarte de Albuquerque Coelho. Teve também importância logística e estratégica para as tropas da Companhia, uma vez que utilizaram o riacho como rota de embarcações para ações contra o Arraial.

Vale salientar uma curiosidade a respeito do conhecido Largo do Holandês, área verde do atual bairro de Parnamirim, as margens do riacho de mesmo nome. Situada a 500 metros do Sítio Trindade, a localidade ficou no imaginário popular devido a supostas aparições de um fantasma de certo oficial holandês morto durante a batalha do engenho de Ana Paes (Freyre, 1987).

Entretanto, face à proximidade com a antiga fortificação e aos relatos de época, acreditamos que o termo pode estar associado a reminiscências da área como um possível

ponto de desembarque das tropas holandesas ou a uma possível bateria instalada no local para assaltos contra o Arraial.

Figura 16 - Localização da área conhecida como “Largo do Holandês” em relação ao Sítio Trindade.



Fonte: Google Earth (2019).

Figura 17 - Localização do riacho Parnamirim em relação ao rio Capibaribe e ao Sítio Trindade.



Fonte: Google Maps (2019).

Figura 18 - Detalhe do Riacho Parnamirim na altura do Shopping Center Casa Forte.



Fonte: <http://revista.algomas.com/exclusivas/recife-tem-mais-de-100-riachos-sabia> Acesso em: 20-07-2019.

Figura 19 - Riacho Parnamirim e Largo do Holandês.



Fonte: <http://oxerecife.com.br/2018/06/26/riacho-parnamirim-ainda-tem-jeito/> Acesso em: 20-07-2019.

3.3 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA

O sítio arqueológico PE 0016 LA/UFPE¹⁹, que abrange o Forte Real do Bom Jesus, encontra-se inserido atualmente dentro do contexto do Parque Municipal Sítio Trindade, área verde localizada no bairro de Casa Amarela, Zona Norte da cidade do Recife. Ocupado desde século XIX pela família Trindade Perretti, da qual se origina o atual nome do parque, este foi desapropriado e convertido em área pública em 1952, durante a gestão do prefeito Pelópidas Silveira (Cavalcanti, 2012, p. 348).

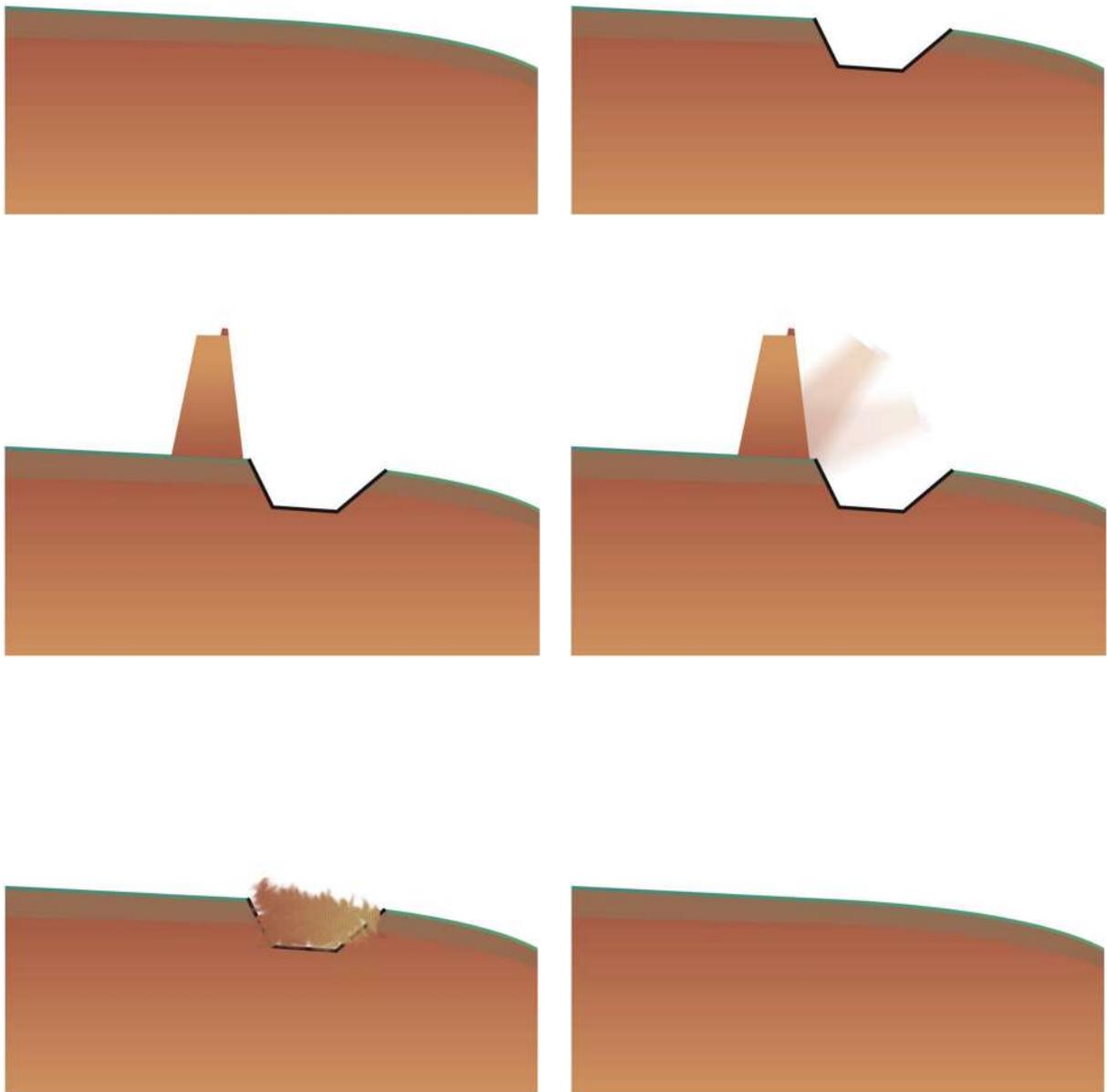
Durante a década de 1960 abrigou o Movimento de Cultura Popular, extinguido durante o golpe militar de 1964 (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009, p. 77 e 78). Atualmente o Parque Sítio Trindade encontra-se completamente inserido dentro da malha urbana da cidade do Recife. Constitui-se também como um importante dispositivo cultural, onde são vivenciados diversos folguedos populares como o São João e festas relativas ao ciclo natalino.

O interesse em se localizar vestígios do antigo Forte Real do Bom Jesus antecede os trabalhos de arqueologia realizados no local. D. Pedro II, quando de sua visita a Pernambuco, interessou-se em visitar os vestígios do antigo forte (Pedro II, 1952, sem página). Notando a impossibilidade de localizá-los, lamentou a falta de trato dos pernambucanos com o seu patrimônio. A partir da dúvida levantada pelo imperador, alguns anos depois, o IAHGPP realizou um levantamento histórico e iconográfico, estabelecendo, a partir da sobreposição de mapas, o local aproximado da antiga fortificação. Posteriormente, na década de 1930 foi realizada uma solenidade no local, instalando-se um monumento alusivo ao período e a fortificação (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009).

Todavia, foi com a pesquisa arqueológica que o Forte Real do Bom Jesus se materializou. Com base nos dados obtidos pela pesquisa realizada pelo IAHGPP, assim como no estudo da topografia local, foi possível associar a posição, mesmo sem estruturas aparentes em cotas positivas, como estrategicamente compatível com a referida unidade de defesa. Como aponta Marcos Albuquerque, arqueólogo responsável por todas as campanhas realizadas no sítio, a topografia encontrada antes da escavação encontrava-se homogênea, partindo do topo do outeiro em direção a encosta voltada a Estrada do Arraial (Ramos e Feitosa, 2018, p. 109).

¹⁹ A terminologia corresponde a nomenclatura adotada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco para o cadastro de sítios da instituição. Na nomenclatura são identificados o estado da federação em que se encontra o sítio, seu número de ordem e a identificação da instituição.

Figura 20 – Esquema representando o processo de construção da muralha e do fosso do Forte Real do Bom Jesus e seu arrasamento, após a capitulação.



Fonte: Elaborado por Rúbia Nogueira de Andrade (2009).

Em se tratando de uma área onde não existiam vestígios de suas estruturas em superfície, aliado a informação histórica de que o forte fora arrasado e o material proveniente das muralhas haver aterrado o fosso, pelo menos nessa área funcional deveriam estar

asseguradas informações da antiga fortificação em cotas negativas. Partiu-se então de uma trincheira que cortou transversalmente o outeiro, partindo do topo, onde deveria ter existido a praça de armas, em direção a encosta, na direção da Estrada do Arraial. Essa trincheira apresentou referências estratigráficas alusivas a diversos ângulos reentrantes e salientes da fortificação (Ramos e Feitosa, 2018, p. 110), além da berma²⁰, da muralha²¹, do reparo²² e da contramuralha²³, além de um trecho do fosso, que em algumas partes converte-se em fosso duplo (Albuquerque e Lucena, 1988, p. 22, 23 e 24).

Figura 21 - Desentulhamento de trecho do fosso pertencente ao Forte Real do Bom Jesus após sua evidenciação.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE e reproduzido por Ramos e Feitosa, 2018.

Fontes históricas da época dão conta de que o local abrigava uma residência, a qual foi ocupada e fortificada (Coelho, 1981, p. 64). Entretanto, à época não foram localizadas estruturas ou mesmo informações estratigráficas que pudessem distinguir a ocupação da

20 Passadiço entre o fosso e a muralha.

21 “É o muro que garante e fecha uma fortaleza” (Barretto, 2010, p. 19).

22 Maciço de terra que objetivava o amortecimento do impacto de projéteis (Guia de Inventário, 2015, p. 100 apud Matos, 2016, p. 68).

23 Face interior da muralha, voltada para a praça de armas.

residência da ocupação da fortificação. Todavia, foi localizada uma possível estrutura de combustão (forno circular) que, pela sua localização na estratigrafia, seria de período anterior a instalação do Forte Real (Albuquerque e Lucena, op. cit, p. 25). Evidenciado materialmente o Forte real do Bom Jesus em 1968, no ano seguinte foi realizada uma nova campanha arqueológica no local, onde um trecho maior do fosso foi escavado (Albuquerque e Lucena, 1988).

Afora as estruturas mencionadas, foi localizada grande quantidade de material arqueológico móvel associado cronologias e a subsistemas diversos, com destaque para um projétil de canhão alojado na escarpa do fosso, cujo estudo de sua trajetória permitiu mensurar onde se encontrava a bateria que a disparou. Esta teria estado posicionada no atual Morro da Conceição (Albuquerque, Lucena e Walmsley, 1999), que a época da guerra foi ocupada pelo Conde de Bagnuolo e posteriormente ocupada pelas tropas da Companhia, quando do cerco ao Arraial (Costa, 1952, p. 15).

Figura 22 - Projétil de canhão alojado na escarpa do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

A campanha arqueológica realizada na década de 1960 se revestiu de um caráter de pioneirismo no que se refere ao estudo arqueológico de unidades fortificadas, numa época em que a Arqueologia Histórica estava dando seus primeiros passos no Brasil (Albuquerque, 2000, sem página). As escavações também ganharam destaque nas mídias impressas da época, que acompanhavam o dia a dia dos trabalhos²⁴.

²⁴ As matérias encontram-se referenciadas no fim da dissertação. Também podem ser acessadas na Home Page do Laboratório de Arqueologia da UFPE, disponíveis em: www.brasilarqueologico.com.br

Não obstante a importância da descoberta, passados vinte anos após as primeiras campanhas, o trecho do fosso escavado encontrava-se mais uma vez completamente entulhado. O reentulhamento do fosso praticamente igualou o terreno, em situação semelhante a que foi encontrada quando da primeira campanha na década de 1960. A terceira campanha, realizada em 1988, buscou recuperar o trecho do fosso localizado na década de 1960, convertendo-se mais em uma ação de recuperação, análise dos danos às suas estruturas e sugestões para sua conservação (Albuquerque e Lucena, op.cit). Todavia, face a natureza do sítio, o trabalho de recuperação precisou ser executado com rigor arqueológico, de forma a evitar danos aos ângulos da escarpa e do fosso.

Figura 23 - Trecho do fosso reentulhado e coberto por vegetação. Situação encontrada quando da realização da terceira campanha arqueológica no ano de 1988.

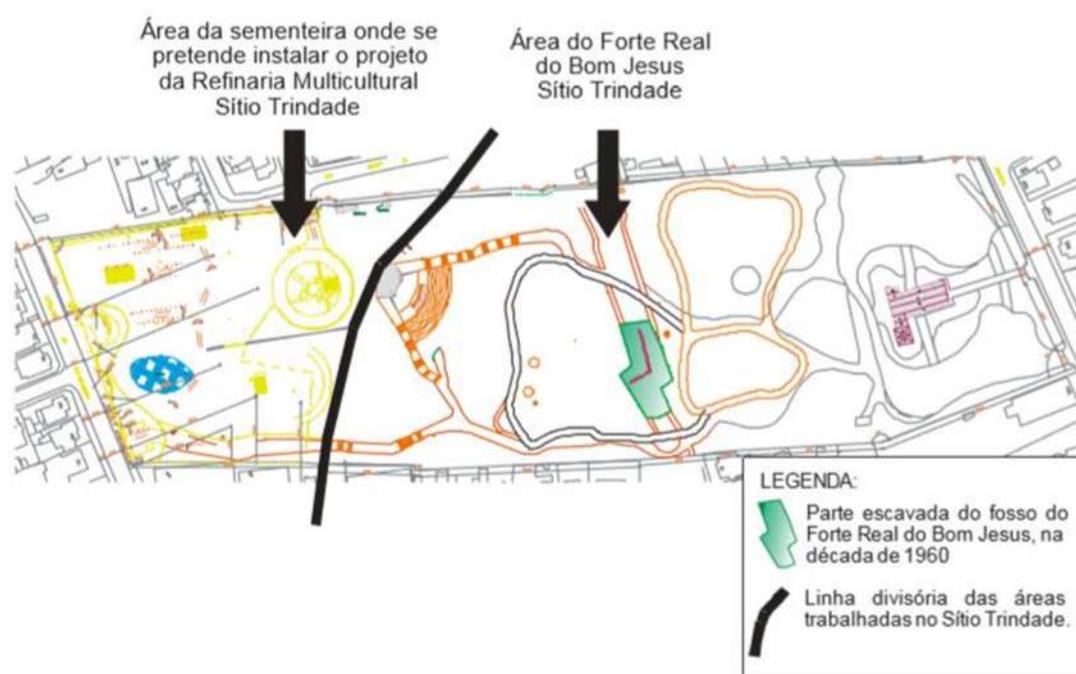


Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

A quarta campanha realizada no sítio, no ano de 2009, se converteu em um trabalho de Arqueologia Preventiva, face à instalação do Programa Refinarias Multiculturais da Prefeitura Municipal do Recife. Segundo apontam Albuquerque, Lucena e Nogueira (2009) o referido programa “... integra o Programa Pontão Cultural que abrange a implantação de uma série de equipamentos voltados ao ensino, à produção e a divulgação de produtos culturais em pontos distintos da cidade de modo a melhor atender à população” (p. 66).

A campanha abrangeu toda a área do Sítio Trindade através de prospecções de superfície e por sondagens através de tradagem manual, que permitiram definir as áreas a serem escavadas (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009), além daquelas onde se edificariam os prédios do referido programa. Dessa forma, além de avaliar possíveis danos do empreendimento ao sítio arqueológico, a campanha de 2009 teve por objetivos ampliar o conhecimento sobre a ocupação daquela praça seiscentista. A predominância do material arqueológico trabalhado na presente dissertação é oriunda dessa campanha.

Figura 24 - Indicação das áreas trabalhadas durante a campanha arqueológica de 2009.



Fonte: Albuquerque, Lucena e Nogueira (2009).

Devemos mencionar que após vinte anos da última campanha (1988), o trecho de fosso escavado encontrava-se novamente abandonado, tomado por vegetação de grande porte, o que exigiu novamente a sua revitalização.

Figura 25 - Situação em que se encontrava o fosso quando da campanha de 2009.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 26 - Remoção da vegetação do fosso.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

4 METODOLOGIA

A área do sítio estudado, conforme já mencionado anteriormente, foi ocupada antes e depois do período de instalação do Forte Real do Bom Jesus. A busca por contextos estratigráficos que possam estar associados à referida fortificação se converteu no objetivo geral da presente dissertação. Todavia, as informações históricas acerca da ocupação da área em períodos anteriores e posteriores ao funcionamento da fortificação levantaram o questionamento acerca da possibilidade de associação da faiança encontrada com essa praça seiscentista. Dessa forma, a metodologia empregada consistiu em alguns momentos distintos.

Uma vez que estamos trabalhando numa linha teórica processualista, que tem por base uma articulação sistêmica sobre as sociedades humanas, primeiramente, buscamos definir o mais aproximadamente as possíveis áreas funcionais que teriam composto a unidade fortificada estudada. Definimos de forma bastante genérica três unidades funcionais, que são a praça de armas, o fosso e a escarpa, levando em consideração a iconografia existente. As áreas serão tratadas de forma mais pormenorizada no próximo tópico. Essa definição simplificada se deu principalmente pelo fato de o sítio não ter sido escavado em sua totalidade e pela impossibilidade de observação de possíveis obras externas²⁵ e internas.

Como dito acima, esta definição foi baseada segundo as poucas iconografias existentes sobre a fortificação, embora exista uma farta bibliografia sobre o estudo das fortificações modernas a partir de diversos vieses, dentre eles o histórico, o arquitetônico e o arqueológico. No que diz respeito aos aspectos históricos, nos baseamos em obras como a de Barretto (2011), oficial do exército e estudioso da história das fortificações, e a de Adler Homero Fonseca de Castro, pesquisador do IPHAN e referência no estudo de história das fortificações (2009). Alguns dos conceitos relativos ao universo das fortificações utilizados na presente dissertação são provenientes dos trabalhos de ambos os autores.

Do ponto de vista arquitetônico, utilizamos o tratado de Vellozo (2005) para propormos algumas das definições acerca das áreas funcionais observadas no Forte Real do Bom Jesus. Esse tratado foi escrito em Pernambuco na primeira metade do século XVIII e apesar de ser posterior ao período da fortificação estudada, os preceitos da fortificação moderna não mudaram drasticamente, permitindo que alguns conceitos e definições pudessem ser

²⁵ O relato de Duarte de Albuquerque Coelho (1981) dá conta de uma obra fortificada externa, cuja função seria a de garantir a segurança das casas do arraial.

empregados nesta dissertação. Ainda com relação aos conceitos e definições empregados nas áreas funcionais do Forte Real do bom Jesus, devemos mencionar a tese de doutorado de Matos (2016), que estudou os processos construtivos das fortificações em Pernambuco dos séculos XVI e XVII, em período anterior, contemporâneo e posterior a ocupação holandesa, além do dicionário da língua portuguesa composto por Bluteau (1720).

Com relação à Arqueologia, foram de suma importância os relatórios e trabalhos relativos às campanhas arqueológicas realizadas na área (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2010, 2009; Albuquerque, Lucena e Walmsley, 1999; Albuquerque e Lucena, 1988; Feitosa e Ramos, 2018), assim como a compreensão das fortificações dentro de uma articulação sistêmica (Albuquerque, 2015). Dessa forma, a definição dessas áreas funcionais teve por objetivo, além de situar a dispersão horizontal do material, buscar a possibilidade de associação a alguma área específica.

Definidas as áreas funcionais, buscamos analisar as camadas que compõem o registro arqueológico do sítio e observar quais são passíveis de serem associadas ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. O principal critério de escolha das camadas a serem trabalhadas consistiu na presença de faiança, assim como de outras categorias de material arqueológico de cronologia compatível com o período e de funcionalidade coerente com o que se espera constituir como a cultura material de uma unidade fortificada. Para esse intento buscamos respaldo na planilha de registros do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

A partir desse material elaboramos uma planilha simples de controle que nos permitiu definir as áreas e camadas a serem trabalhadas. Nessa planilha buscamos definir em alguns campos que consideramos ser mais relevantes ao controle das informações. Assim nossa planilha ficou constituída pelos seguintes campos: N° de registro do fragmento; área funcional; camada; trincheira; corte; data da campanha; expectativa cronológica; categorias de material arqueológico associados a faiança; observações. A referida planilha exerceu a função de um banco de dados que permitiu uma maior agilidade no tratamento dos dados. Devemos lembrar que apesar de focarmos na faiança para a definição das camadas arqueológicas contemporâneas a fortificação, devemos relembrar que trabalhamos com outras duas variáveis, que são o material associado e o processo de formação das camadas.

Definidas as camadas a serem trabalhadas, procuramos compreender seu processo de formação. A compreensão desse processo, associado à análise das faianças, deverá permitir observar quais contextos deverão ser contemporâneos ao período de ocupação do Forte Real

do Bom Jesus de uma maneira mais segura. Para isso, nos baseamos na proposta de Lucena (1992a, 1992b, 1986) sobre a análise da estratigrafia arqueológica, também baseada numa abordagem processualista. Partindo do pressuposto que a estratigrafia comporta em si uma considerável quantidade de informações sobre as ocupações humanas, a autora propõe uma adaptação de modelos oriundos da Geologia do Quaternário e da Sedimentologia.

São os Modelo Processo e o Modelo Resposta, os quais permitem compreender a ação dos diferentes subsistemas que compõe o sistema geomorfológico nas atividades de erosão e deposição. Segundo Lucena (1986, p. 171 e 172):

O modelo processo privilegia as atividades que concorrem para a formação dos sedimentos, inferindo os padrões que se estabelecerão na resposta sedimentar. O modelo resposta por sua vez, busca na estruturação dos depósitos resultantes, inferências que permitam a identificação dos fatores que atuaram, através de parâmetros conhecidos.

Diferente do abordado na Geologia, a adaptação desses modelos a arqueologia insere a variável humana-cultura como um subsistema componente do sistema geomorfológico. Ao fim desta etapa foi possível um reconhecimento prévio das camadas a serem trabalhadas, ou seja, aquelas que podem ser associadas ao período de ocupação da fortificação. Devemos lembrar que estamos trabalhando com contextos evidenciados em campanhas diferentes e épocas distintas.

Quando da realização das primeiras escavações na década de 1960, a Arqueologia Histórica estava dando seus primeiros passos no país e a escavação de uma unidade fortificada naquela época se constituiu de um caráter de pioneirismo. Dessa forma é importante compreender que a interpretação das camadas estratigráficas relativas a esse período se mostrou um pouco mais complexa do ponto de vista interpretativo do que aquelas relativas à campanha de 2009, documentadas mais detalhadamente.

Ainda com relação ao material proveniente das campanhas da década de 1960, buscamos abordá-lo de maneira semelhante ao restante do material no que diz respeito a sua associação a outras categorias de material. Apesar dos objetivos diferirem entre as campanhas, as camadas definidas na década de 1960 também se encontravam pormenorizadas, o que permitiu uma maior agilidade em seu reconhecimento. Dessa forma, a dispersão do material vai ser levada em conta de acordo com o setoriamento do sítio, assim

como tentaremos observar cada quadrícula separadamente, levando em conta o número de registro de material atribuído a cada uma delas.

Como dito anteriormente, o objetivo principal da primeira campanha arqueológica na área foi a de evidenciar materialmente os remanescentes estruturais da antiga fortificação. Dessa forma, a trincheira-teste que cortaria transversalmente o local onde hipoteticamente estaria o fosso, permitiu não apenas sua observação como também a estratigrafia daquela área funcional, que para fins da presente dissertação se constituiria como sendo parte da praça de armas, voltada para a Estrada do Arraial.

Das vinte camadas definidas durante a campanha de 2009, reconhecemos nas camadas 5, 8, 9, 10, 11 e 13 esse potencial. As camadas 5, 8, 9, 11 e 13 encontram-se inseridas na praça de armas. Na área da escarpa as camadas 8, 9 também estão presentes, assim como a camada 10. Para a presente dissertação resolvemos não trabalhar o material rolado, por estar fora de contexto e apresentar poucos fragmentos. A camada 1 apesar de apresentar considerável quantidade de faiança, esta não foi trabalhada pois, dada sua superficialidade, apresentou uma maior perturbação. Com relação às camadas definidas durante a campanha de 1968/69, trabalharemos unicamente com a camada “B” e com o entulho do fosso, onde observamos presença de faiança associada a outras categorias de material com expectativa cronológica referente ao período.

Devemos deixar claro que excetuando o material das camadas mais superficiais, estamos trabalhando com todo o universo da faiança encontrada no sítio. Essa abordagem se dá ao fato de o sítio não ter sido escavado em sua totalidade nem tampouco conhecermos os limites do Forte Real do Bom Jesus. O processo de urbanização da área “mutilou” as extremidades da antiga fortificação, na direção das atuais ruas Ferreira Lopes e Olímpio Tavares. Observa-se, do topo do outeiro em direção à rua Ferreira Lopes, que a cumeeira das casas praticamente se encontra a altura do topo da elevação, o que permite mensurar a porção de área do antigo forte que deixou de existir²⁶.

²⁶ Segundo informação oral coletada com o arqueólogo Marcos Albuquerque, responsável por todas as campanhas arqueológicas realizadas na área, quando da campanha de 1968/1969, os moradores das casas vizinhas ao Sítio Trindade relatavam encontrar material arqueológico, dentre eles projéteis, durante obras em suas casas e quintais.

Dessa forma não podemos dizer que temos uma amostragem segura dos elementos materiais da cultura que possam ter pertencido a fortificação. Sendo assim, a quantificação da faiança visou somente apresentar seu quantitativo segundo as áreas funcionais e as camadas observadas.

Identificadas as camadas que possam ser associadas ao período de ocupação da fortificação, seguimos para a análise propriamente dita da faiança. Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001) propõe a faiança como um confiável demarcador cronológico para a Arqueologia brasileira, enquanto Albuquerque e Lucena (2008) apontam que o estudo da cerâmica em Arqueologia exige uma sistemática bastante própria, principalmente o estudo da cerâmica histórica. Essa sistemática diz respeito a operacionalização da prática analítica segundo os diferentes blocos de interesse que envolvem o universo da análise da cerâmica arqueológica. Albuquerque e Lucena (2008, p. 356) destacam os seguintes blocos:

- Os que se dedicam ao estudo da tecnologia cerâmica;
- Os que se dedicam ao estudo da cerâmica produzida no continente europeu;
- Os que se dedicam ao estudo da cerâmica produzida em outros continentes;
- Os que se dedicam ao estudo da cerâmica produzida na Europa e transportada para outros continentes.

A presente dissertação se enquadra no último bloco. Segundo os autores acima citados, o estudo da tecnologia da faiança e outros aspectos referentes a identificação de centros produtores, estabelecimento de tipos, por exemplo, deverá ser de incumbência dos pesquisadores provenientes dos centros produtores. Aos pesquisadores provenientes dos centros consumidores caberá, a partir das informações provenientes dos arqueólogos europeus, abordarem questões relativas a relações comerciais entre metrópole e colônia, associação da cerâmica a classes sociais, sua associação as diferentes unidades funcionais, etc (Albuquerque e Lucena, op.cit, p. 357).

Trabalhando dentro dessa lógica, não pretendemos na presente dissertação fazer um estudo tecnológico da faiança localizada no sítio. A princípio, deverá servir como um importante demarcador cronológico que, associada as demais variáveis de análise empregadas com o contexto estratigráfico e sua associação a outras categorias de material deverá, com certo nível de segurança, diferenciar a ocupação do Forte Real do Bom Jesus das ocupações anteriores e posteriores.

Por fim, faremos a análise da faiança evidenciada no sítio. Para essa análise alguns trabalhos serão basilares para a sua compreensão. Além dos já mencionados trabalhos de Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (1991, 2001), que propõe uma cronologia para motivos decorativos da faiança localizada no contexto arqueológico de Vila Flor-RN, vamos nos basear nos trabalhos de Tânia Casimiro (2010, 2013), que propõe uma evolução cronostilística da faiança, estabelecendo períodos de vigência de determinados padrões e motivos decorativos.

4.1 DEFININDO AS ÁREAS FUNCIONAIS DO FORTE REAL DO BOM JESUS

Uma vez que estamos trabalhando dentro de uma abordagem sistêmica em Arqueologia e para melhor compreender os contextos nos quais a faiança se insere no sítio estudado, buscamos estabelecer áreas funcionais de forma a observar a dispersão horizontal do material no contexto arqueológico e sua relação com o cotidiano da fortificação, ou seja, nos aproximarmos de seu contexto sistêmico (Schiffer, 1972).

Entretanto, alguns conceitos devem ser levados em consideração. Como observado em capítulo anterior, a Teoria Geral dos Sistemas aplicada a Arqueologia compreende o sistema cultural humano como permeado por diversos subsistemas. Esses subsistemas são relativos às diversas necessidades humanas como abrigo, defesa, produção e reprodução, por exemplo (Albuquerque e Lucena, 2017, sem página).

Cada subsistema, por sua vez, pode ser composto por uma ou mais unidades funcionais atendendo a suas respectivas finalidades. Um subsistema defensivo, por exemplo, é composto pelos mais diversos tipos de unidades fortificadas que agem em conjunto como fortes, paliçadas, fossos, trincheiras e demais estruturas que exerçam função logística/militar.

No caso do Forte Real do Bom Jesus, este se configurou como uma unidade funcional do subsistema defensivo luso-brasileiro, montado de forma a impedir as tropas da Companhia das Índias Ocidentais não apenas se assenhorassem dos engenhos no interior, mas que impossibilitasse acesso a material construtivo para suas fortificações, assim como de demais víveres da terra²⁷, deixando-os completamente dependentes dos suprimentos mandados da Holanda (Albuquerque e Lucena, 1997, p. 120 e 121; Mello, 1978, p. 40 e 41).

²⁷ Os chamados “refrescos”, importantes principalmente na luta contra o escorbuto, mal que comumente afetava aos que enfrentavam longas viagens marítimas, fruto da deficiência de vitamina C. Outro item

Embora o Forte Real do Bom Jesus fosse ponto principal da resistência luso-brasileira, outras unidades funcionais compunham esse subsistema defensivo, como o Forte de Nazaré no Cabo de Santo Agostinho, o Forte dos Afogados, que garantia defesa ao acesso pelo rio Capibaribe, além das diversas trincheiras, estâncias e os terço, que promoviam a guerra de emboscadas – ou guerra brasílica, com clara influência das táticas indígenas (Albuquerque e Lucena, op. cit, p. 78).

Tomando por exemplo uma unidade funcional relativa ao subsistema defensivo, cada unidade pode ser dividida em áreas funcionais. Essas áreas funcionais são relativas às diversas atividades que se desenvolvem no interior e/ou exterior da unidade, podendo ser de caráter logístico ou estratégico. Podemos entender essas áreas funcionais como o fosso, a praça de armas, baluartes, quartéis, obras externas, etc.

Na presente dissertação, para um melhor controle da dispersão horizontal e compreensão da faiança dentro do contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus, definimos três áreas funcionais: o fosso, a escarpa e a praça de armas. Devemos ressaltar que essa divisão se baseia não apenas nas plantas associadas ao projeto de construção do forte, mas também nas áreas definidas e escavadas nas diversas campanhas arqueológicas realizadas no sítio.

Segundo Barretto (2011), o fosso consiste em uma “escavação mais ou menos larga (variando de 8 a 30m) e profunda (de 6 a 10m) em torno de uma fortaleza ou forte, para proteção” (p. 18). Vellozo (2005, p. 120) aponta que o fosso se constituía como uma das principais defesas, se não a principal, de uma praça fortificada moderna. Além de fornecer material para a construção de reparos e terraplenos das muralhas (Vellozo, op.cit, p. 122), a construção de um fosso atendia, conforme aponta o referido autor (op.cit, p. 121-122), a uma série de razões, dentre as quais:

- Impedir o atacante de investir diretamente contra as muralhas;
- Aumentar a altura das muralhas em relação à topografia do sítio onde foi instalada a fortificação;

- Fornecer acesso aos ocupantes do forte ao seu interior, sem que sua movimentação seja percebida pelo inimigo;
- Fornecer cobertura às muralhas.

Ao próprio Arciszewsky, comandante responsável pelo cerco e tomada do Forte Real do Bom Jesus, chamou sua atenção essa estrutura fortificada, especialmente seu fosso, sobre o qual emitiu o seguinte parecer:

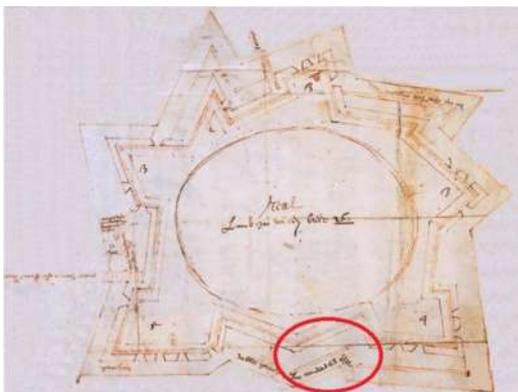
O forte era grosseiramente feito e irregular, do ponto de vista da arte, mas era obra de extraordinária solidez. Os fossos tinham a profundidade de uma lança e meia, e, pela natureza do solo, tão a pique que ninguém que nele caísse conseguiria escapar. Pelo meio do fosso corria um passadiço de terra, tão consistente como se fosse de alvenaria, o qual fazia de um só fôss, dois (Arciszewsky, apud Gonçalves de Mello, 1961, p. 19).

Arqueologicamente o fosso de uma fortificação se reveste de especial interesse, uma vez que existia a possibilidade deste de descarte de lixo. Levando em consideração esse expediente e o fato da muralha do Forte Real do Bom Jesus ter sido deliberadamente destruída e entulhado o fosso, qualquer material em seu interior poderia estar preservado em seu contexto de descarte.

O entulhamento do fosso antecedeu ações erosivas naturais passíveis de ação tanto nas suas estruturas internas (Albuquerque e Lucena, 1988, p. 18) como no material descartado durante o período de ocupação da fortificação. Todavia, processos relativos à erosão pluvial e laminar através dos tempos, podem ter carregado material arqueológico da parte mais alta do terreno em direção ao fosso, criando assim novas camadas posteriores ao entulho do fosso com o material proveniente das muralhas.

Tal processo não necessariamente criaria contextos anacrônicos, do ponto de vista arqueológico, podendo apresentar materiais de diferentes cronologias associados uns aos outros. Exemplo interessante se nota que, ao transitar pela Estrada do Arraial, bairro de Casa Amarela, no período de chuvas, é possível observar o acúmulo de barro na entrada do Sítio Trindade, proveniente das cotas mais altas do parque.

Figura 27 - Detalhe do fosso duplo.



Fonte: Reproduzido por Matos (2016) e modificado pelo autor (2019).

Figura 28 - Trecho do fosso duplo do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: Acervo do laboratório de Arqueologia da UFPE.

A escarpa, como conceitua Barretto (2011), seria um “declive ou talude de um fosso junto à muralha” (p. 18). Apesar da escarpa se tratar de uma das partes que compõe um fosso, para a presente dissertação iremos defini-la como a encosta do outeiro em sua face voltada para a Estrada do Encanamento e para o anfiteatro localizado no parque. No caso do Forte Real do Bom Jesus em particular, a pesquisa arqueológica não encontrou informações estratigráficas que apontassem a continuação de uma estrutura de fosso naquela área, levantando-se a hipótese de que a própria inclinação do terreno teria sido utilizada para essa função (Albuquerque, et. al, 2009).

Aplicando a mesma lógica empregada para o fosso, essa área funcional também poderia ser voltada para descarte do refugo proveniente da fortificação. Por outro lado, houve uma maior ação de erosão pluvial na formação das camadas naquela área que, assim como no fosso, podem ter sido responsáveis pelo carreamento e deposição de material arqueológico nessa área funcional.

Figura 29 - Escarpa de fosso do Forte Real do Bom Jesus, em sua face voltada para a Estrada do Arraial.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE e modificado pelo autor (2019).

Figura 30 - Área funcional que definimos ser a escarpa do Forte Real do Bom Jesus.



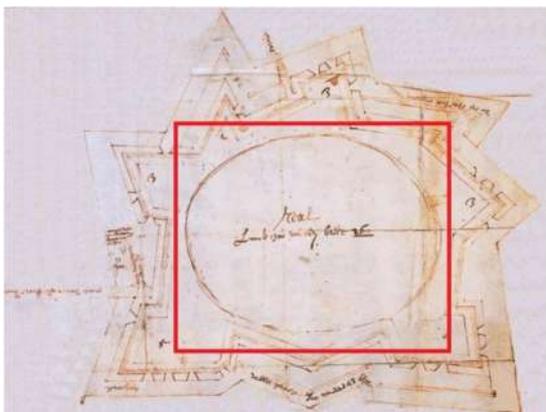
Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

A praça de armas constitui-se em uma área aberta no interior de uma fortificação, na qual se reuniam as tropas para instruções do comando (Bluteau, 1720, p. 667), organização de ofensivas contra possíveis atacantes, assim como para atividades diversas (Matos, 2016, p. 70). Dentre essas atividades podemos mensurar as relativas ao lazer, uma vez que é comum evidências arqueológicas de peças jogo nas praças de armas, muitas vezes confeccionadas em cerâmica vermelha e faiança, e possivelmente ao preparo de alimentação das tropas²⁸ quando a fortificação não possuía uma área funcional específica, como um rancho ou quartéis.

Para a presente dissertação, vamos compreender a praça de armas como sendo a área plana do topo do outeiro, com face voltada tanto para a Estrada do Arraial quanto para a Estrada do Encanamento. Tal área não foi totalmente escavada, resumindo-se aos locais onde as sondagens realizadas na campanha arqueológica de 2009 apontaram intervenções antrópicas em subsuperfície (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009, p. 82). Acreditamos ser esta a área com maior possibilidade de perturbações nos contextos arqueológicos referentes ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus, uma vez que desde a utilização da área enquanto parque municipal, diversos folguedos e festas de cunho popular são vivenciadas na localidade, sempre com o afluxo de grande quantidade de espectadores.

²⁸ Cada soldado da Companhia das Índias Ocidentais recebia individualmente sua cota de suprimentos (ração), ficando ao seu encargo preparar a própria comida (Miranda, 2014). Acreditamos que tal expediente tenha sido utilizado também pelos luso-brasileiros.

Figura 31 - Detalhe da praça de armas do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: Reproduzido por Matos (2016) e modificado pelo autor (2019).

Figura 32 - Área plana localizada no topo do outeiro, onde consideramos ter existido a praça de armas do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

4.2 AS CAMADAS ARQUEOLÓGICAS DO FORTE REAL DO BOM JESUS

A estratigrafia consiste num dos principais atributos de análise da pesquisa arqueológica. Como dito em capítulo anterior, as seqüências cronológicas tão trabalhadas pela Arqueologia Histórico-Cultural se baseavam na observação dos depósitos sedimentares, de forma a mensurar as diferentes ocupações através dos tempos. Para Butzer (1989, p. 64), “La estratigrafia implica el estudio de los niveles geológicos o arqueológicos, de sus secuencias de superposición internas y de la correlación externa entre las unidades de un perfil con las de otro”. South (1979) aponta que o universo de um sítio arqueológico é composto por seu conteúdo. Nesse conteúdo compreendem-se as estruturas arquitetônicas, estruturas não arquitetônicas, os artefatos e a estratigrafia.

Entretanto, principalmente em sítios arqueológicos que atualmente se encontram em áreas urbanizadas, as camadas arqueológicas nem sempre se encontram preservadas, geralmente apresentando sobreposições. Segundo Melo (2016, p. 100), essas sobreposições não necessariamente podem ser entendidas como perturbações e sim como a formação de novos contextos arqueológicos, dentro de uma ótica dinâmica.

Dessa forma, é de suma importância a compreensão da formação do sítio arqueológico de forma a particularizar as diferentes ocupações. É no âmbito da Geoarqueologia que vamos analisar as diferentes camadas arqueológicas que compõe o sítio estudado na presente dissertação.

Lucena (1992a, 1992b, 1986) aponta que o estudo do processo deposicional é de suma importância para o resgate de informações acerca das sociedades passadas. Para isso, propõe uma abordagem processual aos aspectos da Geologia do Quaternário aplicada a Arqueologia. Dentro dessa ótica, o sistema geomorfológico é composto por diversos subsistemas que atuam nos processos erosionais e deposicionais. A ação antrópica compõe um desses subsistemas, além dos subsistemas climático, geológico, biogeográfico, dentre outros.

Essas ações podem ser compreendidas dentro de dois modelos: o modelo processo e o modelo resposta. O modelo processo compreende as atividades que promovem a formação dos sedimentos, que resultarão numa resposta sedimentar. O modelo sedimentar compreende na estruturação dos depósitos resultantes do processo entender seus fatores atuantes. Esse processo deverá permitir extrapolar o potencial da estratigrafia arqueológica como definidor de ocupações e compreendê-la dentro de um contexto mais amplo, da ação humana como modificadora do espaço.

A ação antrópica não é a única responsável pela promoção da erosão, transporte e deposição do material que forma as camadas, todavia insere no processo a variável cultural, podendo ou não alterar a ação dos demais subsistemas. Dessa forma, Lucena (1986) define em três casos a resultante do processo deposicional de acordo com a ação das forças. O primeiro caso é a contribuição humana em maior intensidade que as forças naturais. Aqui predomina o deslocamento intencional de grandes volumes de terra pela ação humana, mesmo que permeada por elementos naturais. O segundo caso caracteriza-se em uma equivalência entre a ação humana e fatores naturais. Neste caso o processo erosional é causado pela ação humana não intencional, a exemplo dos deslizamentos de terra provocados por desmatamento. O terceiro caso consiste numa ação humana volumetricamente desprezível em relação aos agentes naturais. Esse é o caso mais característico dos sítios pré-históricos.

Buscamos descrever, dentro dessa lógica, as camadas que definimos como sendo pertencentes ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. Devemos lembrar, contudo, que esta dissertação não se trata de um trabalho de Geoarqueologia. A formação das camadas foi um dos atributos de análises utilizados, junto com a faiança e a associação a outras categorias de material. Devemos lembrar também que a adaptação dos referidos modelos, propostos por Lucena (op.cit), envolve a observação de uma série de outras variáveis, principalmente aquelas relativas a uma análise e comparação mais pormenorizada

dos sedimentos das áreas erosionais com os sedimentos das áreas deposicionais, que não foram abordadas na presente dissertação.

Tabela 1 – Camadas arqueológicas trabalhadas.

CAMPANHA	CAMADA	TRINCHEIRA	CORTE
1968/1969	B	-	F-G-12-13
	B	-	E-F-12-13
	B	-	I-J-11-12
	B	-	G-H-12-13
	Entulho do fosso	-	M-N-11-12
	Entulho do fosso	-	L-M-11-12
2009	5	T-01	17/18
	8	T-01	16/17
			17/18
			18/19
		T-03	17/18
	9	T-15	1/2
	10	T-15	1/2
	11	T-02	3/4
			4/5
		T-04	3/4
			4/5
		T-09	3/4
			4/5
	13	T-05	3/4
			4/5
		T-06	3/4
			4/5
T-08		4/5	

Figura 33 – Planta baixa da campanha arqueológica de 2009, apresentando as trincheiras trabalhadas.

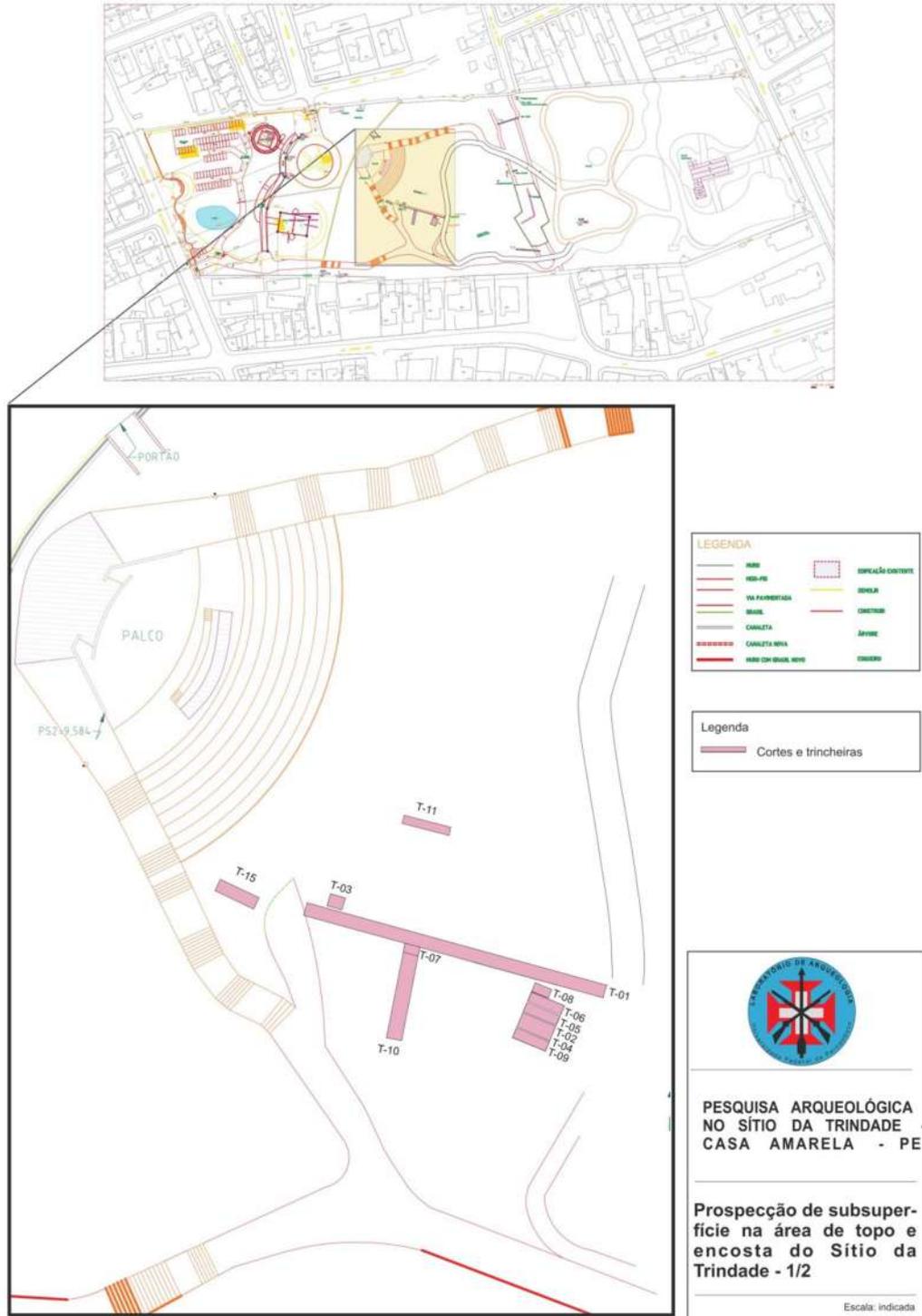
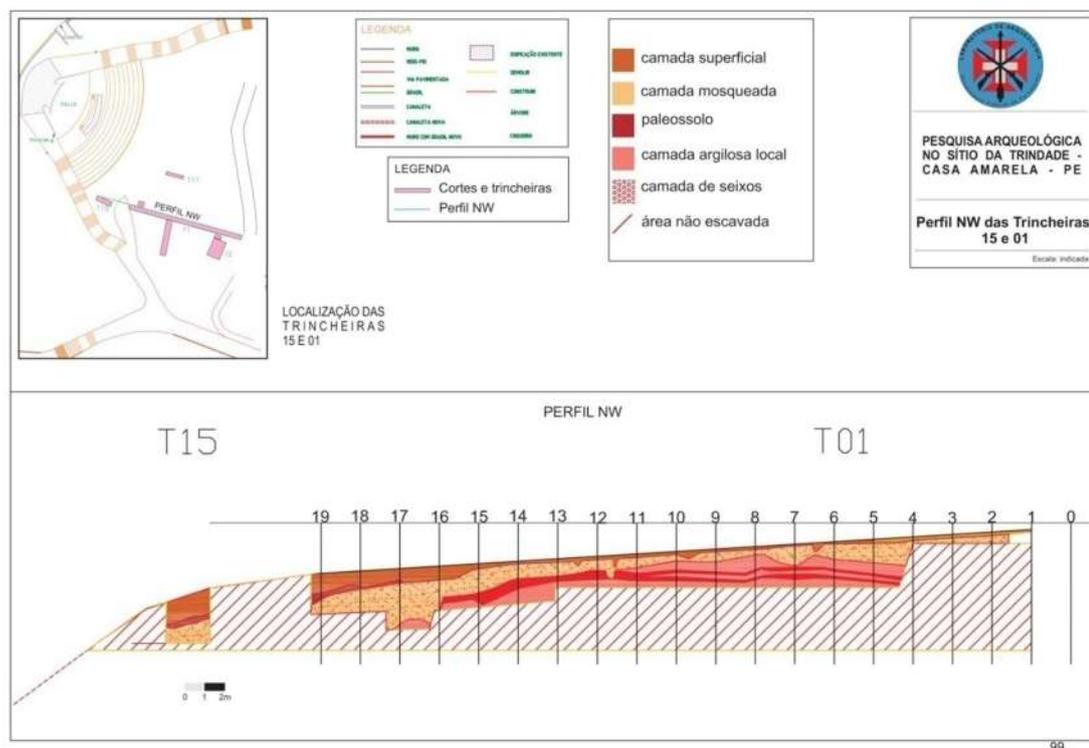


Figura 34 – Perfil estratigráfico obtido durante a campanha arqueológica de 2009.



Fonte: Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009, p. 99.

4.2.1 Camada 05

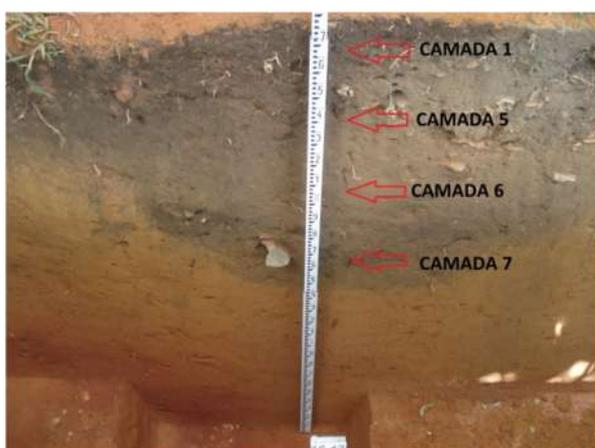
A camada 05 constitui-se como uma “camada areno-argilosa com incorporação de matéria orgânica, com forte incidência de fragmentos de telha e brita” (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009a, p. 85). Essa camada se mostra aparente na trincheira T-01 a partir dos cortes 16-17, na qual apresenta contato com a camada 06, nos cortes 17-18 e nos cortes 18-19, onde apresenta contato com a camada 09. Ressaltamos esses contatos entre camadas pois neles foi observado a presença de faiança assim como de outras categorias de material que podem ser compatíveis com o período de ocupação do Forte Real. De acordo com a divisão por áreas funcionais proposta para a presente dissertação, essa camada encontra-se inserida no contexto da praça de armas.

Os cortes 16-17 apresentam um contexto difuso, com contatos entre algumas das camadas. Nos referidos cortes, no perfil SE, observou-se a presença de uma vala (possível trincheira), realizada numa camada de ocupação (paleossolo) e que será tratada no tópico posterior.

O preenchimento desta vala se constitui como a camada 7, que se encontra em contato direto com a camada 6. A camada 7 apresentou cerâmica utilitária e uma moeda dos séculos XX e XXI. Logo acima dessa camada 7, a camada 6 apresentou incorporação de matéria orgânica, grande concentração de fragmentos de telha e material arqueológico formado por um prato fragmentado em faiança, 1 botão e dois projéteis. Ainda nos cortes 16-17, a camada 6 está em contato direto com a camada 5 que, além do material acima citado, apresenta outras categorias que podem ser associadas período de ocupação da fortificação como fragmentos de faiança, cachimbo branco, lascas de sílex, porcelana, um botão metálico de procedência inglesa, além de dobradiça e grampos em ferro oxidado.

Ainda na trincheira T-01, nos cortes 17-18 a camada 5 apresentou, além de material lítico na forma de lascas de sílex, fragmentos diminutos de faiança. Nos cortes 18-19, observa-se também no perfil SE o contato da camada 5 com a camada 9 (que se sobrepõe sobre o referido paleossolo a ser tratado no próximo tópico). Nesse contato, se observou a presença de um único fragmento de faiança.

Figura 35 - Perfil SE dos cortes 16-17. Trincheira 1.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 36 - Perfil SE dos cortes 17-18. Trincheira 1.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 37 – Prato fragmentado em faiança, localizado no corte 16-17.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 38 – Detalhe da figura anterior.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 39 – Fragmentos de faiança localizados na camada 5.



Fonte: o autor (2019).

Figura 40 – Fragmento de faiança observado no contato entre as camadas 5 e 9.



Fonte: o autor (2019).

4.2.2 Camada 08

A camada 08 constitui-se como um “paleossolo que surge no perfil NW do corte 16-17 e se estende na T-01 até o corte 18-19. No perfil SE o paleossolo surge no corte 17-18 da T-01. Foi identificado ainda na T-05” (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009a, p. 86). Conforme a divisão por áreas funcionais proposta para a presente dissertação, a camada 08 se estende pelo topo do outeiro (praça de armas), estando presente nas trincheiras T-01 e T-03, seguindo pela vertente da encosta, podendo ser observada também na trincheira T-15, no que convencionamos se tratar da escarpa da fortificação.

Para melhor uma melhor compreensão desta camada, observaremos seu contexto em cada trincheira separadamente. Conforme se observa nas figuras 35 e 36, a trincheira T-01 apresenta uma extensão de 36m e largura de 1,5. Essa trincheira foi dividida em 18 cortes. A camada 08 se apresenta nos últimos cortes (16/17, 17/18 e 18/19) da trincheira, onde apresenta um declive suave no topo do outeiro até se acentuar na encosta, seguindo a topografia natural. Nos cortes 16/17, perfil SE, observou-se uma cava nesta superfície de ocupação (camada 08), paralelamente a encosta do outeiro, podendo ser associada ao período de ocupação do Forte Real.

Quando da evidenciação desta cava durante a campanha de 2009, duas hipóteses foram levantadas: a de se tratar de um canal para águas pluviais ou se tratar de uma trincheira (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009a, p. 96). Acreditamos ser bastante coerente a hipótese relativa à trincheira, face à sua posição em relação ao Rio Capibaribe e ao Riacho Parnamirim, que a época da guerra possuía calado suficiente para trânsito de embarcações e hoje encontra-se quase que completamente assoreado. O próprio donatário Duarte de Albuquerque Coelho, em suas memórias da guerra, relata assaltos de tropas holandesas contra o Forte Real através desta posição²⁹.

A própria presença de material que pode ser associado ao subsistema bélico, observado no contexto das camadas 09 e 10 da trincheira T-15 (que serão abordadas mais a frente), reforça ainda mais essa hipótese.

²⁹ Conforme mencionado em capítulo anterior.

Figura 41 - Perfil SE do corte 16-17, no contexto da trincheira T-01, representando a possível trincheira.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Ainda na trincheira T-01, o corte 18/19 apresentou esse mesmo paleossolo (camada 08), onde pode se observar claramente se tratar de uma superfície mais compactada, sugerindo ter sido uma área de trânsito. Evidenciou-se nesse corte um prato fragmentado de prato em faiança portuguesa, depositado sobre a própria camada de ocupação, sugerindo ter sido descartado no próprio local.

Figura 42 - Paleossolo no qual repousa um prato fragmentado em faiança.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 43 - Detalhe do prato em faiança depositado sobre superfície de ocupação (paleossolo).



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Situação semelhante pode ser observada na trincheira T-03, corte 17-18, onde se observou outro prato fragmentado, em faiança portuguesa, depositado sobre o mesmo paleossolo, no contato entre este e a camada 09, que constitui o aterro que lacrou a camada

08. Além do referido prato, a camada no contexto da trincheira T-03 também apresentou outros fragmentos em faiança, sugerindo formas e tratamentos de superfície distintos.

Figura 44 - Abertura da trincheira T-03 (à esquerda) e sua localização em relação à trincheira T-01.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 45 - Perfil SW do corte 17-18, realizado na trincheira T-03. Observar a presença de fragmento de faiança depositada sobre o paleossolo (camada 08).



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 46 - Detalhe do fragmento de faiança no perfil SW da trincheira T-03, cortes 17-18.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 47 - Prato fragmentado em faiança que se encontrava depositado sob a camada 08.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

A camada 8 ainda se apresenta na área funcional escarpa (encosta do outeiro), onde foi aberta a trincheira T-15, em alinhamento com a trincheira T-01, apresentando perfil semelhante a esta. Todavia, nessa trincheira, a camada 8 se mostrou estéril no que diz respeito à presença de material arqueológico. O fato da camada não ter apresentado material arqueológico no contexto da trincheira T-15 (que entendemos como sendo a escarpa da fortificação), e sua baixíssima representatividade nas áreas mais baixas do parque (a exemplo da área onde hoje se encontra a sementeira) foi primordial para levantarmos a hipótese da área não ter sido utilizada como descarte do lixo da fortificação. Todavia, a construção do anfiteatro pode ter impactado qualquer presença de material rolado das cotas mais altas.

Do ponto de vista do processo de constituição das camadas que lacram esse paleossolo, não observamos resultantes de áreas mais altas, que justificassem a grande quantidade de material que formam as camadas que lacram esse paleossolo. Todavia, uma provável ação erosiva de cunho pluvial pode ter contribuído para a deposição de material na encosta (escarpa), carreando também material arqueológico, como veremos na descrição das próximas camadas.

4.2.3 Camada 09

De acordo com a divisão realizada por áreas funcionais, a camada 09 ocorre no contexto da trincheira T-15, na área funcional que definimos como escarpa. Essa trincheira, quando da campanha arqueológica de 2009, foi realizada na área de encosta do outeiro, de forma a tentar localizar a continuação do fosso da fortificação em sua face voltada à Estrada do Encanamento e ao anfiteatro, construído no parque na segunda metade do século XX. Não localizando informações estratigráficas que apresentassem a possibilidade de uma estrutura de fosso, levantou-se a hipótese da utilização estratégica da própria inclinação do terreno para exercer a função do fosso.

De acordo com o relatório da campanha arqueológica de 2009 (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009a, p. 86), a camada 09 constitui-se como uma “camada argilosa com incorporação esparsa de matéria orgânica que se mostra a partir do perfil NW do corte 16-17 da T-01. Corresponde a um aterro, que lacrou a camada 08”. Essa camada 08, como dito acima, representa um paleossolo que se estende da área funcional que compreendemos nesse trabalho como sendo a praça de armas (topo do outeiro) a partir da trincheira T-01, sendo também encontrado na trincheira T-15 (escarpa) e trincheira T-03 (praça de armas), como apresentado anteriormente.

Podemos observar que a camada 09 encontra-se lacrando o referido paleossolo não apenas na área de encosta, mas também no topo do outeiro, que compreendemos como sendo a praça de armas na porção mais próxima a vertente, englobando parte da trincheira T-01 e da trincheira T-03. Com relação à estratigrafia, o perfil NE do corte 01/02 da trincheira T-15 apresentou as mesmas características do perfil SW do corte 18/19 da trincheira T-01. Como dito acima, a camada 08 nessa área se mostrou estéril com relação à presença de material arqueológico. Todavia, a camada 09, presente também nas trincheiras T-01 e T-03, apresentou no contexto da T-15 fragmentos de faiança, cerâmica utilitária e material lítico, na forma de fragmento de sílex.

Figura 48 - Abertura da trincheira T-15, referente a



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 49 - Trincheira T-15 em relação a arquibancada do anfiteatro construído no parque.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

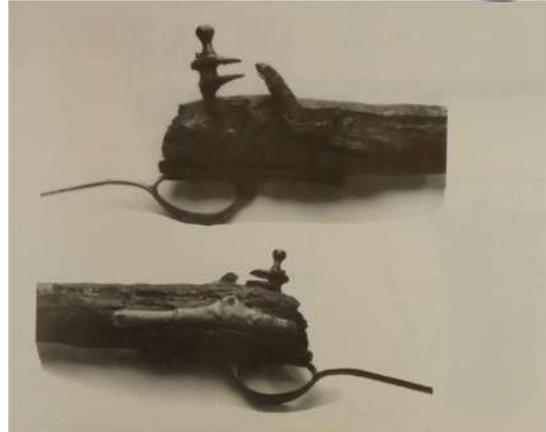
Numa abordagem sistêmica, o material localizado na camada perpassaria dois subsistemas distintos, o subsistema bélico e o subsistema alimentar. Relativo ao subsistema bélico, podemos sugerir sua associação ao fragmento de núcleo em sílex, matéria-prima importante na confecção de pederneiras para mecanismo de acionamento de disparo das armas de carga avante, comuns na época.

Figura 50 - Fragmentos de sílex localizados no sítio. O fragmento da esquerda foi evidenciado na camada 09.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 51 - Mecanismo de disparo por acionamento à pederneira.



Fonte: Lenting et. al (1993).

Figura 52 - Pederneira confeccionada a partir do lascamento de sílex.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 53 - Mecanismo de acionamento de arma de fogo de pederneira, encontrado nas escavações do Forte do Brum.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Dessa forma, o núcleo em sílex localizado na camada pode ser cronologicamente compatível com o período de ocupação o sítio como unidade defensiva. Devemos lembrar que o regimento de Tomé de Souza de 1548 já dava conta da obrigação do aparato bélico que cada colono deveria providenciar para a defesa da terra, figurando o arcabuz como integrante desse arsenal (Castro, 2009, p. 74). Segundo Evaldo Cabral de Mello (2007, p. 281) o arcabuz e a espingarda de pederneira foram de largamente utilizadas pelos luso-brasileiros durante o

período da invasão e conquista holandesa. Na camada também foram localizados fragmentos de cerâmica vermelha utilitária, sobre a qual não possuímos uma cronologia fechada.

A principal hipótese que podemos levantar com relação à camada face o seu contexto arqueológico é a de que o material teria sido descartado, perdido ou inutilizado na parte mais alta do outeiro (praça de armas), podendo estar associado a posição onde se observou a suposta trincheira observada na camada 08, e se depositado na encosta (escarpa) mediante processo de erosão pluvial, responsável por carrear o material arqueológico, assim como o sedimento que compõe a camada 09 nas cotas mais altas do terreno. Acreditamos ser esta hipótese mais coerente do que a levantada no primeiro momento de observação da camada. Essa hipótese daria conta de um descarte de lixo na párea da escarpa, expediente comum em fortificações modernas.

O pouco volume de material tanto na camada quanto na área mais baixa do parque, onde hoje se localiza a sementeira (área essa cuja expectativa seria a da presença de material arqueológico rolado), assim como o grau de antropização naquela área nos levaram a descartar tal hipótese. Todavia, acreditamos que ambas as situações seriam coerentes com o período.

4.2.4 Camada 10

A camada 10 consiste em uma camada argilosa de aterro, observada nos cortes finais (18-19) da trincheira T-01 e na trincheira T-15, sobreposta sobre a camada 09, que lacrou o paleossolo referente ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. O material arqueológico localizado no contexto da camada 10 consiste em fragmentos de faiança, um selo em chumbo, apresentando inscrição impressa ilegível e uma rodela, também em chumbo.

Assim como o fragmento de sílex observado na camada 09 e tratado anteriormente, o chumbo pode ser associado ao subsistema bélico, configurando-se como matéria-prima a confecção de projéteis. Sabe-se que, afora os projéteis obtidos através de rapinagem e eventual saque dos pertences de um inimigo abatido, era comum que a matéria-prima fosse repassada aos combatentes, cabendo a estes a confecção dos projéteis de suas próprias armas.

A camada 10 assemelha-se à camada 09 por apresentar material provavelmente carreado das cotas mais altas do terreno, principalmente no que diz aos poucos fragmentos de faiança, cujo conjunto pasta, esmalte e decoração assemelha-se com alguns dos fragmentos observados na camada 08.

Figura 54 – Rodela e selo em chumbo, localizados no contexto da camada 10.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 55 – Fragmento de faiança localizado na camada 10.



Fonte: o autor (2019).

Figura 56 - Fragmento de faiança localizado na camada 10.



Fonte: o autor (2019).

4.2.5 Camada 11

A camada 11 apresenta-se extremamente interessante para a busca da compreensão do contexto sistêmico do sítio. Essa camada, inserida no contexto da praça de armas, abrange as trincheiras T-02, T-04 e T-09, abertas paralelamente a trincheira T-01. Esta consiste em uma “camada com ostras, conchas bivalves, carvão, rica em material arqueológico” (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009a, p. 86). Conforme observado durante as escavações, concluiu-se que a camada se tratava de uma estrutura de descarte, de natureza antrópica, na forma de uma cava aberta na superfície onde foram depositados tanto matéria orgânica quanto de tralha

doméstica e demais categorias de material, podendo estar associadas ao período de atuação da fortificação, anterior ao cerco holandês (Albuquerque, Lucena e Nogueira, op.cit, p. 143).

A estratigrafia também apontou sucessivas camadas de barro e “pacotes” de lixo, onde os restos orgânicos foram capeados, de forma a se evitar mau cheiro resultante da decomposição do material. A camada 11 aflorou após a remoção da camada superficial (camada 1), que nessa trincheira atingiu aproximadamente 20cm de profundidade. Nessa camada foram localizadas uma grande quantidade de material malacológico e ossos de animais, assim como uma grande quantidade de material associado ao subsistema alimentar.

Uma observação mais pormenorizada da estratigrafia aponta a deposição de material, em especial cerâmica, em diferentes profundidades, o que nos permite observar uma continuidade da estrutura enquanto área de descarte, assim como o contínuo consumo de ostras no sítio. Vale salientar que o material cerâmico, em especial a faiança, foi descartado na estrutura em momentos diferentes conforme se pode observar na posição em que se encontram depositadas. Essas sucessivas deposições podem bem representar o período anterior ao cerco e ao bloqueio do abastecimento da fortificação.

Figura 57 - Panorâmica das trincheiras T-02, T-04 e T-09 (à esquerda da imagem) que apresentaram a camada 11.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019)

Figura 58 - Perfil NE da trincheira T-02. Observar as camadas de material malacológico e lixo e capeadas por camadas de barro.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 59 - Perfil NE da trincheira T-02. Observar presença de cerâmica vermelha depositada horizontalmente à aproximadamente 1m de profundidade da superfície atual.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 60 – Fragmento de cerâmica vermelha no contexto da camada 11, trincheira T-04.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 61 - Detalhe da camada 11. Observar fragmentos de faiança associados ao material malacológico. Observar também a deposição horizontal deles, sugerindo descartes sucessivos.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 62 - Perfil NW do corte 4-5. Fragmento de base de prato em faiança azul sobre azul.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 63 - Detalhe da imagem anterior.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Embora claramente se trate de uma estrutura de descarte relacionada ao subsistema alimentar, a camada apresentou também considerável quantidade de material construtivo, trancas e articulações em ferro oxidado, com destaque para um cadeado esférico associado aos séculos XVII/XVIII e material relacionado à iluminação, na forma de uma lamparina em ferro com mesma expectativa cronológica (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009b, p. 153 e 154).

Figura 64 - Cadeado em ferro oxidado, com expectativa cronológica entre os séculos XVII/XVIII.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 65 - Lamparina em ferro oxidado, com expectativa cronológica entre os séculos XVII/XVIII.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Outras categorias de material também foram evidenciadas na camada, como cachimbos vermelhos e brancos. Não vamos citar aqui toda tralha localizada na camada, embora devemos destacar o material que pode ser associado ao subsistema bélico, como fragmentos de sílex e dedais em latão. Outra situação que podemos mencionar é a presença de pregos rebatidos em ferro oxidado, sugerindo o desaparecimento da peça ao qual estavam afixadas. Entretanto, sabemos ter sido comum a mudança do contexto sistêmico de pregos em fortificações, sendo comumente utilizados como material bélico. Por exemplo, quando do cerco ao Forte Real em 1635, Duarte de Albuquerque Coelho menciona a existência de peças de artilharia em bronze nesta fortificação que foram carregadas com balas de mosquete, pedras e pregos (Coelho, 1981, p. 246).

Figura 66 - Dedais em latão, localizados na camada 11.



Figura 67 - Conjunto de pregos rebatidos localizados na camada 11.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Todavia, a categoria de material mais representativa da camada consiste na cerâmica utilitária. Diversos fragmentos de cerâmica vermelha, vitrificada, peroleira e talhas figuram o universo material da camada. Alguns desses fragmentos apresentam uma expectativa cronológica, como a cerâmica vermelha fina. Vale destacar a presença de talhas fragmentadas, de grandes proporções, em cerâmica vermelha. Associadas ao armazenamento de água e alimentos, essas formas podem possuir expectativa cronológica com os séculos XVII, XVIII, XIX (Silva, Fernandes e Silva, 2003, p. 68 a 70).

Figura 68 – Talhas fragmentadas localizadas na camada 11.



Fonte: o autor (2019).

Figura 69 - Cerâmica vermelha fina. Produção portuguesa dos séculos XVII e XVIII.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Do ponto de vista da compreensão da faiança do sítio, essa camada é a que se mostra mais representativa tanto quantitativamente quanto qualitativamente. A camada 11 apresenta a maior quantidade de peças mais íntegras, assim como abrange um universo decorativo bem maior que os outros contextos observados no sítio.

4.2.6 Camada 13

A camada 13 surgiu na tentativa de se procurar a continuidade da estrutura de descarte observada na camada 11. Todavia, foi localizada outra estrutura de descarte, distinta da estrutura que compõe a camada 11. Caracterizada como uma “camada argilosa com forte concentração de matéria orgânica” (Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009a, p. 86), a camada 13 foi localizada no contexto das trincheiras T-05, T-06 e T-08, abertas paralelamente as trincheiras onde foi evidenciada a primeira estrutura de descarte (Albuquerque, Lucena e Nogueira, op. cit, p. 161).

Figura 70 – Trincheiras que abrangem a camada 13.



Figura 71 – Detalhe das trincheiras escavadas.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Diferentemente da camada anterior, a camada 13 não apresentou presença de material malacológico, assim como as camadas de capeamento semelhantes aquelas encontradas na primeira estrutura de descarte. O material arqueológico da camada permeia diversos subsistemas como o construtivo, o bélico, além do alimentar, podendo ser observados diversos fragmentos de cerâmica utilitária e faiança. Na camada ainda podem ser observados cachimbos, grés e outras categorias de material. Com relação a faiança, a camada apresenta quantidade significativa de fragmentos, figurando junto com a camada 11, a maior concentração dessa categoria cerâmica em todo o sítio.

Assim como a camada 11, trata-se de uma estrutura construída para um fim específico, que o descarte de lixo. Essa camada encontra-se em contato com a camada 01, superficial. Não conseguimos identificar as forças resultantes da sedimentação que promoveu a deposição da camada 01 sobre a camada 13. Entretanto, assim como a camada 11, a camada 13 encontra-se no topo do outeiro, em sua parte plana. Uma vez que não encontramos uma correspondente em cota topográfica mais alta que justificasse um processo de deposição através de atividades erosionais.

Entretanto, devemos lembrar que a área sofreu diversas alterações quando da instalação do Parque Municipal Sítio Trindade, como dispositivos de lazer e atividade física. Essas alterações podem ter contribuído para a deposição da atual camada de ocupação (camada 01) sobre a camada 13, mas não temos maiores dados que possam corroborar com essa hipótese.

Figura 72 – Deposição de faiança em diferentes profundidades da camada 13. Perfil SE dos cortes 4-5, trincheira T-08.



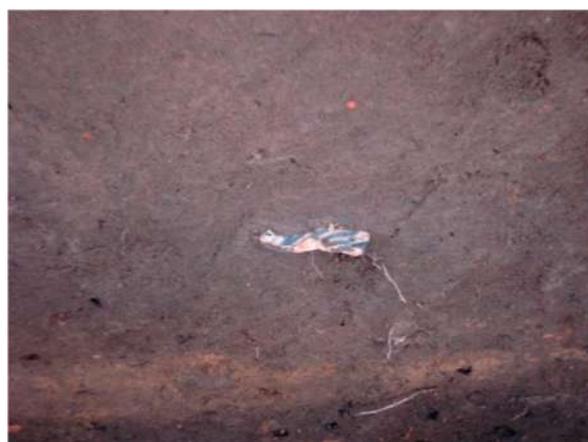
Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Modificado pelo autor (2019).

Figura 73 - Detalhe da figura 74. Fragmento de faiança no limite da camada 13. Trincheira T-08, cortes 4-5.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 74 - Detalhe da figura 74, onde se observa um fragmento de faiança no perfil SE dos cortes 4-5, trincheira T-08.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 75- Fragmento de faiança e guarda-mão de espada em ferro, aflorando no perfil NW do corte 4-5, trincheira T-06.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 76 - Guarda-mão de espada em ferro oxidado, localizado no contexto da camada 13.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 77 - Sucessivas deposições de cerâmica utilitária, observadas na camada 13. Perfil SE do corte 4-5, trincheira T-06.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 78 - Cerâmica fragmentada, perfil SE do corte 4-5, trincheira T-05.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

4.2.7 Camada B

Assim como procedemos com o material proveniente da campanha de 2009, não consideramos, para a presente dissertação, a faiança observada em superfície e em profundidades rasas. É o caso do material caso do corte E-F-12-13, que ocorre entre 0cm e 30cm de profundidade. À exceção de fragmentos de faiança que se colam com outros

observados na camada “B”, esse corte apresentou uma maior quantidade de faiança fina em relação a faiança. Devemos lembrar que o contexto estratigráfico do referido corte, a essa profundidade mais superficial, possivelmente se constituiria como uma camada de ocupação posterior a instalação do Forte Real do Bom Jesus (Albuquerque e Lucena, 1988, p. 21). Esta camada foi nomeada como camada “F” e se encontrava lacrando a camada “B”. Portanto essa intrusão da faiança fina pode representar esse contato.

Para a presente dissertação decidimos manter a nomenclatura adotada na época. Como dito em capítulo anterior, o objetivo da primeira campanha arqueológica realizada no sítio consistiu em evidenciar os remanescentes da antiga fortificação. Dessa forma, fazendo um corte que partiu do topo do outeiro em direção a estrada do Arraial, este obrigatoriamente deveria passar transversalmente ao local onde se acreditava existir o fosso do Forte Real. Nessa trincheira-teste evidenciou uma superfície de ocupação, chamada de camada “B”.

Essa camada é potencialmente compatível com o período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. Conforme apontam Albuquerque e Lucena (op.cit, p. 18) a mesma apresenta um horizonte “B”, formado por um latossolo vermelho proveniente da Formação Barreiras. Este horizonte não apresentou indícios de ocupação humana, observados no horizonte “A” através da presença de material arqueológico. Esse contexto forma a camada “B”, observada entre os cortes E e I e parte do corte J, conforme pode ser observado na figura 84.

A partir do corte I, observa-se uma interrupção nessa camada, removida possivelmente para a instalação de obras de defesa. Nesse ponto o horizonte “A”, rico em matéria orgânica, teria sido removido para evitar infiltração nas estruturas de terra referentes ao Forte Real do Bom Jesus (Albuquerque e Lucena, op.cit, p. 19).

Com relação a camada “B”, observou-se a presença de faiança entre os cortes E e I e entre as linhas 11 e 13, com profundidades que variaram entre 30cm e 70cm de profundidade. A faiança encontrava-se associada a outras categorias de material como vidro, cerâmica utilitária, lítico, chumbo, projéteis, cachimbo branco e botões metálicos, o que está em consonância com o período cronológico e com a expectativa arqueológica referente a uma unidade fortificada. Vale também salientar a presença de uma fogueira, observada na interface entre as camadas “B” e “F”, podendo ser associada ao período de ocupação da fortificação.

Com relação as outras categorias de material arqueológico associada a faiança na camada B foram, além da faiança fina que acreditamos ser uma perturbação, se observou material lítico, projéteis, cachimbo branco e vermelho e vidro.

A faiança correspondente a primeira campanha, inseridas no contexto da praça de armas se apresentou bastante fragmentada, o que não permite reconstituição de formas e, em algumas situações, recuperação dos padrões e motivos decorativos.

A partir dessa camada de ocupação (camada B) foi possível observar a topografia local da época e mensurar como se deu o processo de carreamento e deposição de material. Conforme se observa na figura 88, a partir do corte E o terreno se configura como uma encosta suave, em direção as cotas mais baixas do atual parque Sítio Trindade, podendo ser essa declividade, associada a ação erosiva pluvial, a resultante do carreamento de sedimentos e material arqueológico para a área do entulho do fosso, conforme veremos no próximo tópico.

Figura 79 - Fragmentos de base de formas não identificadas.



Fonte: o autor (2019).

Figura 80 - Fragmentos de base de formas não identificadas.



Fonte: o autor (2019).

4.2.8 Entulho do fosso

A possibilidade de faiança no fundo do fosso se recobriu de uma grande expectativa, uma vez que com o arrasamento das muralhas e seu posterior preenchimento, poderíamos obter um contexto lacrado e inquestionável do consumo dessa categoria de louça na fortificação. Entretanto não foi observada sua presença no fundo do fosso, mas no seu

entulho, em profundidades bastante rasas. Essa faiança se apresentou bastante fragmentada e quantitativamente pouco representativa.

A possibilidade da presença de faiança no fundo do fosso nos traria informações importantes relativas à cronologia. Uma vez que as muralhas da fortificação foram arrasadas e seu conteúdo preencheu o fosso, o material que depositado no fundo seria inegavelmente compatível com o período relativo aos cinco anos de operação. Todavia, a presença de faiança no entulho do fosso, em profundidades entre 20cm, 30cm e 60cm de profundidade, nos fazem levantar a hipótese de uma ação pluvial sucessiva, responsável pelo rolamento dos fragmentos de faiança das cotas mais altas. Entretanto, a presença de outras categorias de material que podem ser compatíveis com o período como fragmentos de cachimbo branco e projéteis de chumbo sugerem a possibilidade desse material ter estado associado a superfície de ocupação seiscentista presente no topo do outeiro e na vertente da encosta conforme se pode observar na figura 86.

Figura 81 – Abertura de trecho do fosso do Forte Real do Bom Jesus.



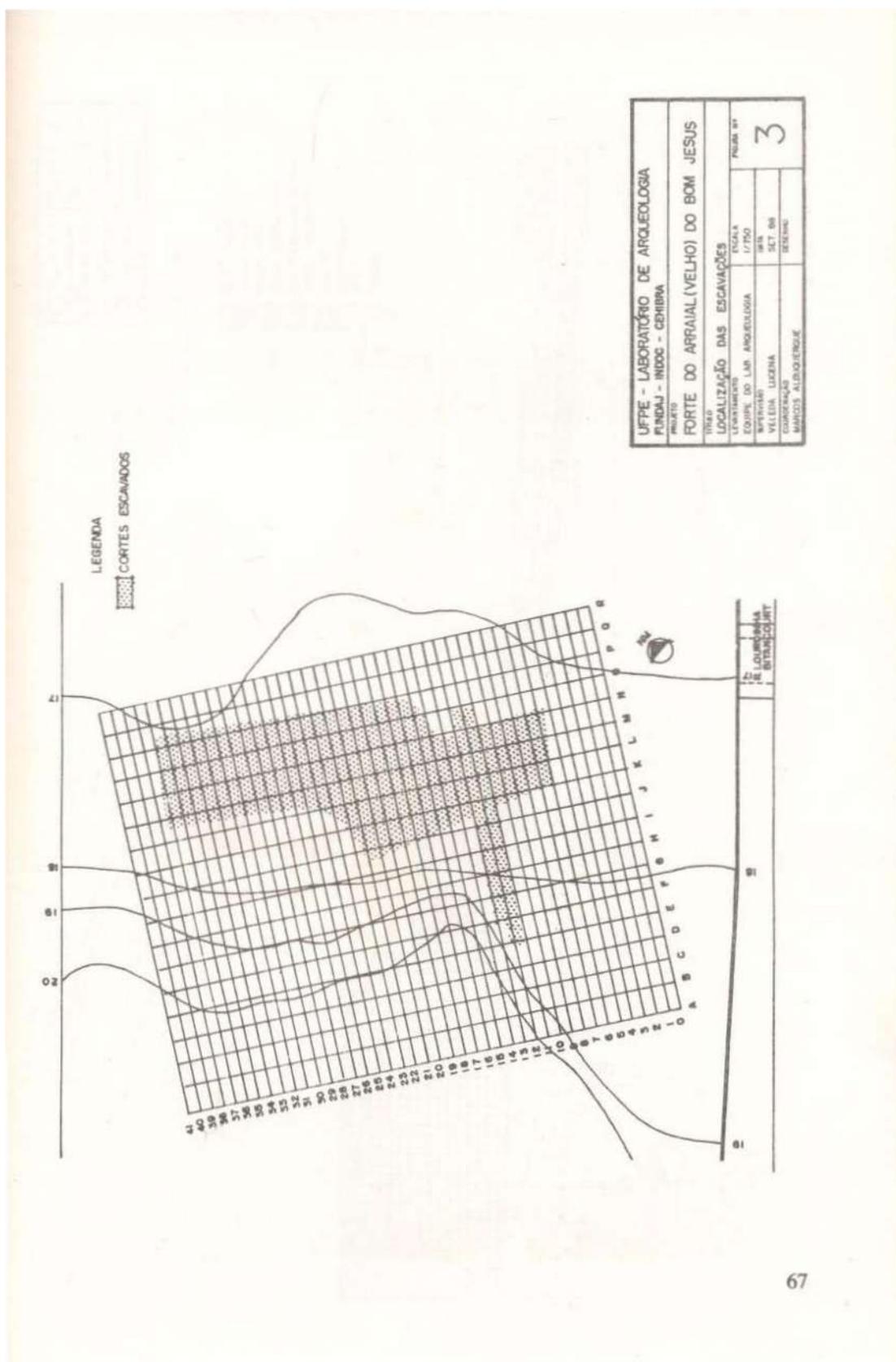
Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 82 – Perfil estratigráfico do fosso, apresentando o contato entre a superfície da época e o material que o entulhou.



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 83 – Setoramento da primeira campanha arqueológica realizada no sítio. A trincheira-teste, que evidenciou o fosso da fortificação corresponde as quadrículas E até O, entre as linhas 11, 12 e 13.



5 IDENTIFICAÇÃO DA FAIANÇA DO FORTE REAL DO BOM JESUS

Albuquerque e Lucena (2008) propõem uma reflexão acerca do estudo da cerâmica em Arqueologia. Essa reflexão parte na direção não apenas da busca por uma uniformização de critérios analíticos entre os pesquisadores, mas também de compreender quais seriam as atribuições do arqueólogo proveniente dos centros produtores de cerâmica e do arqueólogo proveniente dos centros consumidores de cerâmica. Dentro desta linha de pensamento, arqueólogos portugueses e brasileiros possuem atribuições distintas dentro do universo da faiança encontrada em sítios arqueológicos.

Na qualidade de material importado, a faiança deverá ser abordada quanto ao seu uso, descarte, reutilização, assim como questões relativas à movimentação comercial entre colônia e metrópole, caracterização socioeconômica etc. Nessa lógica, as atribuições do arqueólogo português, que são o de estudar a faiança de acordo com sua tecnologia, composição e procedência etc., deverão resultar em dados que permitam ao arqueólogo dos centros consumidores classificarem seu material.

Nos últimos anos observamos uma crescente tendência de pesquisadores portugueses interessados no estudo arqueológico da faiança. Diversas abordagens têm sido desenvolvidas, além daquelas puramente baseadas na observação de motivos e decorações. Essas novas abordagens têm se fundamentado em métodos físico-químicos na busca de observar a composição de pastas, esmaltes e pigmentos, de forma a se buscar particularidades entre cronologias e centros produtores. A decoração, entretanto, não deixou de ser o principal atributo de análise da faiança, estando atualmente associadas a outros atributos, como seu contexto estratigráfico, assim como sua associação com outras categorias de material arqueológico seguramente datáveis.

Segundo aponta Curado (2010, p. 57), a produção material de um grupo cultural está associada a uma “lógica operacional” seguida consciente ou inconscientemente, fruto de fatores internos e externos, condicionados quer pelo ambiente físico ou cultural. A cerâmica, como um dos elementos materiais da cultura humana, não foge a essa lógica. Tomando por base o conceito de “ciclo de vida de um artefato” proposto por Albuquerque e Lucena (op. cit, p. 358) vamos analisar a faiança localizada no contexto do Forte Real do Bom Jesus. Esse

ciclo de vida da cerâmica compreende desde a necessidade cultural da sociedade que produziu o artefato cerâmico. Esse ciclo perpassa essa lógica operacional.

Em primeiro lugar, qualquer elemento material da cultura, ou seja, produzido pela mão humana, responde a uma necessidade cultural. Com a cerâmica é diferente. Sua produção sempre é antecedida por uma necessidade e por uma experiência anterior (Albuquerque e Lucena, 2008, p. 358). No caso da faiança, compreender essa necessidade permitirá uma melhor compreensão do material em si e da sociedade que a produziu e consumiu. Devemos lembrar mais uma vez que a compreensão sobre essa lógica necessidade cultural deverá ser rotacionada, quando quem estiver sendo estudado seja a sociedade consumidora, ou seja, a sociedade colonial.

Sabe-se que Portugal, no início de século XVI, era um grande consumidor de louças estrangeiras, principalmente da região Ibérica. Ainda na primeira metade do século XVI passa a produzir esmaltada com influência das produções principalmente espanholas (Calado, 2001, p. 16). A porcelana oriental também teve papel preponderante na produção de faiança portuguesa, que em seu momento áureo reproduziu mais fidedignamente os padrões decorativos orientais, altamente cobiçados no mercado europeu e de preços bem mais acessíveis (Calado, op. cit, p. 17). Essas produções, sejam as de influência ibérica ou oriental, eram largamente consumidas no mercado europeu e não deixariam de ser bem aceitas nas colônias, o que fica bastante claro na grande quantidade de faiança encontrada em sítios arqueológicos brasileiros, por exemplo (Curado, 2010, p. 53). Existia a tendência de uma reprodução dos comportamentos e valores metropolitanos na colônia (Gomes, 2013, p. 179), e a circulação de bens de consumo como a faiança não deveria fugir a essa regra.

As etapas, que aqui vamos chamar de intermediárias, desse ciclo de vida correspondem a todo o processo que envolve desde a concepção do artefato cerâmico a todo o processo relativo à escolha, seleção e aquisição da matéria-prima, seu tratamento e, posteriormente, na manufatura do artefato cerâmico. A partir de então, o artefato cerâmico perpassa outros ciclos de vida, relativos à aquisição, consumo, descarte e sua possível reutilização. São essas etapas que competem ao arqueólogo dos centros consumidores abordar.

Uma vez que estamos trabalhando na lógica da faiança como demarcador cronológico e uma das variáveis para a definição de contextos relativos ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus, vamos tentar afinar essa definição a partir da análise da faiança encontrada nas camadas observadas. A faiança do sítio se apresentou mais fragmentada em

alguns contextos e mais íntegros em outros, permitindo assim tanto a observação das decorações como das morfologias.

Macroscopicamente, dentro do universo da faiança do sítio, foram observadas algumas variações técnicas. As variações de coloração e porosidade, segundo as tipologias propostas por Sebastian (2010), podem ser indicadores tanto cronológicos quanto de procedência. Essas variações também podem representar desde o acesso e disponibilidade de matéria-prima, distintas dosagens dos diferentes tipos de argilas que compõe a pasta da faiança, até o processo de queima, incluindo as variações de temperatura e a posição que a peça se encontra dentro do forno.

Para Casimiro (2013), a faiança atinge um auge técnico e decorativo na primeira metade do século XVII. O período posterior caracteriza uma queda qualitativa na produção de faiança portuguesa. Queda essa não apenas referente ao início da produção de faiança na Holanda, o que fez com que Portugal perdesse espaço no mercado europeu, mas também devido a massificação de seu consumo. As classes menos abastadas passaram a consumir faiança e em grandes quantidades, o que acarretou um aumento de produção e uma consequente diminuição de qualidade. Essa queda qualitativa pode ser percebida em todo o conjunto da produção, desde as pastas até as decorações.

Nesse quesito encontramos algumas variações de pasta no conjunto de faianças encontradas no contexto do Forte Real do Bom Jesus. Em suma, as pastas da faiança observadas no sítio se apresentam variações de cor, compactação, porosidade e dispersão de antiplástico. Com relação à cor, as pastas apresentam colorações que vão do amarelado ao mais avermelhado, até pastas realmente vermelhas, estas menos representativas.

As pastas mais amareladas são tendencialmente mais porosas e menos compactas, apresentando eventuais antiplásticos de menor dimensão e mais esparsados na peça, quando não ausentes no fragmento analisado. As pastas mais avermelhadas se apresentam mais duras e menos porosas. Devemos ressaltar que algumas peças sofreram ações pós-depositivas mais fortes, acarretando a mudança das propriedades de pastas e esmaltes, o que pode ser observado macroscopicamente.

Figura 85 - Fragmentos em faiança alterados pelo fogo.



Fonte: o autor (2019).

Figura 86 - Fragmentos em faiança alterados pelo fogo.



Fonte: o autor (2019).

Figura 87 - Pasta clara, levemente avermelhada, pouco compacta, apresentando elementos antiplásticos visíveis macroscopicamente. Esse tipo de pasta está associado as produções conhecidas como "Louça de Málaga".



Fonte: o autor (2019).

Figura 88 - Exemplo de pasta clara, pouco compacta, porosa e com eventuais elementos antiplásticos visíveis macroscopicamente. Esse tipo de pasta é associado ao período onde a produção de faiança portuguesa atingiu seu auge qualitativo.



Fonte: o autor (2019).

Figura 89 - Pasta clara (esbranquiçada), pouco porosa, associada as produções do século XVIII.



Fonte: o autor (2019).

Figura 90 - Pasta vermelha, compacta, pouco porosa, apresentando elementos antiplásticos visíveis macroscopicamente.



Fonte: o autor (2019).

Com relação as morfologias, se observou a total predominância de peças associadas ao serviço de mesa, de forma aberta, destacando-se pratos, tigelas e taças, estando os pratos, de diferentes tamanhos, melhor representados no todo do sítio. Pela sua morfologia, se trata de peças para o consumo individual e voltadas à contenção do alimento a ser servido à mesa, estas últimas menos representativas. A presença de dois bicos de peças distintas sugere formas mais fundas, para servir líquidos, embora os fragmentos não permitam sua reconstituição morfológica.

Vale destacar algumas formas que fogem ao padrão dos pratos, como um possível cabo de talher, uma peças que sugeres a presença de apêndices (asa e alça), uma forma em cuja borda sugere a utilização de um talher, à maneira dos açucareiros atuais, assim como um bico finamente decorado, que pode ter sido de uma infusa ou forma semelhante.

Figura 91 - Provável cabo de talher em faiança.



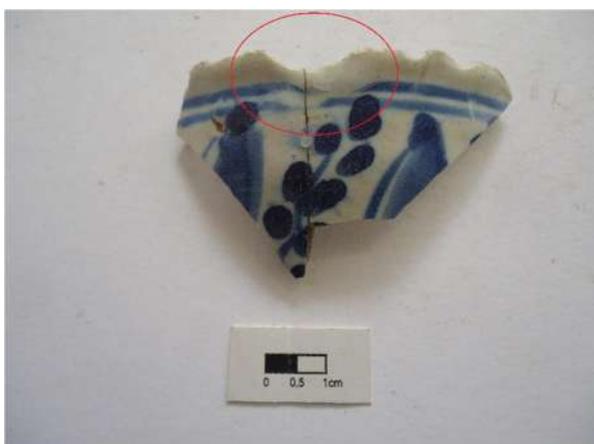
Fonte: o autor (2019).

Figura 92 - Bico decorado em faiança, possivelmente associada a uma infusa ou outra forma funda para contenção e serviço de líquidos.



Fonte: o autor (2019).

Figura 93 - Fragmento de peça em faiança que sugere o apoio de talher, possivelmente uma pequena colher.



Fonte: o autor (2019).

Dentre essas formas, observamos duas associadas ao primeiro período de produção de faiança em Portugal, referente a primeira metade do século XVI. Trata-se de fragmentos de pratos de tamanhos distintos, mas de morfologia semelhante, apresentando fundos côncavos e taças assentes em pé anelar. Essas formas têm influência direta das produções espanholas, sendo comumente denominadas de “louça malagueira” ou “louça de Málaga”, conforme se pode observar nos regimentos portugueses do século XVI.

Uma vez que além de produzir, Portugal foi um grande consumidor dessas produções estrangeiras, achamos por certo, para a presente dissertação, definir essas formas como sendo de produção ibérica. Todavia, a expectativa cronológica gira em torno da primeira metade do século XVI. Observou-se uma baixa variação nas formas dos pratos com fundo côncavo, predominando a forma representada na figura abaixo, em tamanhos distintos. Com relação aos demais pratos, observa-se uma variação tanto no que diz respeito às formas quanto ao diâmetro e a profundidade.

Figura 94 – Variação morfológica dos pratos localizados no contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus.



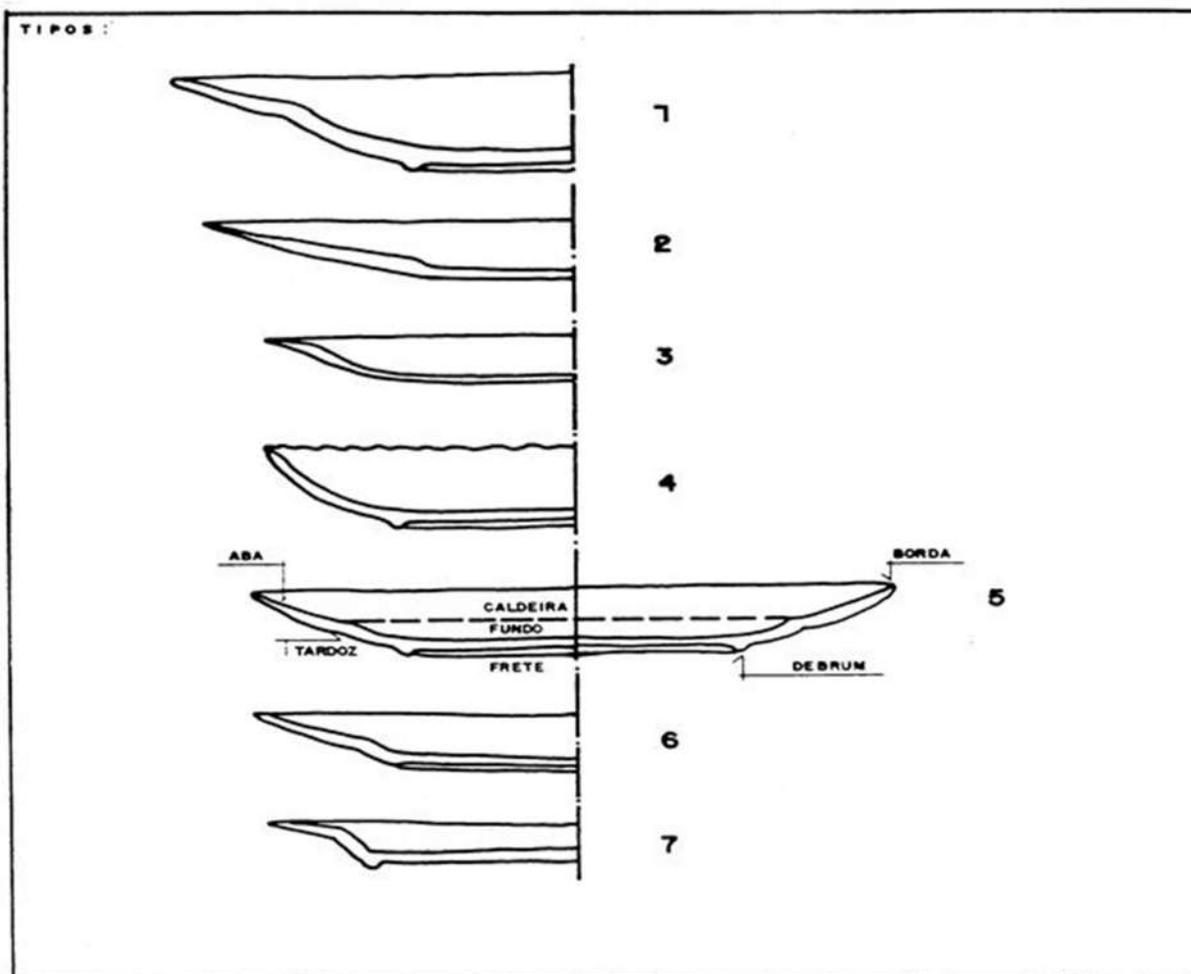
Fonte: o autor (2019).

Figura 95 – Variação morfológica dos pratos localizados no contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: o autor (2019).

Figura 96 - Formas básicas de pratos em faiança portuguesa.



Fonte: Albuquerque (2001).

As tigelas são representadas por fragmentos que apresentam paredes mais grossas e bordos extrovertidos. Dentro do universo da faiança portuguesa, compreendemos a tigela como uma forma aberta, voltada para o consumo individual de alimentos à mesa (Casimiro, 2010, p. 585). Boa parte dos fragmentos localizados no conjunto de faianças do sítio não permitiram a observação do diâmetro e da profundidade das peças, inviabilizando sua reconstituição morfológica. Mas pelas características dos fragmentos, associadas a pesquisa bibliográfica, foi possível perceber a presença de tigelas de tamanhos distintos, apresentando lábios extrovertidos.

Figura 97 - Fragmento de tigela apresentando lábio extrovertido, em faiança portuguesa.



Fonte: o autor (2019).

Figura 98 – Forma básica de tigela em faiança portuguesa.



Fonte: Albuquerque (2001).

Figura 99 - Tigela em faiança portuguesa.



Fonte: o autor (2019).

Com relação as taças, observou-se a presença de variadas formas e tamanhos, estando representadas assentes em pé anelar e assentes em fundo reto. Por taças entendemos formas abertas para o consumo individual de alimentos à mesa. A documentação quinhentista se refere a essa forma como malga (Casimiro, 2013, p. 585).

Figura 100 – Variação morfológica das taças localizadas no contexto do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: o autor (2019).

Outras formas, pouco representativas dentro do universo da faiança do Forte Real do Bom Jesus, também puderam ser observadas. É o caso de uma provável terrina fragmentada, forma fechada com alça para manuseio e destinada ao serviço de alimentos líquidos a mesa

(Casimiro, 2010, p. 585). Foi observada também um fragmento de peça não identificada. Devemos lembrar que uma grande quantidade de peças, que pelo seu estado de fragmentação, não permitiram a reconstituição de formas.

Figura 101 - Fragmento de peça em faiança que acreditamos se tratar de uma terrina.



Fonte: o autor (2019).

Figura 102 - Representação de terrina em faiança.



Fonte: Albuquerque (2001).

Figura 103 - Fragmento de peça não identificada.



Fonte: o autor (2019).

Figura 104 - Perfil da peça ao lado.



Fonte: o autor (2019).

Com relação ao tratamento de superfície das peças, o universo da faiança do sítio, se observam peças esmaltadas a branco e a azul. Esse tratamento de superfície apresenta variações no que tange a presença ou ausência de decoração dos esmaltes. Também se observa uma variação no que diz respeito a qualidade e ao cuidado tanto de esmaltes quanto de decorações, podendo sugerir informações relativas ao perfil socioeconômico da sociedade

que consumiu essa faiança. Como dito anteriormente, a perda de mercado da faiança portuguesa e sua crescente produção para atender novos consumidores provenientes de classes menos abastadas impactou no rigor estético visto anteriormente.

Essa diferenciação é bastante visível do conjunto de faianças do Forte Real do Bom Jesus. Alguns esmaltes, de grande qualidade, podem ser associados a produções mais caras e a um período cronológico específico. É o caso dos esmaltes que apresentam uma maior uniformidade de superfície, camadas mais espessas e maior agregação ao corpo cerâmico. Encontramos também esmaltes mais “pobres”, de menor teor estanífero, mais quebradiços e que tendem a se destacar com facilidade do corpo cerâmico.

Observou-se também esmaltes ricos em impurezas, apresentando pintas pretas, assim como esmaltes com camadas menos espessas, deixando transparecer a cor do corpo cerâmico. O banho superficial, que serve de suporte as decorações, se constitui em quatro tipos distintos. Os esmaltes brancos sem decoração, os esmaltes brancos apresentando decoração a azul, os esmaltes brancos apresentando decoração a azul e vinho e os esmaltes azuis com decoração também a azul. Observamos também um exemplar que apresenta um esmalte verde perolado, mas que não se assemelha as produções em faiança fina Pearlware (Figuras 100 e 101) e que não encontramos maiores informações a seu respeito.

Figura 105 - Exemplo de esmalte associado as produções quinhentistas ibéricas conhecidas como "louças malagueiras".



Fonte: o autor (2019).

Figura 106 - Exemplo de esmaltes associados a auge qualitativo da produção de faiança, no primeiro quartel do século XVII.



Fonte: o autor (2019).

Figura 107 - Esmalte de menor qualidade, associado as produções posteriores a 1630.



Fonte: o autor (2019).

Figura 108 - Esmaltes associados a produções do século XVIII.



Fonte: o autor (2019).

Foram também observadas marcas de manufatura no tratamento de superfície das peças. Dentre essas marcas podemos citar a presença de trempes, utilizados para separar as peças de faiança durante o processo de queima. A faiança localizada no Forte Real do Bom Jesus apresentou marcas de trempes na parte interior e exterior de abas fundos de pratos, ocasionando destacamentos do esmalte no local onde se instalou a trempe, assim como uma agregação das suas pontas a peça em faiança, gerando um alto relevo no local.

Figura 109 - Destacamento do esmalte de peça no local onde se instalou a trempe.



Fonte: o autor (2019).

Figura 110 - Alto relevo sugerindo agregação da ponta da trempe ao corpo cerâmico.



Fonte: o autor (2019).

Como dito anteriormente, as decorações ainda são os atributos mais empregados na análise da faiança em Arqueologia. Diversas são as categorizações empregadas para definir cronologicamente essa categoria de louça esmaltada. Tânia Casimiro (2010; 2013) propõe uma evolução crono-estilística que compõe períodos de 25 anos, o que corresponde ao surgimento de cada nova geração dentro do universo das olarias, que eram ambientes majoritariamente familiares. Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (1991; 2001), a quem devemos a importante contribuição em organizar cronologicamente as decorações da faiança portuguesa em uma época que se dispunha de pouco material de referência, fez um grande levantamento de motivos presentes em coleções museológicas e particulares, assim como a faiança localizada arqueologicamente em Vila Flor-RN. Sua periodização cobre momentos cronológicos bem mais longos que aqueles apresentados por Tânia Casimiro.

De grande contribuição foi a proposta de Steven Pendery que, a partir da faiança portuguesa exumada em contextos arqueológicos provenientes do século XVII em nova Inglaterra, apresenta proposta uma cronológica e estilística, elencando onze tipos distintos de decoração (Pendery, 1999, p. 62 apud Cruz, 2018, p. 40 e 41). Proposta essa largamente utilizada por arqueólogos portugueses e enriquecida posteriormente por Sá (2012).

Além do trabalho de Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (op.cit), nos baseamos no trabalho de Tânia Manuel Casimiro (op. cit), que propõe uma evolução crono-estilística para a faiança portuguesa, formada por seis períodos distintos aos quais vamos associar o material proveniente da pesquisa arqueológica realizada no Forte Real do Bom Jesus. A este trabalho de Casimiro, buscamos também confrontar com outros trabalhos como o de Bandeira (2011), Curado (2010), Sebastian (2010) além de outros.

A evolução crono-estilística proposta por Casimiro, como dito acima, compreende a vigência de determinados motivos em períodos de aproximadamente vinte cinco anos. O período I (1520-1570) consiste no período seminal de produção de louça branca esmaltada em Portugal. Conforme aponta a autora (2013, p. 354 e 355; 2010, p. 652 e 653), essa datação foi obtida a partir dos resultados da escavação dos fornos de Mata da Machada, até então as únicas estruturas conhecidas que tenham produzido louça esmaltada em Portugal no início do século XVI. Todavia, os contextos arqueológicos portugueses só começam a apresentar uma incidência maior dessas produções a partir de 1540, enquanto o referido forno já operava em 1520.

Essa produção tem clara influência de centros produtores espanhóis e a documentação histórica comumente a denomina como “louça malagueira” ou “louça de Málaga” em clara associação a esse centro produtor espanhol. Nesse primeiro momento trata-se de uma louça sem decoração, com formas bastante características, conforme observado anteriormente. Para a presente dissertação procuramos nos referir a essa louça como de procedência ibérica, uma vez que é impossível, através de uma análise macroscópica, diferenciar a produção espanhola da portuguesa. O período final dessas produções, segundo ressalta Casimiro (2013, p. 355), tem referências documentais. O regimento dos oleiros de Lisboa, de 1572, já menciona a presença em Portugal da produção da Louça de Talavera, centro espanhol que na primeira metade do século XVI já produzia louça decorada a azul sobre branco, assim como de “malagueiros”, produtores de louça branca esmaltada.

No contexto do Forte Real do Bom Jesus encontramos essa louça bem representada dentro do universo dos fragmentos de faiança. Devemos também mencionar a presença de alguns poucos fragmentos, que associamos a esse período de produção, que apresentam decoração em azul, embora diferentes das mencionadas louças de Talavera.

Figura 111 - Louça de Talavera. Produção espanhola relativa ao século XVI.



Fonte: Hernando (1999).

Figura 112 – Louça de Málaga ou "malagueira" associada à primeira metade do século XVI, localizada no contexto do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: o autor (2019).

Figura 113 - Fragmento de aba de prato em faiança, sugerindo se tratar de uma produção com característica das louças malagueiras, embora apresentando decoração a azul.



Fonte: o autor (2019).

Figura 114 - Fragmento de aba e bojo de prato em faiança, sugerindo se tratar de uma produção com característica das louças malagueiras, embora apresentando decoração a azul.



Fonte: o autor (2019).

O período II (1570-1610) representa a primeira fase das produções em faiança decoradas a azul sobre branco. Essas decorações apresentam influências europeias e principalmente chinesas, baseadas na gramática decorativa da porcelana Ming. É o período em que começa a se observar formas com abas divididas em cartelas, no interior das quais figuram flores e frutos, observando-se um apuro nos motivos.

Dessa cronologia, observamos alguns fragmentos em faiança que sugerem decorações que podem ser associadas a esse período, a exemplo das “guirlandas estilizadas”, que segundo cronologia proposta por Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001, p. 36), se enquadrariam do terceiro quartel do século XVI ao primeiro quartel do século XVII, apresentando cronologia semelhante a proposta por Tânia Casimiro. Ainda com relação a esse período, Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (op. cit, p. 37) observa motivos de influência chinesa, baseados na representação de ogivas e pontos, cuja cronologia é similar a das “guirlandas estilizadas”. O aperfeiçoamento da tipologia de Pendery por Sá (2012), localiza essa decoração entre os anos de 1600 e 1625.

Figura 115 - Aba de prato fragmentado apresentando a decoração "guirlandas estilizadas".



Fonte: o autor (2019).

Figura 116 - Aba de prato fragmentado apresentando a decoração "guirlandas estilizadas".



Fonte: o autor (2019).

Figura 117 - Prato em faiança portuguesa decorada com ogivas e pontos na aba e apresentando cenário com elementos fitomórficos no fundo.



Fonte: o autor (2019).

Figura 118 - Tigela em faiança portuguesa decorada com ogivas e pontos na aba.



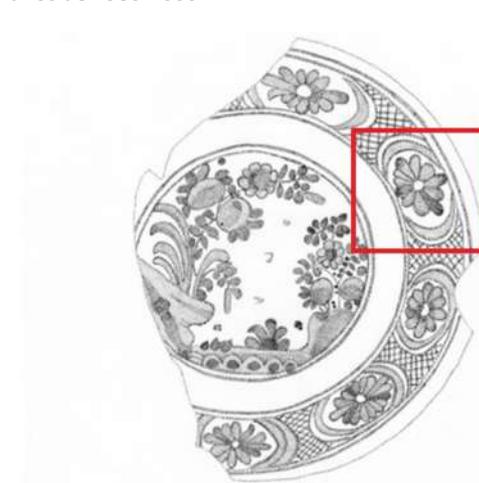
Fonte: o autor (2019).

Figura 119 - Fragmento de aba com motivo vegetalistas, sugerindo se tratar da decoração observada ao lado.



Fonte: o autor (2019).

Figura 120 - Prato em faiança localizado nas Ilhas Britânicas, em contextos arqueológicos referentes aos anos de 1580-1600.



Fonte: Casimiro (2010). Modificado pelo autor (2019).

As produções em azul sobre azul são comumente associadas a centros produtores ibéricos, cuja produção abrange meados do século XVI e início do século XVII, configurando-se como o produto mais de produção italiana mais frequente presente em contextos europeus como Espanha, Portugal, Países Baixos e Reino Unido (Ferreira et. al, 2018, p. 1 e 2). Segundo aponta Schávelzon (2001, p. 46 e 47) essa faiança começou a ser

produzida na Itália e exerceu uma forte influência aos oleiros espanhóis, que também passaram a produzi-la. Seu período de produção se observa entre os anos de 1550 e 1630 e perpassaria os três primeiros períodos da evolução cronoestilística proposta por Tânia Casimiro (2010), embora não seja mencionado no referido trabalho.

Seu padrão decorativo se caracteriza por motivos lineares como círculos e arcos, assim como motivos vegetalistas, figuras humanas e construções de época. A parte exterior das peças geralmente apresenta motivos semelhantes a entrecruzados (Schávelzon, 2001, p. 46 e 47). Arqueologicamente, observa-se a faiança azul sobre azul em contextos portugueses referentes ao século XVI e início do XVII (Barradas e Silva, 2017, p. 1678 e 1679). Comumente associada a produções provenientes da Ligúria, sabe-se atualmente que a faiança azul sobre azul foi produzida na Espanha, Países Baixos e Portugal, podendo se observar diferenças de composição nas pastas e esmaltes.

Dessa forma, acredita-se que boa parte da faiança azul sobre azul localizada em contextos arqueológicos em Portugal e suas colônias não necessariamente se tratará exclusivamente de produções italianas e espanholas, podendo se tratar de produções nacionais (Ferreira et. al, op.cit, p. 2, 3 e 15; Ferreira e Casimiro, 2017)

Figura 121 – Fragmento de prato em faiança azul sobre azul, produção ibérica e com expectativa cronológica entre meados do século XVI e início do XVII.



Fonte: o autor (2019).

Figura 122 – Fragmentos de peças distintas em faiança azul sobre azul, localizadas no contexto do Forte Real do Bom Jesus.



Fonte: o autor (2019).

O período III (1610-1635) é considerado o auge da produção da faiança portuguesa, onde se imitavam os padrões da porcelana oriental de forma mais fidedigna. É desse período a

presença de padrões provenientes da chamada “kraak porcelain”³⁰, com motivos decorativos figurando entre “cartelas” e apresentando divisores de motivos.

Figura 123 – Prato em porcelana chinesa, dinastia Ming, período Wan Li (1573-1619). Essa gramática decorativa ficou conhecida no mercado europeu como “Kraak porcelain”. Notar a presença dos motivos decorativos entre cartelas e divisores de motivos.



Fonte: Nilsson (2019).

As produções desse período apresentam pratos com abas divididas em cartelas, geralmente em números pares, no interior dos quais são representados símbolos de influência chinesa como as “boninas”, “folhas de Artemísia”, “rolos de papel” e “pedras sonoras”. O interior dessas cartelas também apresenta representação de flores e frutas, sendo visível o cuidado no delineamento dos motivos (Casimiro, 2013, p. 355). Os fundos dos pratos geralmente apresentam cenas e paisagens bucólicas, reproduzindo elementos orientais. As produções desse período também podem apresentar influência árabe-hispânica, principalmente no que diz respeito a pequenas espirais preenchendo espaços em branco (Bandeira, 2013, p. 126 e 127) e figurando dentro das cartelas.

³⁰ O termo “kraak” trata-se de uma corruptela de carrack (carraca), um tipo de embarcação portuguesa usada no comércio com a Ásia no início do século XVII. Esse termo passou a ser associado a louça devido ao aprisionamento de duas carracas portuguesas pelos holandeses nos anos de 1602 e 1604, cujo conteúdo compreendia grande quantidade de itens em porcelana chinesa (Nilsson, 2019). Apesar da porcelana chinesa já ser conhecida em período anterior ao século XVI, através do comércio veneziano com o oriente médio, foi através das carracas portuguesas que seu gosto se difundiu nos lares europeus (Wilcoxon, 1999, p. 2).

Figura 124 – Prato fragmentado em faiança portuguesa apresentando a gramática decorativa que associamos ao padrão da Kraak Porcelana.



Fonte: o autor (2019).

Figura 125 – Fragmento de recipiente não identificado apresentando a gramática decorativa que associamos ao padrão da Kraak Porcelana.



Fonte: o autor (2019).

Figura 126 – Fragmento de fundo de peça em faiança sugerindo decoração paisagística, comum as produções do período.



Fonte: o autor (2019).

Figura 127 - Fragmento de fundo de peça em faiança sugerindo decoração paisagística, comum as produções do período.



Fonte: o autor (2019).

Esse período também é comum por apresentar outras decorações nas abas dos pratos. Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001) apresenta o motivo composto por folhas intercaladas por ramos em sentido vertical como figurando dentro da expectativa cronológica relativa ao terceiro quartel do século XVI e primeiro quartel do século XVII. Observamos esse motivo no contexto do Forte Real do Bom Jesus e consideramos a existência de algumas

variações tanto na tonalidade dos pigmentos quanto no acabamento dos traços. No bairro histórico da Mouraria, em Lisboa, esse motivo foi encontrado no contexto do refugio de fornos de olaria que produziu faiança entre os séculos XVI e XVII (Castro et. al, 2017, p. 1738), conforme se observa na figura 125.

Figura 128 – Refugio de produção de olaria lisboeta em atividade entre os séculos XVI e XVII.



Fonte: Castro et. Al (2017). Modificado pelo autor (2019).

Esse motivo, no contexto do Forte Real do Bom Jesus, apresentou traços mais traços delicados, melhor acabados e traços mais “grosseiros”, observando-se inclusive que nestes a quantidade excedente de pigmento criou um alto relevo na decoração. Observamos também outros fragmentos que aparentemente apresentam uma variação desse motivo, realizado em traços mais “grosseiros”. Entretanto, não temos segurança para afirmar se realmente o são, face a sua pouca representatividade.

Figura 129 – Motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”.



Fonte: o autor (2019).

Figura 130 - Motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”.



Fonte: o autor (2019).

Figura 131 - Motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”.



Figura 132 – Possível variação do motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”.



Figura 133 - Possível variação do motivo identificado como “folhas intercaladas por ramos em sentido vertical”.



Fonte: o autor (2019).

Certos temas vegetalistas, como a representação do “feto” e das “pétalas”, se tornam comuns nas abas dos pratos a partir de 1640 (Casimiro, 2010, p. 606 e 609). Entretanto, o padrão vegetalista (Deagan, 1987 apud Bandeira, 2011), apresentando composições de inspiração chinesa, se encontram em contextos arqueológicos datados entre 1600-1650. Esse mesmo padrão também figurou em contextos arqueológicos portugueses referentes aos anos de 1600 a 1650 (Barreira, 1995 apud Bandeira, 2011).

Figura 134 - Motivo vegetalista conhecido como “feto”, associado as “linhas diagonais cruzadas”.



Fonte: o autor (2019).

Figura 135 – Taça apresentando motivo “vegetalista”.



Fonte: o autor (2019).

Figura 136 – Fragmento de prato em faiança apresentando motivo “vegetalista”.



Fonte: o autor (2019).

Figura 137 - Taça apresentando motivo “vegetalista”.



Fonte: o autor (2019).

Figura 138 - Decoração que sugere se tratar do motivo conhecido como "pétalas".



Fonte: o autor (2019).

Figura 139 - Taça apresentando motivo “vegetalista”.



Fonte: o autor (2019).

O quarto período, proposto por Tânia Casimiro, corresponde aos anos de 1635 a 1660. Esse período caracteriza-se por uma perda do requinte decorativo da faiança, assim como numa queda de qualidade de pastas e esmaltes, associada a uma massificação de consumo, atendendo agora as camadas sociais menos abastadas. Esse período é marcado pelo surgimento de novos elementos decorativos e uma menor repetição dos motivos orientais, que agora aparecem estilizados e associados a motivos europeus (Casimiro, 2010, p. 660). Algumas decorações são típicas desse período como os semicírculos concêntricos.

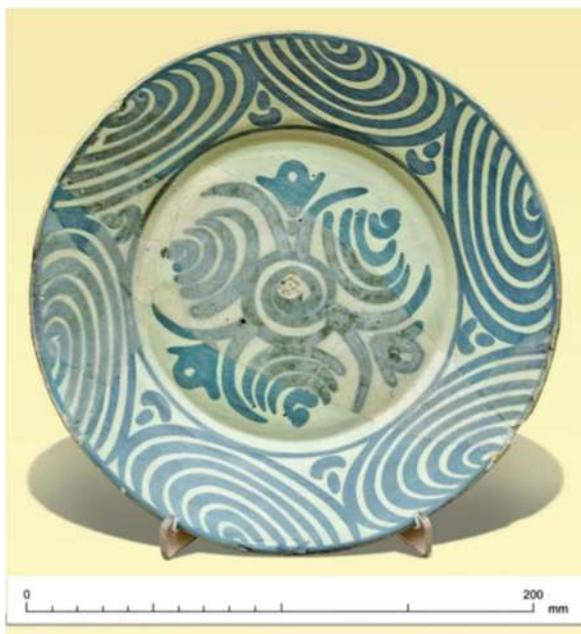
O motivo conhecido como semicírculos concêntricos encontra-se bem representado no contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus, observando-se sua presença em bojos e abas no interior e no exterior das peças. Apenas um fragmento apresentou o motivo em seu exterior. Alguns fragmentos apresentaram motivo associado aos semicírculos concêntricos, bastante comum no fundo das formas. No sítio estudado, esse motivo apresenta-se unicamente na cor azul, embora se observe algumas variações na tonalidade do pigmento, que varia de tons mais foscos e claros até mais escuros e brilhantes. O período de produção desse motivo apresenta distorções quando tratado por pesquisadores distintos.

Para Albuquerque (1991; 2008. p. 36), esse motivo tem seu período de produção entre o terceiro quartel do século XVI e primeiro quartel do século XVII, cronologia obtida a partir de pesquisa bibliográfica, museológica e do material proveniente da escavação de Vila Flor, no Rio Grande do Norte.

Para Schávelzon esse motivo é muito semelhante às produções espanholas (2001, p. 86) e tem sido encontrado em contextos arqueológicos posteriores a segunda metade do século XVII, como observa-se também em Colonia de Sacramento (Fusco, 2003), Silves em Portugal (Gomes e Casimiro, 2013, p. 23 e 24), além de sítios de naufrágios como o Galeão Sacramento, afundado em 1668 na Bahia (Gomes, 2013, p. 190) e um naufrágio associado a fins do século XVII em Ponta do Leme Velho, Cabo Verde (Gomes, Casimiro e Gonçalves, 2014). Sobre a presença desse motivo decorativo no contexto do Galeão Sacramento, Gomes (op.cit, p. 192) faz o seguinte comentário:

O fraco tratamento decorativo dado a esse conjunto, assim como a sua constante presença em grande parte dos contextos arqueológicos coloniais e metropolitanos indicam que estamos perante uma produção de maior espectro de consumo e, por tal, de menor valor económico e social, um perfeito exemplo da “democratização” da utilização de cerâmica vidrada na segunda metade do século XVII, momento em que assistimos a uma regulamentação no envio de “louça branca” para o território brasileiro.

Figura 140 – Prato em faiança portuguesa apresentando a decoração conhecida como “semicírculos concêntricos” em associação a outro motivo no fundo, inserido em contexto arqueológico relativo aos anos de 1660-1700.



Fonte: Gomes e Casimiro (2013, p. 24).

Figura 141 – Conjunto de fragmentos de peças distintas apresentando o motivo "semicírculos concêntricos".



Fonte: o autor (2019).

Figura 142 - Motivo associado aos semicírculos concêntricos.



Fonte: o autor (2019).

Ainda nesse período, passam a figurar o motivo conhecido como “rendas portuguesas”, de influência europeia, inspirado nas “penas de pavão”, característico das produções italianas. Casimiro (2013, p. 358) sugere que esse motivo tenha surgido por volta de 1645, atingindo o auge de sua popularidade a partir de 1650 e durando até 1680. A faiança proveniente do

Galeão Sacramento (1668) também apresentou esse motivo decorativo (Gomes, 2013, p. 192). As rendas portuguesas também são encontradas em contextos arqueológicos referentes a segunda metade do século XVII, a exemplo dos sítios Clarke e Lake no estado do Maine, EUA, entre os anos de 1654 e 1676 (Wilcoxon, 1999, p. 13), e em sítios de naufrágio (Gomes, Casimiro e Gonçalves, 2014).

Todavia, Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001, sem página), atribui às “rendas portuguesas” uma cronologia posterior aquela proposta por Tânia Casimiro, figurando entre o segundo e terceiro quartéis do século XVIII. Essa datação foi obtida pelo autor através de pesquisa bibliográfica.

Figura 143 - Fragmento de forma não identificada, apresentando o motivo decorativo conhecido como "rendas portuguesas".



Fonte: o autor (2019).

Figura 144 - Fragmento de forma não identificada, apresentando o motivo decorativo conhecido como "rendas portuguesas".



Fonte: o autor (2019).

O quinto período da evolução crono-estilística proposta Tânia Casimiro (2010; 2013) vai de 1660 a 1700. A queda qualitativa de esmaltes, pastas e decorações se intensifica. Com relação as decorações, a estilização dos motivos, observada no período anterior entra em observável declínio. Esse período é caracterizado pela larga utilização do vinhoso, muitas vezes contornando as decorações em azul, a exemplo das rendas e dos aranhões. Figuram ainda nesse período decorações como as “faixas barrocas”, representações de cabeças femininas, dentre outras decorações.

Os aranhões podem ser observados em contextos arqueológicos referentes a partir da segunda metade do século XVII, a exemplo do material da fragata portuguesa Santo Antônio de Tanná, naufragada em Mombaça, na costa africana, em 1697 (Sassoon, 1981). Esse motivo

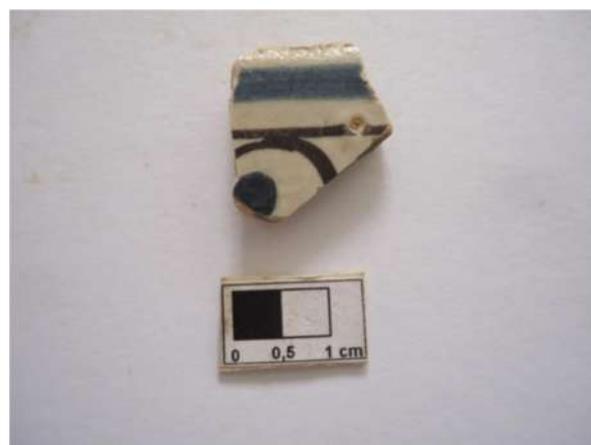
também figura no espólio do galeão Sacramento, em contexto arqueológico referente a segunda metade do século XVII, cronologia na qual é muito comum (Gomes, 2013, p. 191). Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (2001) associa os aranhões ao segundo e terceiro quartéis do século XVII

Figura 145 - Prato em faiança, associado a segunda metade do século XVII, apresentado motivo conhecido como "aranhões".



Fonte: Calado (2003), modificado pelo autor (2019).

Figura 146 - Fragmento de aba encontrado durante a escavação do Forte Real do Bom Jesus, possivelmente apresentado vestígio de um "aranhão", semelhante ao detalhado na figura ao lado.



Fonte: o autor (2019).

Figura 147 - Fragmento de prato em faiança, apresentando a decoração "rendas portuguesas" em azul e vinhoso sobre branco.



Fonte: o autor (2019).

Figura 148 - Fragmento de prato em faiança, apresentando motivo não identificado à azul e vinhoso sobre branco.



Fonte: o autor (2019).

Figura 149 - Fragmento de peça em faiança apresentando motivo não identificado à azul e vinhoso sobre branco.



Fonte: o autor (2019).

Figura 150 - Fragmento de peça em faiança apresentando motivo antropomorfo à azul e vinhoso sobre branco.



Fonte: o autor (2019).

O sexto período (1700-1766) corresponde ao último período de produção de louça oleira, antecedente as produções de fábrica. Representa uma simplificação drástica nas decorações onde boa parte da louça produzida volta a ser branca (Casimiro 2010; 2013). Nesse período caracterizam-se decorações como “contas” e frisos nas abas dos pratos, entre os quais se observa uma “singela” decoração à vinhoso. Destaca-se nesse período as produções coimbrãs de Costa Brioso, que passam a se tornar bastante comuns em contextos arqueológicos. Essa louça caracteriza-se por qualidades estéticas e físicas bem menos “requintadas” (Casimiro op. cit).

Figura 151 – Fragmento de peça em faiança que, pelo conjunto de pasta e esmalte, pode ser associada às produções portuguesas oitocentistas.



Fonte: o autor (2019).

Figura 152 – Fragmento de peça em faiança, decorada à azul e vinhoso sobre branco. Decoração associada às produções de Costa Brioso (século XVIII).



Fonte: o autor (2019).

Figura 153 - Fragmento de peça em faiança, decorada à azul e vinhoso sobre branco. Decoração associada às produções de Costa Brioso (século XVIII).



Fonte: o autor (2019).

Figura 154 - Fragmentos de peças em faiança, decorada à azul e vinhoso sobre branco.



Fonte: o autor (2019).

Outras decorações que puderam ser observadas no contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus abrangem, segundo a bibliografia, largos períodos. É o caso dos padrões lineares, que podem aparecer sozinhos ou associados a outros motivos. Abrangem períodos que vão da segunda metade do século XVI a primeira metade do século XVIII (Bandeira, 2011). Caracterizam-se por faixas (ou frisos) em azul sobre branco e em azul e vinhoso sobre branco, duplas ou simples em azul nas bordas e fundos das peças. Podem também apresentar pinceladas curtas nos lábios das peças, possuindo a mesma expectativa cronológica.

Figura 155 – Fragmentos de peças distintas apresentando frisos em azul na borda.



Fonte: o autor (2019).

Figura 156 - Fragmentos de peças distintas apresentando friso em azul associados a pinceladas curtas no lábio.



Fonte: o autor (2019).

Outra etapa do ciclo de vida da cerâmica seria a sua reutilização. Essa reutilização pode ou não representar uma mudança do contexto sistêmico do artefato, assim como enfatizar sua migração social. Como apontam Albuquerque e Lucena (2008, p. 361), uma louça, ao se quebrar, pode migrar da mesa de refeições para atender demandas na cozinha. Uma louça danificada na casa de um senhor pode ser reaproveitada na casa dos empregados, por exemplo. O mesmo podemos dizer de uma determinada louça outrora cara e que, ao “sair de moda”, possa ter sido adquirida por consumidores de camadas sociais menos abastadas. Essas são algumas das hipóteses que podem ser levantadas em relação a reutilização da cerâmica.

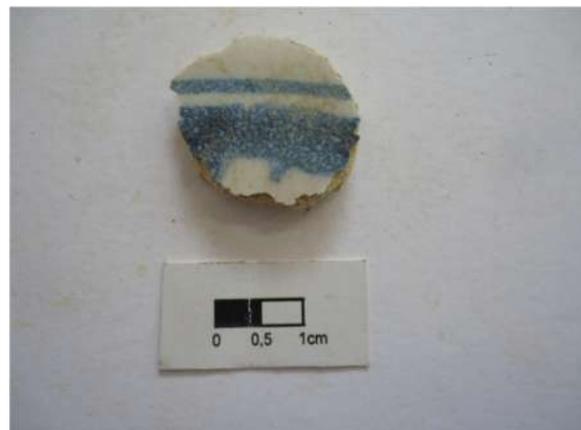
No caso da faiança localizada no contexto do Forte Real do Bom Jesus encontramos algumas situações distintas. A primeira delas é bastante comum em sítios arqueológicos brasileiros, observando-se também na cerâmica vermelha e na faiança fina. Essa reutilização consiste na transformação da faiança em peças lúdicas, provavelmente de jogos de tabuleiro, através da limagem e arredondamento de cacos fragmentados (Etchevarne, 2003, p. 110). No universo da faiança evidenciada no Forte Real do Bom Jesus foram localizados dois fragmentos com essas características.

Figura 157 - Peça de jogo confeccionada a partir de fragmento de faiança.



Fonte: o autor (2019).

Figura 158 - Peça de jogo confeccionada a partir de fragmento de faiança.



Fonte: o autor (2019).

Outra situação encontrada foi um fragmento de faiança azul sobre azul e outro fragmento de faiança azul sobre branco, que segundo Etchevarne (2003) se trataria de fusos, dado o orifício no meio dos fragmentos (Etchevarne, op. cit), também limados e arredondados. Uma rodela de fuso é comumente associada a atividades relativas à tecelagem. Apesar do referido autor associar essas peças a esse uso, acreditamos na possibilidade de se tratar também de peças de jogo de tabuleiro.

Figura 159 - Possível fuso ou peça de jogo confeccionado em fragmento de faiança azul sobre branco.



Fonte: o autor (2019).

Figura 160 - Possível fuso ou peça de jogo confeccionado em fragmento de faiança azul sobre azul.



Fonte: o autor (2019).

Observamos também outra situação, que não necessariamente se configuraria dentro do processo de reutilização, e que figura em alguns fragmentos da faiança evidenciada no sítio.

Consiste no “gateamento” da louça. O “gato” era um grampo metálico, cuja função era unir os fragmentos da uma peça quebrada. Esse ofício era levado a cabo pelo “deita-gatos”. O termo define a pessoa responsável por consertar louça quebrada mediante a utilização de “gatos” de arame (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa, 2019). Esse profissional desenvolvia suas atividades na rua, de maneira itinerante, além de acumular por vezes a função de amolador (Fernandes, 2003, p. 67).

Acreditamos que por questões práticas a louça, uma vez gateada, embora não necessariamente pudesse sofrer mudança em seu contexto sistêmico, mesmo que dentro do subsistema alimentar. Por exemplo, um prato antes utilizado para o consumo de líquidos, ao se quebrar e posteriormente se gateado, poderia ser utilizado para o consumo de alimentos sólidos por exemplo.

No caso de uma mudança no contexto sistêmico da peça gateada, poderia ser sua migração do subsistema alimentar para figurar como uma peça decorativa, por exemplo. Não devemos descurar também a migração horizontal do material, onde a louça inutilizada na mesa do patrão poderia passar a ser utilizada na casa do empregado, por exemplo. Dessa forma, acreditamos que o termo “recuperação” é que melhor se emprega, pois a louça não seria descartada para ser gateada.

Não encontramos maiores informações sobre quando essa prática começou a ser utilizada especificamente na faiança, embora um cartão postal português de 1904 já registrasse essa atividade, numa série de postais que ilustrava os “Typos das ruas”³¹. Entretanto, não encontramos referências a essa prática em períodos anteriores.

³¹ Disponível em: <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/01/profissoes-de-antanho-o-deita-gatos.html> Acesso em: 24-08-2019.

Figura 161 – O profissional conhecido como "deita-gatos".



Fonte: <http://gatosmanias.blogspot.com/2017/05/o-deita-gatos.html> Acesso em: 03.08.2019.

Figura 162 - Louça "gateada".



Fonte: <http://tempohistorias.blogspot.com/2017/03/o-deita-gatos.html> Acesso em: 03.08.2019.

Figura 163 – Fragmento de faiança contendo vestígio de gato metálico.



Fonte: o autor (2019).

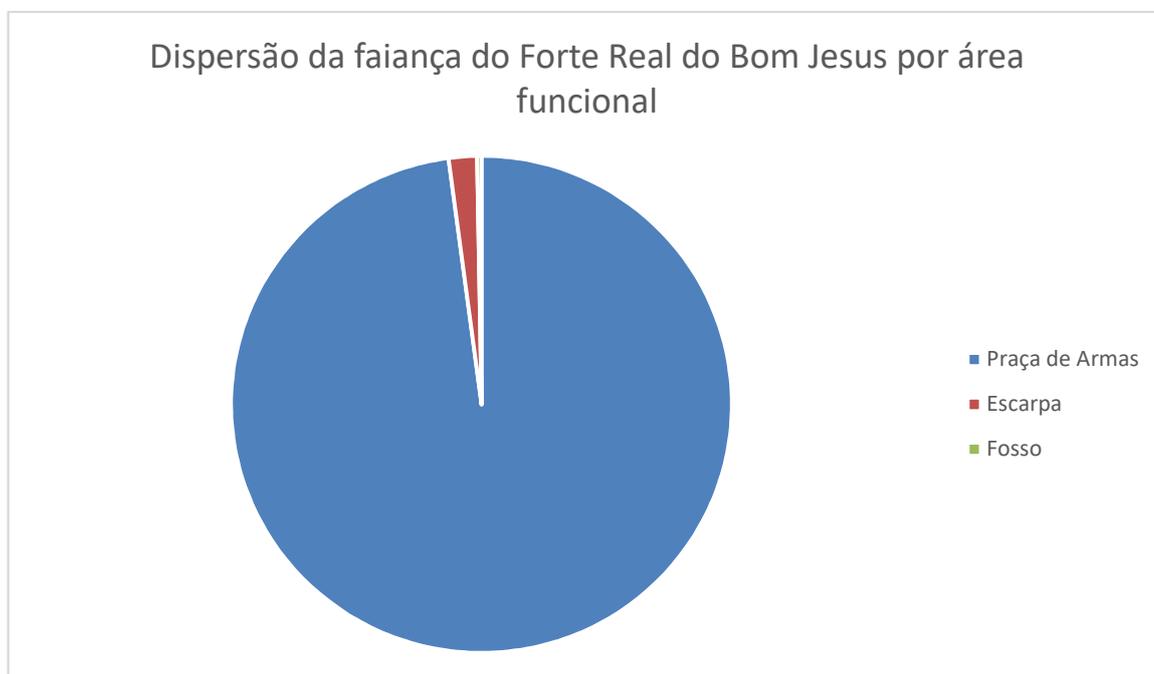
Figura 164 – Vestígio de gato metálico unindo dois fragmentos.



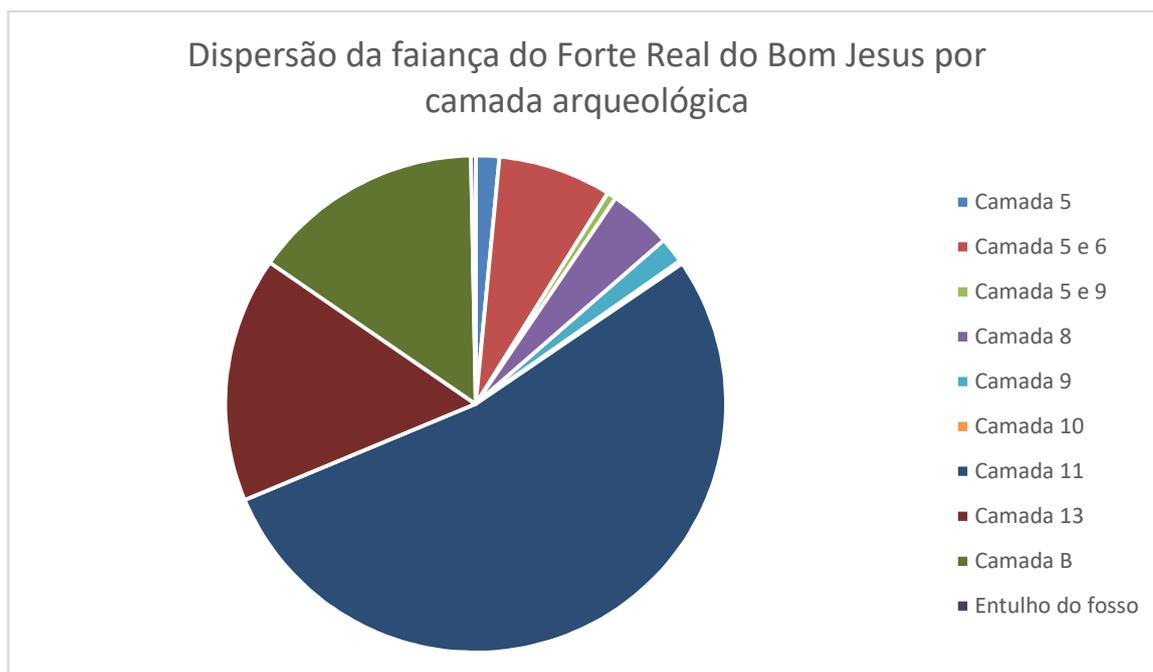
Fonte: o autor (2019).

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo da faiança do contexto arqueológico do Forte Real do Bom Jesus trabalhado na presente dissertação consiste num total de total de 1.378 fragmentos, cuja dispersão horizontal abrange todas as áreas funcionais da fortificação, definidas para esse fim. Devemos lembrar que a análise não abrangeu o material rolado dos cortes e rolado geral do sítio, assim como o material da camada 1 (superficial). A maior concentração abrange as camadas localizadas na praça de armas, especialmente as camadas 11, 13 e B, respectivamente as estruturas de descarte e a área anterior ao fosso, voltada para a Estrada do Arraial.



Fonte: o autor (2019).



Fonte – o autor (2019).

Nesse momento tentaremos fazer uma análise conjugada das variáveis que consideramos para a definição dos contextos arqueológicos que possam ser associados ao período de ocupação do Forte Real do Bom Jesus. Para uma melhor sistematização e compreensão das informações vamos tratar separadamente as camadas por área funcional, embora algumas resultantes possam se estender de uma área funcional a outra.

Devemos entender que a entrada da faiança no contexto arqueológico de um determinado sítio pode ser posterior ao seu período de produção, principalmente se entendermos o tempo que levava entre essa produção e a sua chegada na colônia. Sendo assim, a faiança enquanto demarcador cronológico confiável deverá ser associada a outras variáveis como as que usamos na presente dissertação, dentre elas sua associação a outras categorias de material e o processo de formação da camada. Apesar de termos observado produções que abrangem os séculos XVI ao XVIII, algumas das camadas trabalhadas se apresentam bastante claras devido a algumas de suas particularidades. Particularidades essas principalmente associadas aos motivos e padrões decorativos observados.

A camada 5 se mostrou de interpretação complexa, apresentando contato com outras duas camadas (6 e 9). Acreditamos que se trate de uma camada de formação posterior, embora com elementos que podem ser associados ao período de ocupação da fortificação. Como dito

acima, a camada 5 encontra-se em contato com as camadas 6 e 9, depositadas logo abaixo dela. Não conseguimos identificar a resultante dessas deposições, todavia a forte presença de telhas e brita sugere uma perturbação recente. Perturbação essa que pode ter sido responsável por misturar fragmentos de faiança associados ao século XVIII com o material cronologicamente compatível com o período de ocupação da fortificação.

A camada 8, no contexto da praça de armas, apresentou contextos íntegros, que nos permitem associá-la com o forte. Primeiramente, a faiança observada na camada é cronologicamente compatível com o período, constituindo-se principalmente de fragmentos de “louça malagueira”, um fragmento de faiança apresentando esmalte azul e fragmentos apresentando padrão relativo a Kraak Porcelain³² e a um prato apresentando decoração vegetalista que lacra a camada. Notamos também a ausência de qualquer outra categoria de material que pudesse pôr em dúvida a cronologia da camada. Devemos também ressaltar que a camada apresentou um solo mais compactado, sugerindo trânsito de pessoas, e uma vala estrategicamente voltada em direção ao riacho Parnamirim, de onde partiram diversas investidas holandesas.

Com relação à camada 9, trata-se de um aterro que lacrou a camada 8, se estendendo da praça de armas em direção a escarpa. Não conseguimos mensurar que ações teriam agido para formar esse pacote estratigráfico na parte plana do outeiro que forma a praça de armas, mas sua deposição na vertente que constitui a escarpa pode ter a resposta de uma ação intensiva de erosão pluvial, possivelmente potencializada pela supressão da cobertura vegetal naquela área, sendo assim responsável por carrear o sedimento das cotas mais altas do terreno em direção a escarpa.

A camada 9 apresentou material arqueológico apenas na sua porção que compõe a escarpa da fortificação. Além da faiança e cerâmica utilitária, foram observadas lascas de sílex, largamente empregadas na confecção de pederneiras para as armas de fogo da época. A faiança da camada se encontrava bastante fragmentada, sem possibilidade de reconstituição de formas e decorações. Todavia, alguns motivos puderam ser identificados, como um fragmento de faiança azul sobre azul, fragmentos associados ao padrão Kraak Porcelain e motivo vegetalista, que podem seguramente ser associados ao período de ocupação da fortificação.

³² O padrão que estamos relacionando a Kraak Porcelana e que se mostra bastante recorrente em todas as camadas que definimos como seguramente compatíveis com o Forte Real do Bom Jesus se encontra melhor representada na figura 124.

Entendemos a camada 9 com o sentido de formação posterior ao Forte Real do Bom Jesus, embora com material proveniente a essa praça seiscentista. Acreditamos que o material seja proveniente da camada 8, que foi sendo depositado na escarpa pela ação erosional responsável pela formação da camada 9 nessa área funcional.

A mesma lógica podemos empregar a camada 10, que figura unicamente na área da escarpa. Possivelmente fruto do mesmo processo erosional, a faiança da camada consiste unicamente em três fragmentos, associados a chumbo, matéria-prima para confecção de projéteis. A faiança dessa camada se resume a três fragmentos, dos quais um apresenta o recorrente padrão da Kraak Porcelain, um fragmento com decoração não identificada e um fragmento de peça cuja forma sugere se tratar de uma tigela, apresentando decoração composta por frisos duplos em azul no fundo da peça. Pelas características do esmalte, a peça pode ser associada as produções posteriores a segunda metade do século XVII.

Com relação as camadas 9 e 10 no contexto da trincheira T-15, o modelo processo-resposta pode apontar a um processo erosivo que possivelmente foi potencializado por fatores antrópicos, mediante a retirada da cobertura vegetal da área de topo encosta quando da instalação da fortificação ou em períodos anteriores. Partimos do pressuposto que esse processo erosivo atuou no paleossolo da camada 08 em períodos contemporâneos e posteriores ao Forte Real do Bom Jesus. Esse mesmo processo deverá ter atuado sobre a camada 9 no contexto da praça de armas carreando sedimento e material arqueológico, cuja resposta seria a formação das camadas 9 e 10 na área da escarpa. Dessa forma, o processo de transporte e deposição, apesar de formar camadas diferentes, não definiria ocupações distintas, e sim um processo que pode ter se iniciado na ocupação do forte e continuado após o seu arrasamento.

A camada 11 apresentou algumas características bastante particulares em relação as demais camadas trabalhadas. É a camada mais representativa em volume de fragmentos de faiança, assim como uma maior quantidade de faiança que pode ser associada cronologicamente ao período de ocupação da fortificação. Foi também a camada que mais apresentou associação com outras categorias de material cujo espectro cronológico e funcional abrange o período em questão.

Com relação a faiança, essa camada apresentou formas mais íntegras e uma maior variedade no que diz respeito as decorações. Observou-se na camada uma maior incidência de “louça de Málaga”, de cronologia compatível com o século XVI, apresentando algumas

formas bastante íntegras. O mesmo pode se dizer da faiança azul sobre azul, de procedência ibérica e cronologia compatível com o período de ocupação do forte. Essa camada, além da ausência de fragmentos decorados a azul e vinhoso, o que lhe conferiria uma expectativa cronológica posterior a 1630, apresenta algumas decorações que lhe são exclusivas e compatíveis com o período.

A faiança da camada 11, além das decorações, também apresentou outros atributos como pastas, formas e tratamentos de superfície que sugerem uma cronologia compatível com a ocupação da área pela fortificação. Observou-se uma maior incidência de peças de maior apuro decorativo e qualidade técnica de pastas, esmaltes e formas, características tão comuns às produções do primeiro quartel do século XVII.

A ausência de decorações proveniente de período posterior a 1630 também reforçam a hipótese da compatibilidade da camada com a fortificação. Decorações como semicírculos concêntricos, rendas portuguesas, aranhões e demais decorações a azul e vinhoso não fazem parte do universo da faiança nessa camada. A camada apresentou poucas perturbações de materiais posteriores como faiança fina e uma maior incidência de categorias de material que podem seguramente ter figurado como a tralha proveniente dos ocupantes da fortificação.

Com relação à camada 13, os critérios de análise utilizados na presente dissertação apontaram, em um primeiro momento, sua compatibilidade com o período de ocupação do Forte. Entretanto, após uma análise mais acurada da faiança descartamos tal hipótese. Como dito em capítulo anterior, a camada 13 se trata de uma estrutura de descarte, semelhante a camada 11, se constituindo de uma vala aberta em uma superfície de ocupação para o depósito de lixo.

A camada apresentou algumas decorações que não estão presentes nas demais camadas e que estão associadas a produções de cronologias posteriores a 1635. É o caso das decorações conhecidas como “rendas portuguesas” e os “semicírculos concêntricos”, que apareceram exclusivamente nessa camada. Segundo Casimiro (2010) essas decorações são comumente associadas a partir da segunda metade do século XVII. Segundo a cronologia levantada por Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (1991, 2001) essas decorações estariam cronologicamente dentro do período de ocupação do forte, já que segundo este autor sua expectativa de produção está entre os anos de 1551 e 1625. Entretanto essas decorações têm sido observadas em contextos arqueológicos referentes a segunda metade do século XVII em diversos países, como mostrado no capítulo anterior.

Ainda segundo as decorações, a camada 13 foi a que apresentou uma maior incidência de decorações em azul e vinhoso sobre branco. Apesar de ser um pigmento que figura nas majólicas de períodos anteriores, é na faiança portuguesa de meados do século XVII em diante que o uso do vinhoso, obtido a partir do óxido de manganês, se intensifica. Algumas dessas decorações não puderam ser identificadas devido ao seu estado de fragmentação, mas observamos um pequeno vestígio que sugere a decoração conhecida como “aranhão”, motivos antropomorfos e vegetalista, em sua maioria pouco cuidados na sua elaboração, o que reforça ainda mais a cronologia posterior ao período de ocupação da fortificação.

Algumas dessas decorações podem ser associadas as produções de Costa Brioso, referentes ao século XVIII. Observou-se também outras peças que, pelo conjunto de pasta e esmalte, também podem ser associadas a produções típicas do século XVIII. A segunda metade do século XVII representa uma perda de mercado da faiança portuguesa para as produções holandesas, o que acarretou um mergulho qualitativo nas produções, que passam a apresentar uma maior rusticidade, principalmente no que diz respeito as decorações. Observou-se na camada 13 uma maior incidência de peças com um esmalte menos cuidado, apresentando maior concentração de impurezas e falhas, assim como esmaltes com camadas mais finas, menos agregadas ao corpo cerâmico e de superfícies menos uniformes.

Devemos ressaltar a ausência na camada 13 de determinadas decorações típicas da primeira metade dos séculos XVII e que figuram em outras camadas seguramente associadas ao Forte Real do Bom Jesus. É o caso de algumas decorações referentes ao padrão da Kraak Porcelana, motivos vegetalista, decorações em azul sobre esmalte azul, peças com fundo que sugerem paisagens, etc. Devemos ressaltar também a ausência de exemplares da louça de Málaga, que figura em praticamente todas as camadas estudadas na dissertação e se apresenta ausente na camada 13.

O material associado a faiança da camada 13 possui cronologias que abrangem largos períodos, que tanto podem englobar o período de ocupação do forte quanto períodos posteriores. Esse material consiste desde lascas de sílex, cachimbos e guarda-mão de espada até material hidrosanitário (tampa de ralo de pia em metal) e faiança fina, perpassando subsistemas diversos. Outra particularidade da camada foi a presença de “gatos”. Essa técnica de recuperação de louça figura nos fragmentos que apresentam decorações com datações mais recuadas, referentes a segunda metade do século XVII em diante.

Por se tratar de uma estrutura de descarte de lixo, pode ter apresentado uma utilização constante, em períodos imediatamente posteriores a destruição do forte como também em períodos mais recentes. A presença de gatos nos fragmentos que apresentam datações mais recuadas pode ilustrar uma louça “de família” antiga, a qual houve uma preocupação em recuperá-la após a quebra.

Do ponto de vista interpretativo, a documentação histórica dá conta que mesmo após o arrasamento da fortificação, o povoado do Arraial continuou existindo. E assim até os dias atuais, conformando-se no atual Bairro de Casa Amarela. Se tratando de uma estrutura deliberadamente produzida por ação antrópica, podemos sugerir a compatibilidade da camada 13 com uma possível ocupação posterior no topo do outeiro ou próxima.

A camada B é seguramente pertencente ao período de ocupação da fortificação. Trata-se de uma camada que repousa sobre um horizonte “b”, de terreno local sem intervenção antrópica. O material dessa camada constitui-se basicamente de categorias que podem ser associadas tanto cronológica quanto funcionalmente a uma unidade fortificada. Dentro do universo desse material podemos citar chumbo, projéteis, cachimbos brancos, cerâmica utilitária e demais categorias.

A faiança da camada B constitui-se basicamente de exemplares de “louça Malagueira”, decorações em azul sobre branca não identificadas e alguns padrões bastante recorrentes nas demais camadas que compreendemos como sendo contemporâneas a fortificação. É o caso do padrão que compreendemos como sendo da Kraak Porcelana, fundos de formas apresentando representações de paisagens bucólicas, com elementos fitomorfos, típicas das produções que reproduziam os padrões orientais mais fidedignamente. Devemos também salientar a ausência de decorações a azul e vinhoso sobre branco, assim como demais decorações cuja expectativa cronológica é posterior a 1635.

Entretanto, devemos explicitar que essa camada se encontra lacrada por outra camada, denominada de camada “E”, tratando-se de uma camada de deposição antrópica, associada a instalação dos reparos da fortificação. A camada B, nessa situação, poderia se tratar de uma ocupação inicial da fortificação, anterior a instalação de determinadas obras defensivas, como o reparo.

A presença de faiança no fundo do fosso apresentaria não apenas uma cronologia segura, mas também uma evidência incontestável da circulação dessa categoria de louça no

cotidiano da fortificação. Todavia, os poucos e diminutos fragmentos de faiança encontrados nessa área funcional compõe o entulho do fosso, em profundidades bastante rasas. Sua localização encontra-se alinhada com a trincheira-teste que evidenciou o fosso, não figurando nas demais quadriculas que a compõe.

A presença desse material, cuja forma e decoração não foram possíveis serem recuperados devido ao seu estado de fragmentação, sugerem seu carreamento da camada “B” para o interior do fosso, se considerarmos que quando do arrasamento da muralha após a capitulação da fortificação seu conteúdo não teria soterrado completamente o fosso. O processo erosivo desencadeado por ação antrópica e pluvial podem ter sido, dessa forma, responsáveis por esse carreamento, ao tempo em que transporta a terra do entulho do fosso para as cotas mais baixas e deposita no local o material das cotas mais altas. Dessa forma, apesar do entulho do fosso permitir pensar essa ação, não podemos associá-lo ao período de ocupação da fortificação.

Tendo em vista a problemática levantada pela presente dissertação, foi possível fazer uma diferenciação daquelas camadas que podem ser seguramente associadas ao Forte Real do Bom Jesus. Algumas das camadas que, ao início do projeto, foram entendidas como contemporâneas revelaram-se posteriores, tanto devido ao material arqueológico que as compõe como também através da compreensão dos processos de formação. Algumas camadas não foram de fácil compreensão, apresentando um contexto difuso, onde se misturam materiais arqueológicos, dentre eles a faiança, de cronologias distintas.

Levando em consideração o alto grau de antropização da área onde existiu a antiga fortificação, principalmente no período que compreende a sua transformação em parque municipal, acreditamos que um levantamento minucioso das alterações que o parque possa ter passado seriam de grande utilidade. Acreditamos que a definição cronológica das camadas arqueológicas pertencentes ao sítio permitirá um estudo mais pormenorizado das diferentes ocupações da área.

A faiança se mostrou um eficiente demarcador cronológico para a definição das camadas do Forte Real do Bom Jesus. Apesar das decorações por si serem um atributo de análise que as vezes apresenta caráter subjetivo, o crescente corpo de trabalhos que vem sendo desenvolvidos, principalmente em âmbito português, tem acrescentado maior rigor científico a seu estudo. Principalmente no que diz respeito a observação da incidência de determinados padrões em contextos arqueológicos seguramente datados.

Devemos também salientar que o emprego de métodos físico-químicos no estudo da composição de pastas, esmaltes e pigmentos tem proporcionado um salto qualitativo enorme no que diz respeito a definição dos centros produtores e da qualidade do material, o que tem permitido transcender cada vez mais o artefato, em direção a compreensão da sociedade.

Acreditamos ter contribuído para uma maior compreensão do processo de ocupação da área, uma vez que a definição das camadas arqueológicas permitirá se trabalhar com contextos cronológicos mais seguros.

REFERÊNCIAS

Abertura do fosso no Sítio Trindade terminará em 15 dias. **Diário da Noite**, Recife, ano 24, n. 217, 9 set. 1969.

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de história colonial**. Biblioteca do Senado Federal, sem data.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia de unidades de defesa. *In*: SOARES, Fernanda Codevilla (Org.). **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, p. 9-35, 2015.

_____. Análise da faiança portuguesa: controvérsias e estratégias. **CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – A ARQUEOLOGIA NO NOVO MILÊNIO**, n. 11, Resumos ... Rio de Janeiro: SAB, 2001. p. 77.

_____. **Arqueologia Histórica: uma releitura dos descobrimentos**. REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB, n. 9, Anais ... Rio de Janeiro: SAB, 2000. CD-ROM.

_____. Contatos. **Cadernos de Criação**, Porto Velho, ano 6, n.17, p. 47-66, 1999.

_____. Assentamientos militares: una perspectiva en abordagem. **Arqueologia Histórica na América Latina** – The South Carolina Institute of Archaeology, Columbia (EUA), v. 14, p. 19-38, 1996. Volume dedicado à II Conferência de Arqueologia Histórica Americana, Santa Fé, Argentina, 1995.

_____. O processo interétnico de uma feitoria quinhentista no Brasil. *In*: **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 7, p. 99-123, 1993.

_____. Perspectiva da Arqueologia Histórica no Brasil. **REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB**, n. 6, Anais... Rio de Janeiro, SAB/CNPq, v.2, p. 508-515, 1992.

_____. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre portugueses e os indígenas da tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO – Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, Recife, n.5, p. 105-116, 1982.

_____. O sítio arqueológico PE 13-Ln – um sítio de contato interétnico: nota prévia. **SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA**, 3., Anais... São Leopoldo: [s.n], p. 79-90, 1969.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Fortificação e humanidade. **1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil**, Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017.

_____. O estudo da cerâmica arqueológica. **4º JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL – Métodos e resultados para o seu estudo**, Tondela, 25 a 27 de outubro de 2000. Actas das... Porto: Câmara Municipal de Tondela, Edições Afrontamento, p. 355-364, 2008.

_____. **Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro**. Recife: Graftorre, 1997.

_____. **Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife: CEPE, 1988.

_____. Situação crono-espacial de unidades funcionais em Pernambuco: uma abordagem de pré-escavação. **Revista de Arqueologia – Coleção Arqueologia**, Porto Alegre, EDIPUCRS, n.1, v. 2, 393-407, 1996. Número especial dedicado à VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Porto Alegre, 1995.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; NOGUEIRA, Rúbia. O Forte Real do Bom Jesus: um marco da resistência à invasão holandesa. **VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e I Encontro de Gestores de Fortificações**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-19, 2010. Disponível em: https://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Forte_Bom_Jesus.pdf. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. **Pesquisa Arqueológica no Sítio Trindade – Casa Amarela, Recife – Pernambuco**. Relatório Final. v.1. Novembro, 2009a.

_____. **Pesquisa Arqueológica no Sítio Trindade – Casa Amarela, Recife – Pernambuco.** Relatório Final. v.2. Novembro, 2009b.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente.** Recife: Graftorre, 1999.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. **A faiança como demarcador cronológico.** Recife, 2001. Disponível em:
https://www.academia.edu/9257117/a_faian%C3%A7a_portuguesa_demarcador_cronologico_na_arqueologia_brasileira?auto=download Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **A faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

ALHEIROS, Margareth M; SOUZA, Maria Ângela de A; BITOUN, Jan; MEDEIROS, Sônia Maria G. de M; AMORIM JÚNIOR, Washington M. **Manual de ocupação dos morros da Região Metropolitana do Recife.** Fundação de Desenvolvimento Municipal FIDEM. Recife: Ensol, 2004.

ALMEIDA, Mariana Brito. **Convento Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. A cerâmica pré-histórica brasileira: avaliação e proposta. **CLIO Arqueológica**, Recife, v.1, n. 7, 1991.

BANDEIRA, Beatriz. A faiança portuguesa entre os séculos XVII e XIX. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.** v. 7, n. 2, Julho – Dezembro 2013.

_____. **Estudo das faianças portuguesas recuperadas nas escavações no Paço Imperial – Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro.** Vol. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BARRADAS, Ana Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da. Cerâmicas quinhentistas vidradas de um poço medieval da Praça da Figueira (Lisboa). **Arqueologia em Portugal – Estado da Questão**, p. 1673-1684, 2017.

BARRETTO, Aníbal. **Fortificações do Brasil**. 2. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BARTHEL, Stela Gláucia A. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 7º, 2006.

BINFORD, Lewis R. A consideration of archaeological research design. **American Antiquity**, v. 29, n. 4, p. 425-441, abr. 1964.

_____. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-225, Out, 1962.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino, áulico, anatômico, archtectonico, bellico....** Lisboa, 1720.

BROCHADO, José Proenza; CALDERÓN, Valentín; CHMYZ, Igor; DIAS JR, Ondemar F; EVANS, Clifford; MARANCA, Sílvia; MEGGERS, Betty J; MILLER, Eurico Th; NASSER, Nássaro A. de Souza; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter F; RAUTH, José Wilson; SIMÕES, Mário F. **Arqueologia brasileira em 1968 – um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**. Publicações Avulsas nº 12. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

BUNGE, Mario. **La Ciencia. Su método y su filosofía**. Buenos Aires: Ed. Siglo XX, 1972.

BUTZER, Karl W. **Arqueología: una ecología del hombre**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1989.

CALADO, Frei Manoel. **O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade**. 5. ed. Recife: CEPE, 2004.

CALADO, Rafael Salinas. **Faiança portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro: século XVII-XVIII**. Câmara Municipal do Porto, 2003.

_____. Breve história da faiança em Portugal. *In: MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS (Org.). Itinerário da faiança de Porto e Gaia.* Lisboa: IPM, 2001. p. 13-27.

CASIMIRO, Tânia Manoel. Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 16, p. 351-367, 2013.

_____. **Faiança portuguesa nas ilhas britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)**. Tese (Doutorado em História, especialidade em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

_____. A faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas: um projecto de investigação. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n. 16, Dez 2008.

CASIMIRO, Tânia Manoel; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. Portuguese faience trade and consumption across the world (16th – 18th centuries). *In: GAIRRÓS, Jaume Buxed i; FERNÁNDEZ, Marisol Madrid i; IÑÁÑEZ, Javier i (Eds.). Global Pottery 1. Historical Archaeology and Archaeometric for Societies in Contact.* BAR International Series 2761, p. 67-79, 2015.

CASTRO, Anabela; PAULA, Nuno Amaral de; TORRES, Joana Bento; CURADO, Tiago; TEIXEIRA, André. Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa). *Arqueologia em Portugal/Estado da Questão.* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Greca, p. 1731-1749, 2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Arquitetura militar. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.* 2º ed. rev. ampl., Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016a. (verbete).

_____. Bateria. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.* 2º ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016b. (verbete).

_____. Fortaleza. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.* 2º ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016c. (verbete).

_____. Forte. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.* 2º ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016d. (verbete).

_____. Fortificação. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2º ed. rev. ampl., Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016e. (verbete).

_____. Fortim. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2º ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016f. (verbete).

_____. Praça Forte. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2º ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016g. (verbete).

_____. Reduto. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2º ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016h. (verbete).

_____. **Muralhas de Pedra, canhões de bronze, homens de ferro – Fortificações do Brasil de 1504 a 2006**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. 5. ed. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2012.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

CHIARA, Wilma. Viagem ao redor do pote. **CLIO Arqueológica**, Recife, nº 13, p. 95-126, 1998.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

COMMELYN, I. **Historie de la vie & actes memorables de Frederich Henry de Nassau, Prince d'Orange**. Amsterdam, 1656.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos. 1635 – 1665**. v. 3. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952.

CRUZ, Isabel Maria L. R. da. **A faiança portuguesa na Rua Serpa Pinto 65 (Vila Franca de Xira) e as vivências do Cotidiano da Época Moderna no Vale do Tejo**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

CURADO, Maria Eleonôra da Gama Guerra. **A faiança do Forte Orange, Itamaracá-PE**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DEAGAN, Kathleen. Líneas de investigación em Arqueología Histórica. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 2, n. 1, p. 63-93, Jan./jun. 2008.

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. **Deita-gatos**. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/deita-gatos> Acesso em: 03 ago. 2019.

Do ventre da terra do Sítio Trindade ressurgem notícias da Guerra Holandesa. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 out. 1968. Terceiro Caderno, p. 7.

ETCHEVARNE, Carlos. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. **CLIO Arqueológica**, n. 20, sem página, 2006.

_____. A reciclagem de faiança em Salvador. Contextos arqueológicos e tipos de reutilização. **CLIO Arqueológica**, n. 16, sem página, 2003.

ETCHEVARNE, Carlos; GOMES, João Pedro. A cerâmica no quotidiano colonial português. *In: Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*. v. 2. Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, p. 821-828, 2012.

FERNANDES, Maria Isabel. Vasilhas: em barro se fazem, de barro se usam – o quotidiano visto através da olaria. *In: SILVA, Raquel Henriques da; FERNANDES, Maria Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (Orgs.). Olaria portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa: Assírio e Alvim, p. 61-219, 2003.

FERREIRA, L. F. Vieira; MACHADO, I. Ferreira; CASIMIRO, T.M; PEREIRA, M.F.C; SANTOS, L.F. Portuguese blue-on-blue 16th-17th century pottery. **Archaeometry**, University of Oxford, p. 1-18, 2018.

FERREIRA, L.F. Vieira; CASIMIRO, T.M. Cerâmica portuguesa azul sobre azul – séculos XVI e XVII. **Arqueologia em Portugal/Estado da Questão**, p. 1863-1872, 2017.

FERREIRA, L.F. Vieira; GONZALEZ, A; PEREIRA, L.F. Santos; CASIMIRO, T.M; FERREIRA, D.P; CONCEIÇÃO, D.S; MACHADO, I. Ferreira. Spectroscopy of 16th century Portuguese tin-glazed earthenware produced in the region of Lisbon. **Ceramics International**, p. 1-16, 2015.

FERREIRA, L.F. Vieira; FERREIRA, D.P; CONCEIÇÃO, D.P; SANTOS, L.F; PEREIRA, M.F.C; CASIMIRO, T.M; MACHADO, I.F. Portuguese tin-glazed earthenware from 17th century. Part 2: a spectroscopic characterization of pigments, glazes and pastes of the three main productions centres. **Spectrochimica Acta Part A: Molecular and Biomolecular Spectroscopy**, p. 1-37, 2015.

FERREIRA, L.F. Vieira; CASIMIRO, T.M; COLOMBAN, Ph. Portuguese tin-glazed earthenware from 17th century. Part 1: Pigments and glazes characterization. **Spectrochimica Acta Part A: Molecular and Biomolecular Spectroscopy**, p. 437-444, 2013.

FERREIRA, L.F. Vieira; MACHADO, I. Ferreira; FERRARIA, A.M; CASIMIRO, T.M; COLOMBAN, Ph. Portuguese tin-glazed earthenware from 16th century: a spectroscopic characterization of pigments, glazes and pastes. **Applied Surface Science**, p. 144-152, 2013.

Fixado o local de reduto histórico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 1968.

FREIRE, Eliane Oliveira de L. Uma historia social do movimento de resistência a ditadura militar de Casa Amarela – Recife – PE 1964-1985. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de Historia**, Londrina, p. 1-8, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e Arqueologia Histórica: a América Latina e o mundo. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v.1, n. 1, Jan./Jun., p.49-50, 2007.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **MNEME – Revista de Humanidades**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. p. 1-5, 2005.

_____. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. *In: Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo A; FERREIRA, Lúcio Menezes. Historical Archaeology Outlook: a Latin America Perspective. **Historical Archaeology**, n. 50(3), p. 100-110, 2016.

FUSCO-ZAMBETOGLIRIS, Nelsys. Un diálogo con la cerámica de la Colonia del Sacramento. **Revista de Arqueología Americana**, n. 2, ARQUEOLOGÍA HISTÓRICA, p. 43-62, 2003.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. 2. ed. Recife: CEPE, 2006.

GAMA, José Bernardo F. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Recife: Typographia de M.F. de Faria, 1844.

GASPAR, Lúcia. **Casa Amarela (bairro, Recife)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/> Acesso em: 11 jul. 2019.

GASPAR, Maria Dulce. História da construção da Arqueologia Histórica brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 13, p. 269-301, 2003.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel. Post-Medieval Archaeology in Portugal. **Post-Medieval Archaeology**, 47/1, p. 17-34, 2013.

GOMES, Mário Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GONÇALVES, Joana. A late 17th-century trade cargo from Ponta do Leme Velho, Sal Island, Cape Verde. **The International Journal of Nautical Archaeology**, p. 1-13, 2014.

GOMES, João Pedro. Entre o trato e a bagagem: circulação de faiança entre Lisboa e Salvador da Bahia (séculos XVI e XVII). **Revista de Artes Decorativas**, n. 5, p. 179 – 195, 2013.

GONÇALVES, Joana Filipa Rocha. **Objectos do quotidiano na pintura de Josepha d' Ayalla. Imaginário ou realidade arqueológica?** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630.** Bauru: Edusc, 2007.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil Holandês. Correspondência com os estados Gerais.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

GULHERME, A.; COROADO, J; SANTOS, J.M.F. dos; LÜHL, L; WOLFF, T; KANNGIEBER, B; CARVALHO, M.L. X-ray fluorescence (conventional and 3D) and scanning electron microscopy for the investigation of portuguese polychrome glazed ceramics: advances in the knowledge of the manufacturing techniques. **Spectrochimica Acta Part B: Atomic Spectroscopy**, p. 1-29, 2011.

GUILHERME, A; PESSANHA, S; CARVALHO, M.L; SANTOS, J.M.F dos; COROADO, J. Micro energy dispersive X-ray fluorescence analysis of polychrome lead-glazed Portuguese faiances. **Spectrochimica Acta Part B**, n. 65, p. 328-333, 2010.

GUILHERME, Ana Cristina de Oliveira. **Identificação e caracterização de faianças de Coimbra por Espectrometria de Raios X.** Dissertação (Mestrado em Química Aplicada ao Patrimônio Cultural) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2008.

GUILHERME, A; COROADO, J; CARVALHO, M.L. Chemical and mineralogical characterization on glazes of ceramics from Coimbra (Portugal) from sixteenth to nineteenth centuries. **Anal Bioanal Chem**, n. 395, p. 2051-2059, 2009.

HEIJER, Henk de. Diretores, stadhouders e conselhos de administração (a administração da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa na República das Províncias Unidas e no Brasil). *In*: WIESEBRON, Marianne L. (Ed.). **O Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654). A Primeira Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa. Cartas e Papéis vindos do Brasil e Curaçao.** Leiden: CNSW Publications, 2005, p. 17-45.

HERNANDO, D. Portela. Apreciaciones sobre la evolución de “Las Talaveras”. Siglos XVI al XX. **Boletín de La Sociedad Española de Cerámica y Vidrio**, 38 (4), p. 329-334, 1999.

JOHNSON, Matthew. **Teoría arqueológica: una introducción**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 2009.

KUZMIN, Yaroslav V. Origin of Old World pottery as viewed from the early 2010s: when, where and why? **World Archaeology**, p. 539-556, 2013.

LAET, Joannes de. **Historia ou annaes dos feitos da Companhia privilegiada das Indias Occidentaes desde seu começo até o fim do anno de 1636**. v. 1, livros I-VII. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1916.

LEMOS, Carlos A.C. As fortificações coloniais no Brasil. *In*: MORI, Victor H. (Org.). **Arquitetura militar: um panorama a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Exército. Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003. p. 51-74.

LENTING, J.J; VAN GANGELEN, H; VAN WESTING, H. **Schans op de Grens: Bourtanger bodemvondsten 1580-1850**. Sellingen: Stichting Vesting Bourtange, 1993.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A Oleira ciumenta**. Editora Brasiliense, 1985.

LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n°2, p. 7-23, dez. 2002.

LITTLE, Barbara J. People with history: an update on Historical Archaeology in the United States. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 1, n. 1, p. 5-40, 1994.

LUCENA, Velda. **Estratigrafia arqueológica: processo de constituição e interpretação**. *In*: CLIO – Série Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife, v. 1, n. 8, p. 69-88, 1992a.

_____. **Abordagem geoarqueológica de sítios históricos**. *In*: Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, 6, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: SAB/CNPq, v. 2, p. 414-420, 1992b.

_____. Ocupação humana e processos deposicionais. **CLIO – Série Arqueológica 3, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, Recife, n. 8, p. 169-175, 1986.

MANSO, Valdir do Amaral V; COUTINHO, Paulo da Nóbrega; GUERRA, Núbia Chaves; SOARES JÚNIOR, Carlos Fernando de A. **Erosão e progradação do litoral brasileiro. Pernambuco.** Sem data.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Marcos procura fosso no Arraial Velho. **Jornal Universitário**, Recife, p. 6, set. 1972.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** 4. ed. Recife: Editora UFPE, 2005.

MATOS, Manuela Xavier G. de. **Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII.** Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MATTHEW, Christopher N. Historical Archaeology in the next decades: an introduction. **Historical Archaeology**, 50(3), p. 1-4, 2016.

MEGGERS, Betty J. A contribuição do Brasil à interpretação da linguagem cerâmica. **Arqueologia**, Número Especial, Curitiba, v. 4, p. 31-56, 2007.

MELO, Isaac Lopes Garcia de. **Processo de formação do registro arqueológico do Habitacional Pilar, bairro do Recife, Recife-PE.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba.** 2. ed. rev. Recife: CEPE, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês.** Penguin & Companhia das Letras, 2010.

_____. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonçalves de (ed.). **Fontes para a história do Brasil Holandês. A economia açucareira**. 2. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Coleção Pernambucana, v. XV. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

_____. **Cristóvão Álvares: Engenheiro em Pernambuco. 1608(?)–1663**. Separata de: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 15. Rio de Janeiro, 1961.

MENEZES, José Luiz M. **Ruas sobre as águas: as pontes do Recife**. Recife: Cepe, 2015.

_____. Olinda e Recife antes de 1630. *In*: GALINDO, Marcos (Org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p. 143-168.

MENEZES, José Luiz M; RODRIGUES, Maria do Rosário R. **Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII**. Recife: Pool Editorial, 1986.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra. Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

MORI, Victor H. Arquitetura militar: da “cortina vertical” a “cortina virtual”. *In*: MORI, Victor H. (Org.). **Arquitetura militar: um panorama a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Exército: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003. p. 17-29.

MORI, Victor H; CASTRO, Adler H. F. de. A evolução da artilharia. *In*: MORI, Victor H. (Org.) **Arquitetura militar: um panorama a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Exército: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003. p. 31–47.

NILSSON, Jan-Erik. **Kraak porcelain**. Glossary. Disponível em: <https://gotheborg.com/glossary/kraak.shtml#H> Acesso em: 20 ago. 2019.

Objetos de grande valor histórico encontrados no Arraial do Bom Jesus. **Jornal do Comércio**, Recife, ano 50, n. 223, 26 set. 1969.

ORSER JR, Charles. **Introdução a Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. **La cerámica en Arqueología**. Barcelona: Crítica, 1997.

Paiol de munição do Arraial pode surgir. **Jornal do Commercio**, Recife, ano 50, n. 225, 28 set. 1969.

PEDRO II (Imperador). **Viagem a Pernambuco em 1859**. Secretaria do Interior e Justiça. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952.

PÉREZ, José Manuel S; SOUZA, George F. C. de (Eds). **El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil em el siglo XVII**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

Prefeitura quer valorizar sítio de Casa Amarela. **Jornal do Commercio**, Recife, ano 70, n. 198, p. 6, 23 ago. 1988.

PRONAPA. Brazilian Archaeology in 1968: an interim report on the National Program of Archaeological Research. **American Antiquity**, v. 35, n. 1, Jan., p. 1-23, 1970.

RAMOS, Ana Catarina P. T; FEITOSA, André Luis S. **Forte Real do Bom Jesus – resgate de uma história de resistência e esquecimento – Recife, PE, Brasil**. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**. **Revista de Arqueologia da Fundação Paranã-buc**, v. II, n. 3, p. 105-115, 2018.

RECIFE. Prefeitura Municipal da Cidade do Recife. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://meioambiente.recife.pe.gov.br/unidades-de-conservacao> Acesso em: 15 de jun. 2019.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal, 2007.

RIBEIRO, Darcy. Arte Índia. *In*: RIBEIRO, Darcy (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**, v. 3, Arte Índia, p. 22-64, 1986.

RIBEIRO, Berta G. A linguagem simbólica da cultura material. *In*: RIBEIRO, Darcy (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**, v. 3, Arte Índia, p. 11-27, 1986.

RICE, Prudence M. **Pottery analysis: a sourcebook**. USA: The University of Chicago Press, 1987.

RICHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado**. Série 350 anos da Restauração Pernambucana, n. 3. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

ROBRAHN-GONZÁLES, Erika Marion. Teoria e métodos na análise cerâmica em Arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 287-294, 1998.

SÁ, Lucilene Antunes C. M. de. A evolução da Região Metropolitana do Recife a partir da cartografia. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, n. 67/4, p. 715-728, Jul/Ago, 2015.

SÁ, Anabela P. de. Elementos para a caracterização da faiança portuguesa do século XVII. A tipologia de Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante (Porto). **Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna**, v. 2, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Nova de Lisboa, p. 963-974, 2012.

SANDÃO, Arthur de. **Faiança portuguesa: séculos XVIII-XIX**. Livraria Civilização, sem data.

SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1984.

SASSOON, Hamo. Ceramics from the wreck of a Portuguese ship at Mombasa. **Azania: Archaeological Research in Africa**, 16:1, p. 97-130, 1981.

SCHÁVELZON, Daniel. **Catalogo de ceramicas historicas de Buenos Aires (siglos XVI-XX)**. Buenos Aires, 2001. CD-ROM.

SEBASTIAN, Luis. **A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)**. Tese (Doutorado em História com especialidade em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SHEPPARD, Anna O. **Ceramics for the archaeologist**. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Raquel Henriques da; FERNANDES, Isabel Maria; SILVA, Rodrigo Banha da. **Olaria portuguesa: do fazer ao usar**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

SILVA JÚNIOR, Luiz Severino da. **O Forte do Matos e o crescimento urbano do extremo sul do Recife, 1680-1730: uma perspectiva arqueológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SIMÕES, Mário F. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. **Acta Amazônica** 7(3), p.297–300.

SYMANSKY, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia – Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras**, v.2, n. 1, p. 10-39, jan-jun. 2014.

SOUTH, Stanley. Historic site content, structure, and function. **American Antiquity**, v. 44, n. 2, p. 213-237, 1979.

_____. **Method and theory in Historical Archaeology**. USA: Academic Press, 1977.

TEENSMA, B; HULSMAN, L. (Trad.). Descrição da conquista de Pernambuco por H.C. Lonk. *In*: GALINDO, Marcos (Org.). **Viver e morrer no Brasil Holandês**. 1º ed. Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 2007. p. 225-241.

TITE, Michael. Italian maiolica. **The Old Potter's Almanack**, v. 17, n. 2, p. 1-7, 2012.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRINDADE, Ana Rita R. B. de P. **Convento de Santana de Leiria: história, vivências e cultura material (cerâmicas dos séculos XVI a XVIII)**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

TOCCHETTO, Fernanda B; SYMANSKI, Luís Cláudio P; OZÓRIO, Sérgio R; OLIVEIRA, Alberto T. D. de; CAPPELLETTI, Ângela M. **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

TORRES, Joana Bento. **Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

Vai surgir mais um espaço cultural para o recifense. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 jun. 1991. Secção B, Caderno Viver, p. 1.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654**. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.

VASCONCELOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. 5. ed. Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Rona, 1979.

VELLOZO, Diogo Sylveyra. **Arquitetura militar ou fortificação moderna**. Salvador: EDUFBA, 2005.

VIEIRA, Hugo Coêlho. **O teatro da guerra e a invenção do Brasil Holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela Capitania de Pernambuco, de 1630 a 1645**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

WILCOXEN, Charlotte. Seventeenth-Century portuguese faiança and Its presence in Colonial America. **Northeast Historical Archaeology**, v. 28, p. 1-21, 1999.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos.** Arqueologia, Curitiba, n. 5, p. 117-130, 1986.

ANEXO

FICHA DE CADASTRO DO CNSA (CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - IPHAN)

Ministério
da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*

- CNSA PE00079 -

Nome do sítio: Arraial Velho do Bom Jesus (Atualização CNSA PE00052)

Outras designações e siglas: Sítio da Trindade; PE 16 - Cb (Atualização CNSA PE00052)

CNSA: PE00079

Município: Recife

UF: PE

Descrição sumária do sítio: Sítio histórico onde foram localizadas estruturas arquitetônicas de fortificações e artefatos coloniais.

Sítios relacionados:

Comprimento: 0m Largura: 0m Altura máxima: 0m (a partir do nível do solo)
 Área: 46000m² Medição Estimada Passo Mapa Instrumento

Unidade geomorfológica: Forte ou fortificação

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: 0m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima:

Distância: 0m

Rio: Capibaribe

Bacia: Capibaribe

Vegetação atual

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estacional Savana-estépica (Caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira Outra: Vegetação frutífera e nativa

Uso atual do terreno

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área devoluta
 Outro:

Propriedade da terra Área pública Área privada Área militar Área indígena
 Outra: Parque Municipal

Proteção legal Unid. de conservação ambiental
 Em área tombada Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítios: Forte ou fortificação

Forma: Não delimitada

Tipo de solo: Argiloso

Estratigrafia: Pacote estratigráfico com profundidade máxima de 2 metros.

Contexto de deposição Em superfície Em profundidade

Exposição Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso
 Outra:

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC		- CNSA PE00079 -		Centro Nacional de Arqueologia - CNA										
Estrutura <input type="checkbox"/> Área de refugio <input type="checkbox"/> De lascamento <input checked="" type="checkbox"/> De Combustão <small>(Fogueiras, forno, fogão)</small> <input type="checkbox"/> Funerárias <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input checked="" type="checkbox"/> Manchas pretas Outras:		<input checked="" type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas <input type="checkbox"/> Círculos de pedra <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas <input checked="" type="checkbox"/> Fossas <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila <input type="checkbox"/> Palafitas <input type="checkbox"/> Palçadas <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmica - quant.:		Artefatos <input type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico Outros vestígios líticos: sílex de pederneira <input type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Sobre concha										
Material histórico: Balas de chumbo Falança, cerâmica Peças de jogo Pregos Vidro Outros vestígios orgânicos: Outros vestígios inorgânicos:														
Arte rupestre:		<input type="checkbox"/> Pintura:	<input type="checkbox"/> Gravura:	<input checked="" type="checkbox"/> Ausente:										
FILIAÇÃO CULTURAL														
Artefatos líticos:			Tradições:											
			Fases:											
			Complementos:											
			Outras atribuições:											
Artefatos cerâmicos:			Tradições:											
			Fases:											
			Complementos:											
			Outras atribuições:											
Artefatos rupestre:			Tradições:											
			Estilos:											
			Complementos:											
			Outras atribuições:											
Datas Absolutas: Datas Relativas: século XVII Grau de Integridade: <input type="radio"/> mais de 75% <input checked="" type="radio"/> entre 25 e 75% <input type="radio"/> menos de 25% Fatores de destruição: <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Erosão eólica</td> <td><input type="checkbox"/> Erosão fluvial</td> <td><input type="checkbox"/> Vandalismo</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Erosão pluvial</td> <td><input type="checkbox"/> Atividades agrícolas</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Construção de estrada</td> <td><input type="checkbox"/> Construção de moradias</td> <td></td> </tr> </table> Outros fatores naturais: Outros fatores antrópicos: Acúmulo de lixo Possibilidades de destruição: Acúmulo de águas fluviais. Medidas para preservação: Cursos de Educação Patrimonial e limpeza regular da área. Relevância do sítio: <input checked="" type="radio"/> Alta <input type="radio"/> Média <input type="radio"/> Baixa						<input type="checkbox"/> Erosão eólica	<input type="checkbox"/> Erosão fluvial	<input type="checkbox"/> Vandalismo	<input type="checkbox"/> Erosão pluvial	<input type="checkbox"/> Atividades agrícolas		<input type="checkbox"/> Construção de estrada	<input type="checkbox"/> Construção de moradias	
<input type="checkbox"/> Erosão eólica	<input type="checkbox"/> Erosão fluvial	<input type="checkbox"/> Vandalismo												
<input type="checkbox"/> Erosão pluvial	<input type="checkbox"/> Atividades agrícolas													
<input type="checkbox"/> Construção de estrada	<input type="checkbox"/> Construção de moradias													
Atividades desenvolvidas no local		<input checked="" type="checkbox"/> Registro	<input type="checkbox"/> Sondagem ou Corte estratigráfico											
		<input type="checkbox"/> Coleta de superfície	<input checked="" type="checkbox"/> Escavação de grande superfície											
			<input type="checkbox"/> Levantamento de grafismo rupestre											
Nome do responsável pelo registro: Marcos Antônio Gomes Mattos de Albuquerque Data do registro: // Ano do registro: 1968														

	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*	
Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC	- CNSA PE00079 -	Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto:**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	7	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	1	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	0	Outra:	0

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Marcos. Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico. Recife: sn, 1988, Recife: CEPE.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Suely Cristina Albuquerque de Luna

Data: 20/11/1999

Localização dos dados: Lab. Arqueologia - UFPE

Atualizações: Atualização CNSA PE00052)